



Flavia Costa Strauch

**Do pai no texto freudiano ao pai da
contemporaneidade: um estudo teórico**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Agosto de 2013



Flavia Costa Strauch

Do pai no texto freudiano ao pai da contemporaneidade: um estudo teórico

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Teresa Cristina Othenio CordeiroCarreteiro

Departamento de Psicologia – UFF

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-graduação e Pesquisa do
Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora, do orientador e da universidade.

Flavia Costa Strauch

Graduou-se em Psicologia na Universidade Santa Úrsula (USU) – 1980. Especialista em Psicologia Clínica (CRP). Terapeuta de família e casal pela Universidade do Brasil (IPUB) – 1982. Psicanalista pela Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Membro da International Psychoanalytical Association (IPA) – 2002. Atua como psicanalista em consultório particular e voluntário.

Ficha Catalográfica

Strauch, Flavia Costa

Do pai no texto freudiano ao pai da contemporaneidade: um estudo teórico / Flavia Costa Strauch; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2013.

108 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Pai. 3. Paternidade. 4. Função paterna. 5. Subjetivação. 6. Teoria freudiana. 7. Pluriparentalidade. I. Carneiro, Terezinha Féres II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Ao Paulo (in memoriam)
Para Rafael, Thiago e Eduardo,
com carinho

Agradecimentos

À professora Terezinha Féres-Carneiro, orientadora, pela confiança e solidariedade.

À Andrea Seixas, pelo estímulo.

À Ítala Sandra Del Sarto, pela amizade e empréstimo dos livros que me foram valiosos.

Ao professor e psicanalista Oscar Paixão Carrera Júnior, por tornar estimulante o aprendizado da obra freudiana.

À minha revisora e “ego auxiliar”, Talita Guimarães Corrêa, a quem devo a realização da dissertação. Sua paciência, lealdade, amizade, companheirismo e competência tornaram possível vencer os momentos mais difíceis.

À Valéria, amiga de todas as horas, pelo companheirismo e incentivo permanente.

Ao Dr. Aloysio A. d’Abreu pelo apoio emocional.

In memoriam

Aos meus irmãos caçulas, Ikaro e Marcos, que partiram durante a elaboração deste trabalho, respectivamente em janeiro de 2013 e 2012.

Ao meu sobrinho Gabriel, que também se foi inesperadamente em outubro de 2012.

E ao saudoso e amado Paulo, que sempre me apoiou, mas partiu em maio de 2012, e cujo exercício da paternidade tornou a maternagem dos queridos Rafael e Thiago uma função prazerosa.

Resumo

Strauch, Flavia Costa; Féres-Carneiro, Terezinha (orientadora). **Do pai no texto freudiano ao pai da contemporaneidade:** um estudo teórico. Rio de Janeiro, 2013. 108p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo teve como objetivo buscar, em alguns textos de Freud, a visão do autor a respeito da figura paterna e de sua relevância para a subjetivação do sujeito. São enfatizados os desenvolvimentos teóricos sobre a formulação e a importância do complexo de Édipo, tanto o masculino como o feminino, para a formação do superego, bem como a importância do narcisismo para a construção do eu e para o processo de identificação. São enfocadas, ainda, as mudanças ocorridas no ambiente social, desde a época de Freud aos dias atuais, que propiciaram questões acerca da família, com alterações na relação homem/mulher e na função de cada gênero, provocando o declínio da figura paterna devido às novas configurações familiares. Além disso, são apresentadas as novas abordagens sobre paternidade, função paterna e lugar do pai no contexto das múltiplas configurações familiares contemporâneas.

Palavras-chave

Pai; paternidade; função paterna; subjetivação; teoria freudiana; pluriparentalidade.

Abstract

Strauch, Flavia Costa; Fèrez-Carneiro, Terezinha (advisor). **From the father in the Freudian text to the father in contemporaneity: a theoretical study.** Rio de Janeiro, 2013. 108p. MSc. Dissertation. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aimed at searching in some of Freud's writings the author's view of the paternal figure and its relevance to the individual's subjectivity. We emphasize the theoretical developments regarding the formulation and the importance of the Oedipus complex - both male and female – to the formation of the superego, as well as the importance of narcissism in the I construction and in the identification process. We also highlight the changes occurred in social environment, from Freudian to present time, which had raised questions about the family, with changes in the relationship between men and women, and in the functions of each gender, causing the decline of paternal figure in new family configurations. In addition, we present new approaches on paternity, paternal function and father's place in the context of multiple family configurations in contemporaneity.

Keywords

Father; paternal function; subjectivation; Freudian theory; pluriparentality.

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 10 |
| 2. O pai na psicanálise freudiana | 12 |
| 2.1. Édipo – o mito | 16 |
| 2.2. Édipo – o complexo | 17 |
| 3. A centralidade do pai na constituição do sujeito | 27 |
| 3.1. Narcisismo e identificação | 29 |
| 3.2. Totem e tabu | 33 |
| 3.3. O pai em <i>Moisés e a religião monoteísta</i> | 40 |
| 4. O pai na contemporaneidade | 45 |
| 4.1. Não mãe seria pai? | 47 |
| 4.2. Paternidade | 49 |
| 4.3. As angústias do homem pai | 59 |
| 4.4. As dificuldades e os benefícios da paternidade | 61 |
| 4.5. A função paterna | 66 |
| 4.6. Há lugar para o pai na pluriparentalidade? | 76 |
| 4.7. O lugar do pai no materno | 86 |
| 5. Considerações finais | 97 |
| 6. Referências bibliográficas | 99 |

“O pai encarna inicialmente a não mãe e dá forma
a tudo que não seja *ela*”

CORNEAU, G., 1977

1 Introdução

O que norteou o interesse em desenvolver um estudo sobre a figura do pai foi o exercício profissional fora do âmbito restrito do consultório, onde ele se mostrou pungente. Sensibilizada pela dor do semelhante e esperançosa de uma possível abertura para novas narrativas é que vimos empreendendo trabalhos de escuta psicanalítica junto às comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Essas atividades, desenvolvidas em diferentes grupos em vulnerabilidade social e psíquica, tiveram início em 2003, através do programa de psicanálise e interface social (PROPIS) na sociedade de psicanálise à qual pertencemos. Essa sociedade, em parceria inédita com ONGs, tem nos dado uma oportunidade ímpar de troca de conhecimento no contato com grupos em que é flagrante a ausência da figura social do pai, além da falta e/ou falha significativa da função paterna. A predominância dessa situação nos grupos de trabalho nos serviu de estímulo a que nos dedicássemos a um estudo mais aprofundado sobre o pai e sua importância na constituição do sujeito.

Num primeiro momento, pretendíamos fazer um trabalho de campo articulando a inexistência ou inexpressiva presença do pai nesses grupos com a violência. Seria esse o pai que deveríamos buscar, ou a função paterna? À medida que procurávamos entender a questão paterna, foi se delineando a necessidade de estudar o processo da construção dessa figura que se tornou o eixo a partir do qual a teoria psicanalítica freudiana foi erigida.

A concepção e a valoração da figura do pai sofreram mudança nas pesquisas e observações clínicas de Freud. Assim, nosso interesse se voltou para a pesquisa teórica enfocando alguns dos vários textos freudianos sobre o pai, tais como: *Estudo sobre a histeria* (1895), *Interpretação dos sonhos* (1900), *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* (1910), *Totem e tabu* (1912[1913]), *Narcisismo* (1914), *Batem numa criança* (1919), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), *Eu e o Id* (1923), *Dissolução do complexo de Édipo* (1924), *Moisés e a religião monoteísta* (1939).

Mas a complexidade do tema nos instiga a historiar a construção social da paternidade bem como a discussão contemporânea com relação ao declínio da função paterna e ao lugar do pai nas novas e diversificadas configurações familiares lançando mão de autores como J. Lacan, D. Winnicott, J. Dor, E. Roudinesco, entre outros.

A constatação da falta de limites entre os componentes dos grupos com os quais vínhamos trabalhando nos levou a estes questionamentos: O que é um pai? Qual a sua função? O que diz a psicanálise freudiana acerca do pai? Há lugar para o pai na contemporaneidade? Qual o espaço do pai na maternagem? Que mudanças estariam alijando a figura do pai? E foi com tais questões, surgidas no trabalho com esses grupos de grande vulnerabilidade, que iniciamos nossa pesquisa teórica sobre o pai no texto freudiano e na contemporaneidade.

A proposta deste estudo é buscar, nos textos de Freud, a visão do autor sobre a figura paterna e sua relevância no processo de subjetivação, além de apresentar as novas abordagens sobre o lugar do pai no contexto da pluriparentalidade em que se assentam as novas configurações familiares.

O segundo capítulo da dissertação, “O pai na psicanálise freudiana”, trata do complexo de Édipo, conceito basilar da teoria psicanalítica de Freud. Serão abordadas a formulação e a importância desse complexo, nas formas masculina e feminina, para a formação do superego, instância psíquica que incorpora os papéis sociais de autoridade.

No terceiro capítulo, “A centralidade do pai na constituição do sujeito”, destaca-se a importância do narcisismo, tanto anaclítico como de apoio, para a construção do eu e para o processo de identificação. O capítulo se fundamenta nos textos freudianos *Totem e tabu* e *Moisés e a religião monoteísta*.

E, no quarto e último capítulo, “O pai na contemporaneidade”, são apresentadas novas abordagens sobre a paternidade, a função paterna e o lugar do pai diante dessa multiplicidade de arranjos familiares nos nossos dias.

2

O pai na psicanálise freudiana

A carta nº 69 que Freud (1897/2008) endereçou a Fliess, seu fiel interlocutor, pode ser considerada a primeira referência à figura paterna feita pelo descobridor da psicanálise. Nessa carta, Freud confessa-se decepcionado por não mais poder confiar em suas pacientes neuróticas, uma vez que todas atribuíam atos perversos aos pais. Esse discurso recorrente das neuróticas o fez refletir sobre a possibilidade de que tais ocorrências fossem inverídicas. Sua desconfiança permitiu-lhe descobrir que no inconsciente não existia ‘*signo de realidade*’ e que essa inverdade das neuróticas não passava de uma ‘realidade psíquica’, ou seja, de desejo inconsciente, no caso, um desejo originário da vivência de satisfação. Portanto, as cenas de sedução que elas descreviam eram, na verdade, criações do inconsciente, que Freud denominou de fantasias. Fantasias de serem seduzidas pelo pai, que elas inconscientemente desejavam.

Freud justifica sua desconfiança afirmando que tal perversão, para ser instalada, exigiria um acúmulo de experiências traumáticas agregadas a um fator debilitante da defesa. A descrença de Freud em suas pacientes levou-o a considerar a impossibilidade de se distinguir entre a verdade e a ficção afetivamente investida. Essa descoberta tornou aceitável a explicação freudiana de que uma fantasia sexual tenha invariavelmente o pai como tema. Ao reconhecer a fantasia, Freud abandonou a tese da sedução paterna, até então compreendida como trauma infantil real e como origem dos sintomas em suas pacientes histéricas. Com isso, a teoria da sedução, que partia do adulto em relação à criança, transformou-se em desejo infantil inconsciente.

A princípio as fantasias são entendidas como sonhos diurnos, ficção que o sujeito constrói para si inconscientemente. No texto acerca das *fantasias histéricas e sua relação com a bissexualidade*, Freud (1908/2008) desenvolve a construção das criações fantásticas, cuja fonte comum são os sonhos diurnos, da juventude. Ele encontrou essas criações em ambos os sexos, mas com desenvolvimentos diferentes. Na mulher, essas fantasias possuem um caráter erótico, enquanto os sonhos diurnos masculinos revelam o desejo de gostar de uma mulher e ser o preferido dela.

Essas fantasias estão a serviço da satisfação de desejos e, segundo Freud, têm origem na privação de um anelo. Assim, os sonhos diurnos, os devaneios, são cultivados com carinho e guardados no mais puro segredo, com se fizessem parte do patrimônio íntimo do sonhador. O devaneio diurno nem sempre é consciente, mantendo-se por vezes recalcado em função de seu conteúdo e origem.

Diferentemente dos devaneios, o núcleo dos sonhos noturnos, que se constitui das fantasias diurnas, é deformado e mal interpretado pela instância psíquica consciente e tem como características a condensação e o deslocamento. Esse aspecto do sonho noturno é de caráter inconsciente, que um dia foi consciente, agregando restos diurnos relegados ao inconsciente pela repressão. O conteúdo do sonho noturno pode permanecer invariável ou sofrer alteração. Neste caso, a fantasia inconsciente tem uma importante relação com a vida sexual do sujeito, pois é idêntica à que ele empregou como base de satisfação sexual no período de masturbação.

O período de masturbação pode ser dividido em duas etapas: na primeira, o sujeito evoca a fantasia; na segunda, que seria o ponto culminante, os manejos ativos conduzem à satisfação sexual, inicialmente de caráter meramente erótico – busca de prazer em determinada zona erógena –, e chegam depois a se combinar com uma representação do círculo de objetos de escolha do sujeito que serviu para dar, em parte, realidade à situação em que tal fantasia culminava. Somente após a renúncia a esse tipo de satisfação é que as fantasias passam ao inconsciente.

Ao serem abandonadas, tais fantasias podem ser substituídas e sublimadas em prol de fins mais elevados. Caso contrário, as fantasias inconscientes adquirem novas forças e exteriorizam-se em forma de sintomas psicológicos, constituindo-se nas premissas psíquicas mais imediatas de toda uma série de sintomas neuróticos. A partir desses sintomas é possível não só descobrir tais fantasias como trazê-las à consciência.

O conteúdo das fantasias inconscientes equivale às situações de satisfação sexual consciente que são criadas pelos perversos. A solução do sintoma requer duas fantasias sexuais, uma de caráter masculino e outra, feminino, de maneira que uma delas corresponda necessariamente a uma transação entre impulso libidinoso e outro repressor, já que um deles tende a exteriorizar uma ligação sexual e o outro, a evitar que tal exteriorização ocorra. Esta seria a essência do sintoma histérico como realização de uma fantasia inconsciente, junto com a significação do fator sexual. As fantasias históricas têm uma forte relação com os sintomas neuróticos.

Para Freud, o sintoma histérico não surge de um único acontecimento real, estando sempre relacionado a uma recordação de acontecimentos pretéritos, da infância, despertados associativamente. E qualquer que seja o sintoma, este é compreendido a partir da vida sexual do sujeito – condição etiológica dos sintomas histéricos.

No texto *Batem numa criança*, Freud (1919/2010) apresenta outra perspectiva do desejo inconsciente da criança em relação ao pai, apontando para a possibilidade de não ser este apenas um objeto representado, mas uma sequência, da qual o próprio sujeito faz parte e onde ele muda de lugar ou de papel. Essa fantasia de que trata o referido texto seria cultivada antes da idade escolar e investida de elevado prazer, e pode evoluir para a visão de outra criança apanhando e provocando o mesmo prazer, aliada a uma sensação ao mesmo tempo de excitação e de repulsa.

Tal fantasia de autossatisfação erótica foi considerada um traço primário de perversão, que tende a sucumbir à repressão, pode ser substituída por uma formação reativa ou transformada mediante sublimação. Caso contrário, pode persistir na vida adulta sob a forma de perversão ou fetichismo, por exemplo. Para falar desse tipo de fantasia, Freud escolheu o sexo feminino porque, segundo sua observação, houve predominância desse tipo de material entre as pacientes.

Importa perceber que a criança que apanha nunca é a criança que fantasia, em geral é um irmão mais novo, caso ele exista, e quem bate é sempre um adulto. No entanto, esse ser adulto indeterminado será reconhecido como o pai da menina, de acordo com a interpretação freudiana. Assim, do enunciado '*batem numa criança*' a fantasia evoluiu para '*meu pai bate na criança*', acrescida do complemento '*que odeio*'. O significado passa a ser então: '*meu pai bate na criança que odeio*'.

Há que considerar que o adulto que bate – o pai – permanece o mesmo, mas o protagonista fantasioso é diferente, ou seja, mudanças ocorreram e a criança castigada na fantasia tornou-se outra, passando ela a ser a própria criança da fantasia, fantasia esta marcada pelo prazer que adquire um novo conteúdo para ela: '*sou castigada por meu pai*', cujo caráter é masoquista. Essa fase, segundo Freud, é inconsciente, nunca lembrada, é uma construção analítica.

Mas uma terceira formulação, semelhante à primeira, surge. Nesta, o adulto é indefinido e pode ser um representante do pai, ou melhor, a pessoa que fantasia a surra não aparece na cena, apenas observa os meninos apanharem. Essa fantasia provoca uma forte excitação sexual, o que, por sua vez, permite a satisfação por via da masturbação.

Para Freud, essas três fantasias femininas de surra, com suas respectivas peculiaridades, aparecem enredadas nas excitações relativas ao complexo parental. A menina torna-se afetuosamente fixada no pai, após ter lutado para receber seu amor, e disputando esse amor com sua mãe. No entanto, não é com a relação materna que a fantasia de surra se encontra vinculada, mas com as crianças em seu entorno, menores ou maiores, com quem a paciente teve que dividir o amor dos pais. Surge, assim, a fantasia de que o pai bater na criança odiada significaria: ‘*meu pai não ama esse outro, ama somente a mim*’, evocando o desejo de ter um filho do pai.

Tal manifestação de desejo se dissipa sob o império da repressão e ao mesmo tempo se instala uma consciência de culpa, provavelmente ligada aos desejos incestuosos e justificada pela permanência deles no inconsciente. Portanto, a fantasia de surra deriva da ligação incestuosa com o pai. Através da compreensão das fantasias inconscientes, Freud revela a presença da sexualidade infantil e, por conseguinte, a função estruturante do que nomeou mais tarde de complexo de Édipo (FREUD, 1923/2012).

Num outro trabalho, sobre a *etiologia sexual das neuroses*, Freud (1896/2008) não só se diz convencido de que a doença neurótica deveria ser buscada nos fatores sexuais, como sinaliza que outros autores antes dele tinham essa mesma compreensão. Sua percepção dos fatores sexuais presentes na afecção neurótica se deveu aos atendimentos clínicos de seus pacientes, nos quais esses fatores constavam de absolutamente todos os casos de neurastenia, tais como histeria e representações obsessivas. Desse modo, a etiologia sexual encontrada nas vivências e impressões sexuais infantis do sujeito facilitará a compreensão de todos os detalhes das histórias clínicas dos neurastênicos. A partir dessa concepção, Freud passa a enfatizar que sejam observadas a existência e a capacidade das funções sexuais psíquicas e somáticas infantis.

Em *Análise profana*, Freud (1926/2008) faz uma interlocução com um leigo imaginário sobre a descoberta e a importância da psicanálise. Num dado momento, ao discorrer sobre conteúdos, manifestações e funções da sexualidade infantil, Freud aponta o temor que muitas vezes as crianças sentem de ser devoradas pelo pai. Para esclarecer tal questão, relata o mito dos filhos do deus Cronos, que foram devorados pelo pai. A este mito ele agrega outros, como o do animal devorador, que é a personificação disfarçada da figura paterna. A criança, segundo Freud, padece do medo de ser despojada pelo pai de seus órgãos sexuais, e que esse temor à castração é vivido

de forma tão intensa que exerce poderosa influência no desenvolvimento de seu caráter e na sua orientação sexual.

Em defesa de sua construção teórica, Freud comenta que Cronos, temendo a perda de poder, castrou o pai, Urano, e depois devorou os próprios filhos. Mas Zeus, graças à astúcia da mãe, escapou do destino de seus irmãos. Com essa analogia ao mito, Freud chama a atenção para o fato de que não é o psicanalista quem cria a fantasia da sexualidade infantil, mas a própria atividade imaginativa da humanidade, desde as origens, sendo os mitos e as fábulas seus resíduos.

A mitologia, assim como a literatura e a arte, teve grande influência nos construtos teóricos freudianos, pois foi com base no mito da tragédia grega *Édipo Rei*, de Sófocles, que Freud desenvolveu o que veio a ser um dos pilares de sua teoria, o conceito do complexo de Édipo, cuja primeira alusão se encontra no manuscrito de 31 de maio de 1897.

Nasio (2007) não concorda com a construção teórica de Freud a respeito do complexo de Édipo. Para ele, Freud forjou o conceito de Édipo a partir da escuta de suas pacientes adultas, quando estas se referiam a um carinho maior recebido dos pais na infância, que despertava nelas estímulos erógenos e prazer sexual. Ao escutar esse tipo de relato, Freud, ao mesmo tempo em que se identificou com o personagem em questão, percebeu que a criança é acometida pelo desejo ativo de ser seduzida pelo pai. O desejo de incesto da criança levou Freud à formulação do complexo edípico, que transformou a antiga cena de sedução infantil, na qual a criança era vítima, em cena edípica, em que a criança deseja e teme ser seduzida. O Édipo, portanto, é uma fantasia de sedução, de prazer, de angústia, e base da identidade sexual de todo ser humano.

2.1.

Édipo – o mito

Freud tomou como base da teoria do complexo de Édipo o mito da tragédia grega *Édipo Rei*, de Sófocles. Édipo é condenado pelo destino a matar o próprio pai e desposar sua mãe, predição da qual tenta em vão escapar. E ao se dar conta de haver correspondido ao prenunciado, castiga-se furando os próprios olhos com o broche de sua verdadeira mãe, Jocasta.

Tal maldição foi dirigida ao seu pai, Laio, que sequestrou e seduziu Crisípio, filho único do rei Pélope, que havia confiado a Laio o filho para ser educado. Crisípio se matou após ter sido sequestrado e seduzido por seu preceptor. E como na organização grega daquela época o filho varão era de importância fundamental, por ser o herdeiro da religião familiar, roubar um filho era violar a tradição relativa ao culto dos mortos. Em razão disso, o rei Pélope clamou aos deuses a maldição, para que Laio, se viesse a ter um filho, que este o matasse e em seguida desposasse a própria mãe.

Ocorre que Laio, ao se casar com Jocasta, procurou o oráculo, que confirmou seu trágico destino. Assim, ao nascer seu filho, ele o entregou a um empregado para que fosse abandonado à própria sorte e viesse a ser comido por animais. Mas um pastor, vendo o bebê preso pelos pés (daí o nome Édipo, pés inchados), retirou-o dali e o levou para Corinto, onde foi adotado por um casal real (Políbio e Mérope).

Édipo, ao saber de sua maldição, afastou-se dos pais afetivos, acreditando que eram biológicos, e fugiu da cidade para que não se cumprisse a predição. Entretanto, em sua fuga, coube ao destino que ele viesse a se encontrar com um cortejo que lhe dificultava a passagem e, ao reagir aos súditos para se defender, ele mata um senhor e este era Laio. Édipo descobre que havia cumprido a saga a ele destinada e, assim, fura os olhos e Jocasta se enforca. Édipo foge de Tebas para Corinto com uma de suas filhas, Antígona, e lá morre aos noventa anos (ABERASTURY e SALAS, 1984).

2.2.

Édipo – o complexo

A conceituação do complexo de Édipo efetuou-se no decorrer da autoanálise de Freud, quando ele reconhece, em si próprio, o amor pela mãe e ciúme do pai, na carta nº 71 que endereçou a Fliess em 1897. Nessa carta, ele diz ser o mito Édipo Rei uma compulsão que todos reconhecem, inclusive ele, por terem percebido em si mesmos vestígios da sua existência, e acrescenta que ao ser humano é imposta a tarefa de dominar esse complexo. Vale destacar que Freud não apresentou uma exposição sistemática do complexo de Édipo, ele desenvolveu esse conceito no bojo da construção da teoria psicanalítica, presente na sua perspectiva da evolução do sujeito e suas funções (LAPLANCHE e PONTALIS, 1976).

O complexo de Édipo refere-se à participação da criança no triângulo familiar, de forma completa, tanto positiva quanto negativa. No caso do menino, atitude ambivalente, ora terna para com a mãe e ao mesmo tempo também terna para com o pai, ora hostil para com a mãe, evidenciando a ambivalência em relação ao pai, em função de componentes tanto heterossexuais quanto homossexuais e não apenas como resultado de uma situação de rivalidade.

Todo mito é uma ficção, uma forma encontrada pelo ser humano para responder aos enigmas da própria existência. A teoria edípica freudiana é uma metáfora da qual Freud lança mão para abordar a inscrição da castração e da lei simbólica na constituição do psiquismo e de sua subjetivação. A lei simbólica na psicanálise freudiana se sustenta sobre os pilares da noção da lei primordial – da interdição, da proibição do incesto e também como instituidora das leis sociais. No decorrer do texto discorreremos sobre esses aspectos supracitados.

O mito edipiano remonta à primeira formulação de Freud a respeito da escolha amorosa infantil, quando ele reconhece haver desejo da morte do pai, por parte do filho, o que no mito de Édipo é consumado. Nessa formulação, dos idos de 1900, o filho do sexo masculino, tal qual no mito de Édipo, apaixona-se pela mãe e considera o pai um obstáculo ao seu desejo incestuoso, almejando o seu desaparecimento para que possa ter a mãe só para ele. Tal situação gera angústia por ter como base a castração.

Em *Observações sobre um caso de neurose obsessiva*, caso mais conhecido como o “homem dos ratos”, Freud (1909/2013) relata que um paciente, quando ainda muito jovem, com cerca de seis anos de idade, temia que seus pais pudessem saber dos pensamentos que o acudiam em relação à questão sexual, quais sejam: ver e tocar as garotas que desejava. Tais desejos e sensações causavam certo desconforto ao paciente. Ao ser perguntado por Freud sobre esses temores, ele respondeu que tinha medo de que o pai morresse, pois era este o pensamento que ocupava sua mente desde muito cedo.

Segundo Loparic (1996), as angústias e desejos da situação edípica geralmente passam despercebidos, mas podem emergir por meio de sonhos e sintomas neuróticos. O autor pondera que se faça distinção entre situação e complexo. Para ele, o complexo de Édipo seria o efeito do conflito entre as forças que controlam a situação edípica sobre o sujeito, enquanto a situação edípica seria inata. Ou seja, o sujeito seria dotado de mecanismos mentais (capacidade de produzir representações de objetos e transformá-las) e de forças psíquicas (representantes psíquicos de forças físico-químicas – zonas oral, anal e genital) que se encontram embutidos numa parelha psíquica.

[...] Nenhuma criança escapa ao Édipo! Por quê? Porque nenhuma criança de quatro anos, menina ou menino, escapa à torrente das pulsões eróticas que lhe afluem e porque nenhum adulto de seu círculo imediato pode evitar ser alvo de suas pulsões ou tentar bloqueá-las (NASIO, 2007, p.131).

O que seria o complexo de Édipo na psicanálise? Laplanche e Pontalis (1976) definem o Édipo como “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais” (p. 116). O Édipo freudiano seria, portanto, a atração erótica da criança pelo seu genitor de sexo oposto. Esse conceito, formulado com base na figura masculina, desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano.

Para a psicanálise, segundo Nasio (2007), trata-se de mito, fantasia, desejo, interdito, incesto, conceito, realidade, tudo isto ao mesmo tempo, sendo uma fantasia de cunho infantil que age no inconsciente do paciente e é reconstruída pelo psicanalista em seu ofício. Para ele, o complexo Édipo é mais que um conceito, tendo valor por demonstrar coerência teórica e eficácia em sua prática.

Freud (1897/2008), quando confessa seus sentimentos incestuosos a Fliess, ele considera os sonhos a confirmação da existência desses desejos incestuosos e assassinos no ser humano, postulando seu caráter universal. Nessa carta, Freud analisa seus próprios sonhos, expondo suas percepções e formulando o conceito segundo o qual o desejo de parricídio resulta no desenvolvimento de culpa.

Freud (1900[1899]/2008) assinala que um menino, ao dividir o leito conjugal com a mãe na ausência do pai, quando este retornar ao lar, o menino se mostrará insatisfeito em ter de voltar para o seu quarto e desejará que o pai se ausente com mais frequência para que possa ocupar o lugar ao lado da mãe, pela qual sente grande apreço.

E como confirmação de suas inferências, ele argumenta, segundo Aberastury e Salas (1984), que, no texto de Sófocles, há uma fala de Jocasta que atesta semelhante desejo. Ao tentar confortar e aliviar a culpa de Édipo quanto à sua predestinação, Jocasta diz a ele que todo homem sonha em dormir com a mãe.

Os primeiros anos da infância estão dominados por uma supervalorização do pai, evidenciada pelo fato de os reis e rainhas dos contos e sonhos representarem sempre os pais, assinala Freud. Entretanto, com o passar do tempo, sob influência da rivalidade e das frustrações reais, ocorre o desligamento dos seres tutelares e surge atitude crítica ao pai (FREUD, 1934-8[1939]/ 2008).

O caso do pequeno Hans (FREUD, 1909/2008) é um dos exemplos clínicos que ilustram sua teoria. Hans não foi atendido diretamente por Freud, mas foi analisado por meio de consultas com o pai do menino. Hans desenvolveu temor a cavalos, em lugar de medo do pai, por desejar acesso pleno à mãe e a morte do pai. Esse caso é um exemplo típico do complexo de Édipo formulado por Freud, no qual o complexo nuclear das neuroses é percebido. Freud mostra o sentimento de ambivalência da criança, pois ela teme o pai e ao mesmo tempo o admira, e alivia esse conflito de sentimentos depositando-os no cavalo. O deslocamento de parte dos sentimentos da criança em relação ao pai para um animal diz respeito ou se assemelha ao totemismo, assunto que retomaremos ao longo do texto.

A esse conflito ambivalente de amor e ódio que se desenvolve pelo genitor do sexo oposto, Freud deu o nome de complexo de Édipo. Na mitologia, o filho mata o pai e convive maritalmente com a própria mãe. O complexo de Édipo se fundamenta na angústia de castração, que vem a ser o temor da perda do falo. Ao teorizar sobre o mito de Édipo, Freud substituiu o pai perverso de suas pacientes histéricas pelo pai morto. Segundo Marcos (2010), o mito ocupa o lugar do trauma, a ficção o lugar do acontecimento, a verdade o lugar da certeza. A saída do evento real para a ficção é uma construção, que modifica o que está em jogo no tratamento psicanalítico. O pai da tragédia de Sófocles é o pai do parricídio, ainda que as relações de paternidade e de filiação na tragédia não se reduzam ao pai morto.

Laio é um pai que não se sabe como tal. Desconhece a própria paternidade. Mas ele é também o pai morto. Morto pelo filho. Filho que possuía outro pai, do qual se separou para protegê-lo do possível parricídio a que estava destinado. Laio então só será situado como pai a partir de sua morte, presume Marcos (2010). Dessa forma, sinaliza a autora que pai é aquele que foi morto pelo filho, sendo a relação de paternidade e filiação definida e construída pelo ato assassino. O que levanta múltiplas questões sobre o que é um pai – “uma relação fictícia, uma adoção, um morto, um nome” (p. 450). A construção do conceito edípico distanciou Freud do discurso das suas pacientes histéricas, afastando-o da teoria de sedução. Assim, a tese da perversidade dos pais, segundo Marcos, útil mas impossível de se sustentar, pôde ser abandonada.

Ainda que Freud tenha usado a figura masculina para desenvolver o conceito do complexo edípico, ele formula a diferença desse complexo no menino e na menina. No menino, a fase edípica se expressa pelo sentimento desmedido de amor pela sua primeira figura de apego, a própria mãe. Esse afeto é despertado quando o garotinho

percebe não ser a fonte exclusiva de interesse e carinho de seu objeto primordial de apego. Ele percebe a existência de um outro, considerado por ele concorrente da atenção e cuidados de sua mãe. Nesse contexto, ele procura resgatar o lugar em que se sentia como ‘sua majestade o bebê’ e entra numa luta difícil, por dirigir seus sentimentos hostis à figura que, na maioria das vezes, é indicada pela mãe como seu pai.

Para esse pequenino ser, o conflito gerado pela necessidade da atenção materna em contraposição a um terceiro, no caso o pai, a quem também aprendeu a amar, provoca sensações assustadoras, por desejar ser tudo para a mãe, inclusive o falo dela. Ao se dar conta de que isso não será possível, entra em sofrimento por ter que administrar dois desejos inconciliáveis, amar e odiar a mesma pessoa – o pai, que não só o separou de sua amada mãe, como disputa um lugar especial na vida dela. Nesse instante do conflito, ele teme ser castigado com a perda de seu bem precioso, o pênis. Advém então o temor de ser punido através da fantasia de castração. Para lidar com tamanha angústia, o menino irá tentar seduzir o próprio pai, na esperança de obter o que este pai possui que tanto prazer proporciona à sua mãe. O pai se converte em seu ideal, e duas ordens da ligação psicológica se estabelecem: uma sexual em direção à mãe, e outra de identificação com o pai (FREUD, 1923 / 2012).

Com o passar do tempo, se esse processo caminhar bem, isto é, se o seu pai ou substituto mantiver o distanciamento necessário e suportável entre a criança e sua mãe, esse menino terá possibilidades de desenvolver escolhas de objeto adequadas e se sentirá livre da dependência dos seus seres tutelares para utilizar seu potencial inato, para desejar outros parceiros rumo à autonomia, ou seja, rumo a um Édipo sadio.

Em outras palavras, é o medo que leva o menininho a desistir do seu objeto de desejo, a mãe. Ao renunciar aos seus pais, ele acata a lei do interdito do incesto. Nessa situação altamente conflituosa, ele escolhe manter e proteger seu pênis-falo. Com a renúncia à mãe, ele dessexualiza os pais, recalcando desejos, fantasias e angústias, e assim pode se identificar com a figura masculina presente em sua vida e se reconcilia afetivamente com ambos os pais, diluindo o complexo edípico. Nasio (2007) esquematiza a crise edípica masculina em três tempos: “amor pelo pênis – angústia de perdê-lo – renúncia à mãe” (p. 37).

Aberastury e Salas (1984) assinalam que, na vida do bebê, o pai não tem que se fazer presente como necessidade biológica. Segundo esses autores, o modelo do bebê é sempre do sexo masculino, por não haver para este o outro sexo ainda. Há um pai, do qual o sujeito se apodera por identificação, e a mãe, a quem se liga por um vínculo

objetal. O pai e mãe são referidos quanto aos lugares que ocupam, já que a mãe pode exercer a função paterna, passando à condição de vínculo de ser e não mais de ter.

No Édipo, o pai, além de modelo, é rival, o que configura a pré-história do complexo de Édipo. Dessa forma, há um lugar diferenciado que corresponde ao pai. O pai pré-genital para o varão. Quanto à mãe, no primeiro momento, ela ocupa o lugar de objeto de desejo do menino, cujo amor demonstrado nesse encontro parece estar ancorado nas satisfações nutricionais, para só mais tarde se expressar como poderoso objeto sexual das relações amorosas, de ambos os sexos (ABERASTURY e SALAS, 1984).

Para que um menino possa dar alguma, não total, resolução ao seu conflito edípico ele precisa de um homem que, ao lhe barrar o caminho à mãe, o convide amorosamente a não ficar frustrado e lhe proponha que seja como ele (FREITAS, 2002, p. 87).

Quanto ao Édipo na menina, o desejo é de possuir a mãe. Mas se o Édipo é uma atração erótica pelo genitor de outro sexo, como explicar o desejo feminino de possuir a mãe? A menina, diferentemente do menino, passa por um pré-Édipo, necessário para poder ter acesso ao pai e assim adentrar no Édipo. Esse pré-Édipo seria uma etapa anterior à sexualização do pai, o Édipo propriamente dito. Na fase pré-edípica, a filha irá tomar como objeto de amor primeiro sua mãe e só depois estará em condições de tomar o pai como objeto de amor. O menino não passa por esse processo porque ele sexualiza de imediato a figura do sexo oposto, sua mãe. A propósito, tanto o menino quanto a menina sexualizam a mãe por ela ser a primeira figura de apego de ambos. Sendo assim, a menina deseja ambos os pais, primeiro a mãe e em seguida o pai, ao passo que o menino deseja a mãe.

Para Nasio (2007), essa fase pré-edípica é essencial para se entender a neurose feminina, cujo problema reside no difícil retorno à idade adulta de um Édipo invertido – a atração sexual, na infância, pelo genitor do mesmo sexo. A neurose feminina se pautará pela via de fixação da filha pela mãe, e a neurose masculina, pela fixação do filho pelo pai.

Nesse período pré-edipiano, a menina acredita que tem um falo e demonstra desejar a mãe como objeto sexual. Semelhantemente ao menino, pensa ser tudo para a mãe. Entretanto, ela descobre que não é igual ao menino, por não possuir o objeto valioso que este carrega em seu corpo, o pênis. Ao perceber que sua querida mãe também não possui esse órgão, a menina desenvolve um sentimento hostil para com ela,

que não a dotou de um atributo tão nobre. Decepciona-se consigo mesma e principalmente com a mãe.

Desiludida e humilhada em relação à figura masculina, a menina cria uma '*fantasia de privação*'. O menino, por sua vez, se angustia por temer a castração. Assim, a menina não sofre de angústia como o menino, mas de dor. Dor por ter sido privada de um objeto inestimável que só os machos possuem. Sente-se enganada pela mãe, um ser até então onipotente, mas que também é desprovido do falo, e passa por isso a desprezá-la.

Enraivecida por essa constatação que fere seu narcisismo, por ter considerado a sua imagem equivalente ao falo, ela se sente inferior e solitária, não só por haver rejeitado a mãe impotente, mas também porque ainda não fez seu percurso até o pai. Nessa contingência, inveja o poder que esse órgão detém e volta-se para o pai maravilhoso, o possuidor do falo, com quem pensa encontrar consolo para sua aflição e ser por ele possuída, impregnando-se de sua força e poder. No entanto, esse pai não é o todo-poderoso que ela acredita que ele seja. Ao perceber que não tem nem nunca terá o almejado órgão, sente-se rechaçada e reage ao infortúnio se insinuando para ele, na vã esperança de vir a ser a fonte do poder do pai, isto é, ser o falo dele. .

Alçada à condição de desejante, a menina assume a posição feminina, dando entrada no Édipo. Nesse estágio, ao mesmo tempo em que deseja ser a mulher do pai, ela sente admiração pela mãe, com quem se identifica por ser capaz de atrair e conquistar o homem que ela também busca seduzir. A mãe, nesse circuito, é para a filha um ideal e também concorrente, uma vez que a menina não consegue deslocá-la do seu lugar na relação conjugal. Ao desistir do seu intento, por falta de receptividade do pai ao seu desejo, a menina recalca esse desejo, captando para si o pai real, que ela incorpora ao eu e com o qual se identifica.

O pai de outrora, da fantasia infantil, finalmente sai de cena. Morto esse pai, a menina o ressuscita como modelo de identificação. A identificação se dá primeiro com os traços femininos da mãe e só depois com os traços masculinos do pai. Com essa bagagem dupla de identificação, ela se despede do Édipo e, tal qual o menino, segue sua vida para além do seio familiar.

Ainda que haja abandonado o desejo pelo pai, importa ressaltar que “uma mulher tem sempre seu pai dentro de si” (NASIO, 2007, p. 59). Quando essa vivência dolorosa é administrada de maneira a não tolher as singularidades de todos os envolvidos e a menina não se sente castrada e inferiorizada, entendendo que seu sexo é apenas diferente do menino, ela passa a desejar ser penetrada e pode aflorar o desejo de ter filho.

Ao transpor o aspecto da procriação, Freud acrescentou algo às evidências enigmáticas do que constitui um pai e uma mãe concretamente, colocando em pauta o valor irredutível de uma transmissão simbólica, diferente das necessidades fisiológicas que organizam a família biológica (SENNA, BARC, GOMES, GUILHON e KUPFERBERG, p. 94).

Tais vivências edípicas, que se dissipam com a renúncia da criança ao objeto fundamental de seu desejo, ocorrem sob um grande temor, que Freud nomeou de castração. É por volta dos três ou quatro anos, segundo a teoria do complexo de Édipo, que os meninos descobrem o prazer em outra parte do corpo além da boca – o pênis. Quando o sujeito do sexo masculino concentra o interesse nos seus genitais, revelado pelos constantes manejos, e é advertido pelos adultos, paira a ameaça de privá-lo daquela parte tão estimada de seu corpo. Essa ameaça de castração vem sempre de alguma das mulheres que rodeiam habitualmente a criança, as quais, para mostrar autoridade, asseguram que o castigo será aplicado pelo médico ou pelo pai (FREUD, 1924/ 2008).

Segundo Nasio (2007), esse órgão é ao mesmo tempo imaginário e simbólico, constituindo fonte de sensações e se impondo como zona erógena. Tal descoberta prazerosa, que provoca excitação genital, ganha atenção especial da criança, por ser visível, manipulável, erógeno, e ficar erétil, atraindo as suas mãozinhas em busca do prazer que seu corpo proporciona.

O valor atribuído ao pênis é enorme, sendo-lhe conferido poder e força viril, o que o torna um objeto narcísico precioso e causa de inveja nas meninas. Em razão disso, meninos e meninas elegem o falo como representante do desejo. Não se trata do órgão em si, mas do pênis fantasiado, idealizado e onipotente. Freud (1924/2012) nomeou essa fase da sexualidade infantil de ‘fase fálica’. Nessa fase, as crianças de ambos os sexos acreditam que todas as pessoas são dotadas de um falo.

Devido à excessiva valorização do falo, a criança vive angustiada, com medo de perder esse objeto tão poderoso. Isso porque, na construção teórica freudiana, a criança, para alcançar esse estágio do seu desenvolvimento, já teria sofrido perdas importantes em sua curta existência, tais como: o seio materno, o seu *objeto transicional*, o paninho de estimação, seus excrementos, o lugar privilegiado de filho único, com o nascimento de outro irmão, e até a perda de um ente próximo. Tais experiências possibilitam à criança representar a perda de um objeto querido, daí o temor de que essa experiência dolorosa possa ocorrer novamente.

Há que se considerar que o bebê é capaz de sentir falta do que lhe é vital desde a vida embrionária e, ao nascer, expressa essa falta pelo choro, por exemplo. Nasio (2007) considera que essas demonstrações de desagrado revelam que a criança edípica possui aptidão para reconhecer a falta, sendo tal intuição inerente à espécie humana.

Nas meninas, a descoberta da diferença entre os sexos bem como o complexo de castração têm outras consequências. Ela desistirá da masturbação, vista como uma satisfação insuficiente, que lhe traz um sentimento de inferioridade por recordar a supremacia do menino, que possui algo que ela não tem. A mãe deixará de ser modelo para a filha e será substituída por outro objeto amoroso – o pai, que passa a ser seu modelo. Ao perder um objeto amoroso, a reação mais óbvia consiste em se identificar com ele, como se quisesse recuperá-lo desde dentro por meio da identificação (FREUD, 1924/ 2012).

Portanto, na trama edípica freudiana, a menina sofre de ressentimento por não ter recebido da mãe um pênis e por ter vivido com ela um longo período de apego na fase pré-edípica. Essa reação demonstra que há um espaço na menina para o desejo e modelo dessa mãe, por já considerar o pai como rival e ao mesmo tempo se identificar com ele na resolução do Édipo. Em relação aos meninos, é a identificação que ocupa o lugar de eleição do objeto, que se transformou por regressão. Quer dizer, o objeto perdido com o qual o sujeito se identificou foi investido narcisicamente. Assim, a criança se identifica com ele. Essa identificação surge do fato de que esse objeto, por ter sido idealizado, se converteu em modelo.

A capacidade de a criança edípica representar a falta e a ficção de um falo universal constitui a premissa para o entendimento das fantasias de castração no menino e de privação do falo na menina, além de possibilitar o entendimento de como ocorre a saída do Édipo para o menino e a entrada nele para a menina. O Édipo será vivido e destruído de forma diferente pelos dois gêneros.

Após o Édipo, feita a identificação com seus genitores, sem entrar na questão das possíveis patologias quanto às dificuldades dessas vivências, a autoridade do pai, ou dos pais, projetada no ego da criança constituirá o núcleo do superego, considerado o ‘herdeiro do complexo de Édipo’. Essa instância psíquica introjeta o rigor do pai, perpetua sua proibição do incesto e garante o ego contra o retorno dos instintos de objetos libidinais. As tendências libidinais correspondem ao complexo edípico e são em parte dessexualizadas e sublimadas, o que acontece em toda transformação em identificação, sendo inibidas quanto ao seu fim pela conversão em tendências afetivas

(FREUD, 1924/2012). Englobando as funções de interdição e de ideal, essas tendências afetivas são vistas ainda como um caso de identificação bem-sucedida com a instância parental.

É na segunda tópica freudiana que o superego se localiza. Sua instauração impede a consciência e a realização dos desejos através da censura inconsciente. “Embora seja a renúncia aos desejos edípianos amorosos e hostis que está no princípio da formação do superego, este, segundo Freud, é enriquecido pelas contribuições ulteriores das exigências sociais e culturais” (LAPLANCHE e PONTALIS, 1976, p. 643).

Após esse processo, tem início a fase de latência, na qual o crescimento sexual do sujeito é interrompido. O fim da vivência do complexo de Édipo na menina é a sua aceitação da castração como fato consumado, substituindo o desejo de ter um pênis pelo desejo de ser mãe. O complexo de Édipo feminino culmina, então, em desejo reprimido de receber um bebê como presente do pai, ou ter um filho dele. No entanto, segundo Freud, os desejos femininos de possuir um pênis e ter filho perduram de forma intensa no inconsciente, o que ajuda a mulher a se preparar para o seu futuro papel sexual. Vale ressaltar que o próprio autor se confessa insatisfeito e considera incompleto o processo evolutivo feminino que ele traçou.

Freud abandona o pai sedutor descrito pelas neuróticas pelo pai simbólico, introjetado após o parricídio, introduzindo a ficção no lugar do evento, tido por ele a princípio como real. Desse modo, ele desmistifica o pai de ‘carne e osso’, dando lugar ao pai simbólico. Essa nova postulação teórica freudiana, que abordaremos no próximo capítulo, centraliza a figura paterna na constituição do sujeito, uma vez que o pai, como o terceiro elemento, possibilita que a criança se torne sujeito, podendo separar a mãe do bebê e evitando que o *infans* seja por ela absorvido.

3

A centralidade do pai na constituição do sujeito

O pai nos escritos de Freud se reveste de grande relevância na constituição psíquica do sujeito, deixando a figura materna, por assim dizer, numa posição secundária. Foi só com os estudos e observações dos psicanalistas ingleses pós-freudianos é que a mãe passou a ocupar um lugar expressivo nos primórdios da existência humana. Winnicott (1982) cunhou o termo *'preocupação materna primária'* para designar a fase após o parto em que a mãe fica devotada ao seu bebê. Bowlby (1981) escreveu sobre os cuidados maternos e saúde mental. Compreender o desenvolvimento mental do sujeito considerando que ambos os pais e suas respectivas funções são importantes na formação e subjetivação do ser humano continua instigando os estudiosos pós-freudianos da relação mãe/bebê.

Portanto, não há como se pensar no sujeito sem a representação de pai e mãe, levando em conta a teoria freudiana dos dois primeiros processos da constituição do sujeito: identificação e investimento libidinal de objeto, que não se distinguem cronologicamente. Villa (2012) defende a ideia de que a identificação com o pai da horda primitiva teria prioridade sobre o investimento objetal. Nessa identificação residiriam as condições do destino cultural das pulsões e do investimento psíquico do objeto. “As urgências da sobrevivência determinariam a inserção do projeto da plena satisfação, tanto das exigências pulsionais quanto dos desejos inconscientes, num tempo que é da compulsão vital” (p. 2).

Considera ainda o autor que, do processo de identificação – referindo-se ao complexo de Édipo e seus destinos, que ele compreende como inacabado – deriva a compulsão a retomar esse processo de forma incessante, com o intuito de completá-lo. Com essa argumentação, Villa (2012) sustenta que a transferência é fundamentalmente de essência paterna, e os resultados do processo de transferência dão acesso à historização das vidas individuais, dos grupos sociais e da espécie, enquanto o processo de individualização predisporia o sujeito aos processos neuróticos, sendo a neurose o preço a ser pago para que o desejo se mantenha.

Uma vez que é a partir da dissolução do complexo de Édipo que a constituição do superego se organiza, essa instância mental se torna fundamental à restrição dos impulsos instintuais e, conseqüentemente, à convivência familiar e social. Mas Villa (2012) questiona se seria possível conceber uma via de resolução do complexo de Édipo que libertasse o sujeito dos grilhões da autoridade paterna e, desse modo, rompesse com a compulsão a repetir o assassinato do pai, que parece agir como maldição sobre a psique do sujeito e no histórico coletivo. É que Freud considerou a autoridade paterna e a compulsão como herança arcaica e herança filogenética, que se perpetuam através de transmissão transgeracional, sendo a aquisição filogenética a força motora do complexo paterno.

Em *Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci*, Freud (1910/2013) afirma que raros são os homens que podem prescindir de apoio junto a alguma autoridade, e que é no complexo paterno que se identifica a raiz da necessidade religiosa. Ele diz ainda, em *Psicologia das massas e análise do ego* (1921/ 2011), que a maioria dos homens tem uma necessidade imperiosa de autoridade, a ponto de para eles o mundo tremer se a autoridade for ameaçada. Autoridade, na psicanálise freudiana, é sempre referida à figura do pai.

Freud, nesse texto sobre Da Vinci, comenta que os homens verdadeiros e realmente civilizados são os que, como Leonardo da Vinci, aprenderam a renunciar ao pai. Isso porque renunciar ao pai possibilita que a curiosidade sexual infantil se desenvolva, caso contrário ocorreria uma parada no desenvolvimento da criança, que ficaria aprisionada pelo temor do pai, prejudicando sua capacidade de pensar.

[...] o papel principal nas vidas mentais de todas as crianças que, posteriormente, se tornam psiconeuróticas é desempenhado por seus pais. Estar apaixonado por um progenitor e odiar o outro é um dos constituintes essenciais do acervo de impulsos psíquicos que se forma naquela época e que é de tal importância no determinar os sintomas da neurose posterior (FREUD, 1910/2013, p. 276).

No livro *Eu e o id*, Freud (1923/2012) dirá que, no desenvolvimento da criança, se a repressão do complexo de Édipo, sobretudo em relação ao pai, for percebido como obstáculo aos desejos edípicos, o eu da criança se fortalecerá, estabelecendo este mesmo obstáculo dentro de si, o que ele nomeou de supereu. O supereu conservará o caráter do pai repressor sob a influência de professores, religiosos, escolas, autoridades, que levarão adiante o papel do pai. Quanto mais forte tiver sido o complexo de Édipo, tanto mais severo será o supereu sobre o eu como consciência moral.

Em *Dissolução do complexo de Édipo*, Freud (1924/2012) esclarece que se o ego, instância mediadora entre o id e o superego, não conseguir muito mais que uma repressão do complexo de Édipo, em vez de extirpá-lo, este persistirá em estado inconsciente, e manifestará mais tarde um efeito patogênico. Efeito este de tal ordem que pode inviabilizar a capacidade de pensar do sujeito, comprometendo a atividade psíquica que possibilita ou facilita as expressões próprias da cultura.

Pode-se considerar que a presença do pai percorre toda a obra freudiana.

3.1.

Narcisismo e identificação

O conceito de narcisismo foi formulado por Freud valendo-se, mais uma vez, da mitologia grega, na figura do jovem e belo Narciso, filho do deus-rio Cephisus e da ninfa Liriopes. Rege o mito que a deslumbrante beleza de Narciso despertava suspiros nas ninfas e também nas donzelas, mas ele a todas desprezava, por não encontrar alguém que pudesse merecer o seu amor. Tal atitude de desprezo para com seus semelhantes chegou até o Olimpo, e Narciso foi condenado a amar sem ser correspondido.

Certo dia, cansado, Narciso encontrou uma fonte de águas cristalinas e, ao se debruçar para banhar-se, contemplou uma bela figura que o olhava de dentro da fonte. Extasiado com tanta formosura, apaixonou-se pela beleza daquele ser. Tentou então abraçá-lo, mas este escapava de suas tentativas. Acreditando que cada gesto seu refletido na fonte fosse resposta às suas frustradas investidas, Narciso chorou. E ficou ali por dias a fio admirando a própria imagem, sem saber que era ele mesmo. Sofrido e infeliz, foi perdendo sua beleza e força, até que sucumbiu de vez a tanta infelicidade (BRUNEL, 1997).

Esse mito ilustra o poder dos deuses, que restabeleceram a justiça universal e puniram Narciso por desejar subtrair-se à lei comum e por ter se recusado a amar alguém. Utilizar esse mito para entender as escolhas afetivas dos seres humanos foi mais uma percepção de Freud, que acreditava serem os mitos representação de desejos e manifestações psíquicas inconscientes do sujeito.

Inspirado no mito de Narciso, Freud desvenda a maneira como o sujeito se identifica com o outro. Segundo ele, a identificação se faz pelo investimento narcísico

no objeto. Esse investimento, denominado narcisismo, é o amor do sujeito por si mesmo e ocorre no desenvolvimento sexual do ser humano. No caso dos neuróticos, esse investimento é um complemento libidinal do instinto de autoconservação, que Freud nomeou de ‘narcisismo primário’

Narcisismo primário é aquele em que a criança investe a sua libido em si mesma, ela é o seu próprio objeto de amor, antes de poder escolher objetos que lhe sejam externos. Trata-se do primeiro estado da vida, antes da formação do ego e da distinção eu / não eu, e se organiza na estruturação psíquica, no início da existência do ser, através das sensações de prazer e desprazer do bebê quando engole o que é bom (introjeção) e cospe o que é mau (projeção).

Aos poucos, o instinto, requer um objeto concreto, o alimento, exigindo que este seja ofertado por um objeto externo que aplaque seu desconforto. Nesse primeiro momento o bebê se apoia no objeto que o nutre. Assim, as vivências de satisfação de autoconservação se conectam com as satisfações sexuais autoeróticas, e o objeto externo apaziguador se torna o primeiro objeto sexual, normalmente a mãe ou seu substituto.

No entanto, a partir dessa primeira experiência de satisfação da necessidade, o bebê passa a buscar esse primeiro objeto de satisfação também na fantasia. A esse período, Freud (1914/2010) nomeou de narcisismo de *apoio*. Mas por ser um objeto desejado, seu destino é não ser atingido. Entretanto, se houver perturbações nesse desenvolvimento libidinal, a busca posterior de amor não será segundo o modelo da mãe ou substituta, mas de si mesmo, ao que o autor nomeou de objeto do tipo *narcísico*.

Serão essas experiências que marcarão o tipo de escolha de objeto do sujeito. Essas fases se fazem necessárias à passagem do narcisismo autoerótico para a escolha de objeto, passagem que constituirá o narcisismo secundário, uma estrutura permanente do sujeito.

Entende-se que o desejo implica o conceito de pulsão e o objeto é passível de mudança. Já a necessidade visa a um objeto específico que atenda à demanda. Como o desejo não exige ou não implica uma relação com o objeto real, visto ser uma falta, difere da busca de satisfação, ficando apenas na intenção de ser realizado. O narcisismo, portanto, é construído a partir do narcisismo dos pais.

Segundo Freud (1914/2010), os pais atribuem à criança todas as perfeições na expectativa de que esta realize o que não lhes foi possível alcançar, elevando-a assim à condição de “sua majestade o bebê”. “O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil,

não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetal revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora” (p. 37).

Na dissolução do complexo de Édipo positivo, as tendências que existem nele se agrupam e resultam em uma identificação com a mãe, por parte da menina, e com o pai, por parte do menino. Essas identificações manterão, tanto no menino como na menina, os objetos internos de ternura paterno e materno que foram introjetados pelos filhos nos vínculos com suas figuras parentais.

Se a personalidade se constitui por uma série de identificações, como estas ocorrem? Segundo o *Vocabulário de Psicanálise*, identificação é

um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. É um ato também pelo qual um indivíduo se torna idêntico ao outro, ou pelo qual dois seres se tornam idênticos em pensamento ou de fato (LAPLANCHE e PONTALIS, 1976, p. 295).

Freud (1921/ 2011), em *Psicologia das massas e análise do eu*, refere-se à identificação como a “mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa” (p.60). A identificação tem papel importante na pré-história do complexo de Édipo, por preparar o menino para posterior vivência do complexo edípico. Nessa fase, o menino toma o pai como ideal/modelo e por isso deseja ser como ele.

A identificação é também um processo ativo que substitui uma identidade parcial ou uma semelhança latente por uma identidade total, podendo se tornar expressão de ternura que encobre um desejo de eliminação. Deriva da *fase oral* da organização da libido, quando o objeto é destruído. Tal como o canibal que, segundo Freud, permanece nessa fase.

O processo de identificação abrange, na linguagem corrente, uma série de conceitos, como imitação, empatia, simpatia, contágio mental, projeção, e já era conhecido antes da postulação psicanalítica de Freud. No entanto foi este quem percebeu que havia um elemento comum na identificação: a fantasia.

Como visto na formulação do complexo de Édipo, os investimentos nos pais são abandonados, dando lugar às identificações. No processo de identificação, “o pai é o que se quisera ser”, e no Édipo, “o que se quisera ter”, ou seja, o pai como objeto (FREUD, 1921/ 2011, p. 62). A diferença está em que o fator interessado seja o sujeito ou objeto do ego. Daí a identificação ser possível antes da eleição do objeto, e não posteriormente ao vínculo com a mãe. A identificação aspira a moldar o eu analogamente ao outro que foi escolhido como modelo.

Mas a identificação possui um percurso em que o bebê se conecta com o outro de forma indiscriminada do eu /não eu. Como o objeto se ausenta, se mostra independente, a identificação primária se transforma, então, em objeto de desejo. O que vem a ser visto como objeto é aquilo que, mediante a projeção, é considerado externo ao próprio sujeito. Assim, o primeiro objeto para o bebê é o seio materno.

Como inexistente esse tipo de vínculo nutricional com o pai, sendo o vínculo entre eles mais indiscriminado, uma vez que o bebê não necessita do pai como objeto de suas pulsões de autoconservação, este não impõe o reconhecimento de uma realidade externa diferente das que o bebê fantasia. Isso significa que, na relação com o pai, as pulsões do bebê são da ordem da libido narcísica, mas com a mãe, por esta frustrar o bebê, a libido narcísica se transforma em libido objetal (ABERASTURY e SALAS, 1984).

Freud (1923/2012) não só introduz a questão da alteridade e do pai como chefe ou líder, mas também propõe que o social está inserido no sujeito e que a psicologia individual está vinculada à psicologia social. Acrescenta ainda que a essência da alma das massas são as relações amorosas e os processos de identificação tecidos nessas relações. Através das massas artificiais – Igreja e Exército – e das massas naturais, sem líder, é que Freud conceitua a identificação. E a partir desse texto, o sujeito em Freud será visto como inserido num grupo, num espaço e numa cultura, o que engloba todo o entorno da vida do sujeito.

Ainda segundo Freud nesse trabalho, as primeiras identificações têm efeitos gerais e duradouros e constituem a gênese do ideal de ego, subjacente na primeira e mais importante identificação do sujeito: a identificação com o pai. No rodapé do citado livro, Freud assinala que seria mais previdente dizer “com os pais”, uma vez que estes são objetos de valoração distinta somente após a descoberta da diferença entre os sexos.

Para Martinez (2004), a ênfase de Freud se ancora em duas noções: a primeira diz respeito ao lugar em que ocorre a identificação, que pode ser tomado como um lugar de objeto a ser possuído; e a outra é que a identificação precede a constituição da relação de objeto.

Freud (1921/2011) ressalta que existem três tipos de identificação possíveis na formação do sintoma neurótico:

Primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetal libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais (p.65).

Na visão de Freud, a psicologia individual está vinculada à psicologia social, o que “[...] conduz a uma extensão da leitura do Édipo, visto que o indivíduo [...] é constituído, na sua formação, pelas marcas de seu tempo” (SENNÁ et al., 2010, p. 101).

Estruturante da subjetivação do sujeito, o Édipo se forma a partir da vivência de uma triangulação (pai, mãe, filho ou o equivalente) e, após a sua dissolução, ocorre a identificação, feita por meio do narcisismo. A não resolução ou renúncia do Édipo traz sérias dificuldades para a construção e o desenvolvimento da personalidade. Desse modo, o sujeito abdica do desejo afixado no complexo edípico, não só devido ao temor a castração, mas à descoberta de que sair desse aprisionamento lhe permitirá apropriar-se de suas peculiaridades.

Freud (1921/2011), em nota de rodapé do livro *Psicologia das massas e análise do eu*, reconhece que há muito a ser explicado no tocante às manifestações de uma identificação, cuja consequência, entre outras, é o sujeito limitar sua agressividade em relação à pessoa com a qual se identifica. Ele comenta ainda nesse texto que Smith (1894/2011) apontou que a identificação se baseia num reconhecimento de algo em comum, como uma refeição compartilhada. E que tal elemento comum permite ligar essa identificação à história primeva da família humana, como construída por ele, Freud, em *Totem e tabu*.

Segundo Villa (2012):

a questão do pai está presente desde o início e em toda a extensão da obra freudiana. [...] e ‘recomeça’ com os efeitos do assassinato do pai sobre a vida psíquica e social dos homens, em *Totem e tabu* (1912[1913] 2012) e *Moisés e a religião monoteísta* (1934-8[1939]/2008) (p.5).

3.2.

Totem e tabu

No prefácio de *Totem e tabu*, Freud (1912[1913] /2012) diz que tratará ambos os elementos de forma diversa. Sua explicação para distinguir totem de tabu é que o tabu ainda permanece na vida dos povos, que segundo Freud, tendem a agir coercitivamente e rejeitam qualquer motivação consciente, enquanto o totemismo, substituído por outras formas de expressão religiosa, se configura como “instituição social-religiosa alheia à sensibilidade atual” (p.15).

A permanência do tabu e o abandono do totemismo instigaram Freud a tentar descobrir, através de estudos antropológicos, o significado original do totemismo a partir do que ele considerou traços infantis e “indícios que reaforam no desenvolvimento” das crianças (p.16). Para Freud existe uma estreita relação entre totem e tabu, portanto a psicologia dos povos da natureza possibilitará um novo olhar para a compreensão da psicologia dos neuróticos, devido às coincidências entre elas.

Qual é o significado de totem? “Animal, planta ou objeto que serve como símbolo sagrado de um grupo ou clã e é considerado como seu ancestral ou divindade protetora.” Totemismo seria, então, “a crença na existência de parentesco ou afinidade mística entre grupo humano ou pessoa e um totem” (HOUAISS, 2004). Já o tabu é uma

instituição religiosa que, atribuindo caráter sagrado a determinados seres, objetos ou lugares, proíbe contato com eles. A violação desse interdito acarreta, supostamente, castigo divino, que pode recair sobre o culpado ou sobre o seu grupo. Proibição de tocar pessoa, animal ou coisa por temor a punição de uma força sobrenatural” (HOUAISS, 2004).

Tabu pode ser entendido como sagrado ou impuro por temor ao seu contato, que prescinde de qualquer fundamentação. Desse duplo significado é que se originam suas proibições, que, por sua vez, seriam resultado de uma ambivalência emocional. Ambivalência entre o desejo instintual reprimido, portanto inconsciente, e a proibição, que é consciente. Esse estado ambivalente aprisiona o sujeito, que quer sempre realizar a ação, mas não o faz por ter sido na infância proibido de fazê-lo pelas pessoas que ele amava. Dessa forma, o sujeito busca escapar dessa situação conflitante através de substitutos e de descarga para a inibição desses dois poderes que, por um lado, se expressam em ações obsessivas e, por outro, em esforço de expiação. Assim, o temor se apresenta maior que o desejo.

Freud considera que a compreensão do tabu lança luz sobre a natureza e a gênese da consciência moral, sugerindo haver os conceitos de consciência do tabu e consciência de culpa, após a transgressão do tabu. Pensa também Freud que a consciência do tabu é a forma mais antiga de se encontrar o fenômeno da consciência.

“Se a consciência é a percepção interna da rejeição de determinados desejos existentes em nós; mas a ênfase está em que essa rejeição não precisa apelar para nenhuma outra coisa, que está segura de si mesma” [...] todo aquele como consciência sente dentro de si a justificativa da condenação, a recriminação pelo ato realizado” (FREUD, 1912[1913]2012, p.112).

Freud sinaliza, ainda, que provavelmente a consciência surge com base numa ambivalência emocional, a partir de relações humanas específicas às quais tal ambivalência estaria ligada.

Freud (1912[1913]2012) discorre sobre a questão da consciência moral e conclui “[...] que onde existe proibição deve esconder-se um desejo” (p.115). Lembra o autor que tabu é uma instituição social, enquanto a consciência moral é individual, formada a partir das relações primevas do sujeito com sua família e cultura.

Ele compara os rituais da neurose obsessiva com as proibições de totem e tabu para exemplificar as diferenças entre tabu e consciência moral e como esta última se estabelece. Na neurose obsessiva, o temor do transgressor é de que alguém, geralmente uma pessoa amada, sofra as consequências do seu ato. Essa forma de lidar com a situação se daria por temor ao contágio, por imitação, ou pela capacidade de irradiação do tabu. Quer dizer, se alguém conseguiu satisfazer seu desejo reprimido, corre o risco de suscitar o mesmo desejo nos seus semelhantes.

A forma encontrada para que se respeite a lei é a punição do infrator. Argumenta Freud que o castigo era originalmente dirigido ao próprio desviante, que temia pela sua sobrevivência e mais tarde deslocou esse temor para o ser amado. Essa mudança de sentimento seria a raiz da proibição do tabu, que, por ser um impulso mau (desejo de morte da pessoa amada), foi reprimido pela proibição. É a ambivalência que marca a passagem do sentimento egoísta (salvar a si mesmo) para o altruísta (proteger o objeto amado).

Nesse longo e descritivo texto supracitado, Freud introduz o simbólico, a ideia de alteridade e a entrada na cultura. Também se interroga quanto à forma de transmissão entre gerações de tais traços, que ele considera inextinguíveis. Ele formula sua resposta através da transmissão genética e também por herança arcaica, por restar um vestígio atávico, que seria o responsável pelo retorno do recalçado.

O simbólico, a partir do mito de Édipo, compreende a diferença, a noção de cultura, o ordenamento social e a inclusão do ser humano nas leis universais que nos governam, como o desenvolvimento psicosssexual e o complexo de Édipo. Este corresponde ao narcisismo primário, enquanto o simbólico diz respeito ao narcisismo secundário (POKORSKI, 2012, p. 2).

Segundo Gomes (2003), a formulação de *Totem e tabu* (FREUD, 1912[1913]2012) recai em dois impasses: o da fundamentação da lei do retorno do amor (o remorso) e o da transmissão biológica. Mas a autora considera que a noção de

obediência adiada, ou *a posteriori*, como se refere Freud, oferece possibilidade de saída, quando designa o assentimento à lei, vinculando-o à noção de *a posteriori*. Acrescenta ainda a autora que a exigência de fundamentar a lei no remorso é necessária para sustentar a tese de que ‘no princípio foi ato’, visto que Freud, em *Totem e tabu*, assinala que uma consciência criativa se encontra presente na civilização, o que exige expiação. O ato de que se trata – parricídio – seria um pressuposto necessário para entender a persistência dessa culpa criativa.

Nesse mesmo estudo, Freud buscou, através da teoria da horda primitiva e do comportamento dos povos primitivos, a origem dos preceitos morais e da religião, pautando sua teoria filogenética na transmissão de disposições psíquicas, através das gerações. É na descrição do pai da horda primitiva que a questão do pai adquire sentido desde o seu assassinato, ato criminoso, que Freud considerou como ato do começo, por introduzir historicamente a humanidade no processo de individuação, no trabalho da cultura.

Freud, em busca de uma conceituação de pai, entra em contato com os ensaios antropológicos de W. Wundt e com o estudo etnopsicológico de C. G. Jung, que reavivaram seu antigo interesse pelo tema. Tal interesse foi despertado pelo físico e exegeta bíblico R. Smith, que muito o estimulou ao descrever uma cerimônia essencial da religião totêmica, em que uma vez por ano um animal totêmico, adorado e protegido em outras ocasiões, era morto, comido e em seguida pranteado. Agrega-se a isso a hipótese de Darwin de que os homens viviam primitivamente em hordas, e cada uma delas sob o domínio de um único macho, forte, violento e invejoso.

Freud (1912[1913]2012) sentiu-se compelido a elaborar sua teoria do pai da horda primitiva. Segundo essa teoria, o chefe abusava de seus poderes e tomava para si todas as mulheres, matando ou expulsando os filhos como se fossem seus rivais. Um dia, os filhos se revoltam contra esse poder despótico e assassinam o pai-inimigo, mas também ideal, e se alimentam de partes do corpo do pai morto, de forma semelhante à cerimônia religiosa do animal totêmico descrita por Smith. No entanto, por não conseguirem usufruir do poderio do pai assassinado, surge certa animosidade entre os filhos, que, fracassados e culpados, unem-se em um clã fraterno, regido pelos princípios do totem e do tabu de não possuir as mulheres do mesmo clã e reverenciar o pai assassinado.

Ao devorarem porções do corpo do pai morto, os filhos consomem sua identificação com ele, acreditando que, através da refeição totêmica, se apropriariam de parte da força desse pai. A refeição do animal totêmico é a comemoração do assassinato

do pai, segundo essa exposição. E dela derivou no homem o sentimento de culpa, início da organização social, da religião e das restrições morais. Ainda que tal possibilidade não seja admitida historicamente, Freud a mantém sob a égide do complexo de Édipo e da ambivalência que nela predomina.

Nessa configuração, o pai terrível converte-se, depois de morto, em divindade. E no psiquismo do filho, dentro da situação edípica, trava-se uma luta de amor e ódio pelo pai, produzindo formações transacionais, por meio das quais se impugnavam o assassinato do pai e também se afirmavam suas vantagens. Desse modo, compreende-se que Freud esboçou a derivação da autoridade real a partir da posição do pai de família. E foi depois da hipótese da horda primitiva e assassinato do pai primordial que ele irá elaborar a teoria das instituições sociais e culturais. O pai passa então a simbolizar a ausência, o pai morto e, ao mesmo tempo, estrangeiro. Segundo nota introdutória de Strachey (2008), a escrita do texto em pauta sofreu restrições quanto à sua publicação por parte do próprio Freud, que só mais tarde passou a considerá-la sua melhor obra.

O fim da horda, com a morte do pai, possibilitou a aliança entre os irmãos, e devido ao sentimento de culpa resultante da ausência do pai da horda, não houve sucessão. Seu lugar permaneceu vazio, sua imagem recalcada e fundada na renúncia universal à satisfação, instalando-se a figura de um pai simbólico. A morte do pai, questão da lei, deixou seu lugar vazio e ao mesmo tempo um lugar de referência (SENNÁ et al., 2010).

O fundador da psicanálise não abandonou nem abriu mão de sua formulação acerca do mito do pai primordial. Para ele, tanto o pai da horda como o pai retratado no mito de Édipo seriam as causas do sofrimento do filho. E quanto maior o poder do pai na família dos primórdios, mais os filhos, vistos ao mesmo tempo como sucessores e inimigos, alimentavam o desejo de substituir o pai. A saída para esse impasse é que tal vivência venha a ser simbolizada, não havendo ‘passagem ao ato’, para assim não retornar como angústia. Entretanto, para que o pai retorne como recalcado é preciso que tenha havido previamente um recalque.

Num primeiro tempo, a questão do pai passa a ser elaborada em torno da substituição da cena de sedução pelo fantasma histórico, isto é, em sua função edípica, [...] possibilita entender o pai como formação do inconsciente, particularmente do sujeito histórico, primeiro passo para que se possa tornar o pai como um retorno do recalcado (SENNÁ et al., 2010, p. 97).

Freud (1909/2013) revelou ser a morte do pai um acontecimento muito significativo, uma perda radical na vida de um homem. Essa compreensão foi possível a partir da autoanálise que empreendeu a respeito de sua reação à morte do próprio pai. Mas é o mito simbólico do pai da horda primitiva que importa circunscrever, pois esse

mito traz a questão do par natureza-cultura, que remete ao estatuto do pai primitivo. A problematização da natureza-cultura sugere oposição entre as duas, referindo-se cultura ao que é adquirido, ao social, ao que foi instituído, construído, e também ao que resultou de um progresso (DOR, 2011).

Levi-Strauss (1969) postula que natural é o que obedece às leis universais, enquanto o cultural se institui a partir de regras particulares de funcionamento. E o que separa a cultura da natureza e o que é comum ou universal é a proibição do incesto. Com respeito a tal questão, o autor propõe uma única via: passar da análise estática para a síntese dinâmica. Ou seja, a proibição do incesto não tem origem puramente cultural, nem natural, e tampouco é um composto de elementos tomados da natureza e em parte da cultura. Mas essa proibição se constitui num movimento fundamental, pelo qual e principalmente no qual se cumpre a passagem da natureza para a cultura.

Dor (2011) sinaliza que a lei da proibição do incesto é que faz a distinção entre a cultura e o natural, daí ser preciso que exista “um invariante natural e universal específico a todos os homens” (p. 25). Para o autor, a lei da proibição do incesto estabelece o limite entre o natural e o cultural por meio da organização edípica, que pode ser considerada substrato universal da dimensão do natural no homem. Isso porque a dimensão edípica se configura como lugar de conflito que permitirá ao sujeito ter acesso ao registro simbólico, à cultura. A cultura se torna, então, a verdadeira natureza do homem, que é a proibição do incesto. O mito freudiano do pai da horda primitiva parte exatamente da proibição do incesto.

O horror ao incesto e aos vínculos de parentesco nas tribos australianas, segundo Freud (1912[1913]/ 2012), leva em conta a relação entre o sujeito e um grupo pertencente a um *sistema classificatório*. A designação de pai não se aplica apenas a quem gerou o filho, incluindo também qualquer outro homem que, de acordo com os estatutos tribais, poderia casar com sua mãe e desse modo ser seu pai. É em *Totem e tabu* (1912[1913]2012) que Freud retifica sua primeira teorização, segundo a qual a morte do pai liberaria a satisfação pulsional. No entanto, o remorso por parte do criminoso, a lei do parricídio, assim como a proibição do incesto que foi instituída, não liberaram a satisfação pulsional tão desejada. Dessa forma, com morte do pai, foi imposta a lei.

Mater certissima, pater incertus, lembrava Freud no *Romance familiar* (1908[1909]2008), ao lançar mão do termo jurídico no intuito de indicar que do pai se

têm indícios no e pelo exercício de suas funções, ainda que a condição para uma transmissão simbólica se dê mediante o vínculo entre o pai e a lei.

Segundo Marcos (2010), Freud responde ao *pater incertus* com o mito, ou seja, com uma ficção que se assemelha à construção romântica infantil em busca de suas origens: “A resposta freudiana ao *pater incertus* é a construção de uma ficção fundada no mito [...] tal como a criança, que constrói seu romance na busca de sua origem, Freud precisou construir seus mitos para fundar uma origem?” (p.445).

Para compreender a busca da origem infantil, a psicanálise percorre a trajetória da criança desde o nascimento, passando pela questão sexual, até sua relação com o pai, através de elaborações fictícias. Nesse percurso de busca, a criança, ao tomar conhecimento de que a mãe é *certíssima* e o pai *incertus*, fantasia e passa a ter dúvidas quanto à filiação paterna e à fidelidade materna. Nesse contexto, o filho elege outros seres tutelares como ideais, desvalorizando os próprios pais.

Freud (1908[1909]/2008) interpretava tais fantasias de substituir os pais como nostalgia dos tempos em que o filho apreciava e considerava o pai o mais forte e nobre dos homens e sua mãe, a mais amorosa e bela mulher. Assim, a criança se afasta do pai da atualidade e volta-se para aquele no qual confiava quando pequenino, constituindo sua fantasia o sentimento de pesar pela perda daqueles dias felizes. Por essa fantasia, a criança recupera a valorização que supõe ter vivido na primeira infância. Freud acrescenta que ao longo da existência humana essa fantasia se fará presente nos sonhos de adultos.

Os primeiros anos da infância estão dominados por uma supervalorização do pai, evidenciada pelo fato de os reis e rainhas dos contos e sonhos representarem sempre os pais, assinala Freud. Com o tempo, porém, devido às rivalidades e frustrações reais, a criança vai se desligando dos seus genitores e passa a ter atitude crítica em relação ao pai (FREUD, 1934-8[1939]/2008).

Os mitos são imagens da própria família, tal como ela se apresenta para a criança ao longo de sua vida. A busca de sentido a essas vivências é de grande importância para a criança, pois possibilitará que ela perceba seu lugar na história, como também a diferença entre os sexos, além de situá-la em relação às gerações, facilitando sua saída da sensação de sensualidade materna. Entretanto, as dúvidas acerca do nascimento e da função que o pai exerce persistem (MARCOS, 2010).

Freud não qualifica tais ficções de boas ou más, uma vez que estas encobrem o carinho original da criança para com os pais, ao transferir traços e características deles

para seus substitutos, geralmente de categoria social mais elevada, o que de certa forma mostra deferência às figuras parentais. Essa tentativa de substituir os pais seria o desejo de retornar aos tempos felizes em que os pais eram considerados os melhores.

3.3.

O pai em *Moisés e a religião monoteísta*

Um terceiro momento acerca da compreensão do que é o pai na obra freudiana encontramos em *Moisés e a religião monoteísta: Três ensaios* (1934-8 [1939]/2008). Esse texto foi escrito já no final de sua vida, sendo um entre vários outros referidos ao pai. Mas nesse fica explícito o pai como sintoma. Nele, Freud comenta o estudo de Otto Rank sobre o mito de nascimento do herói que, para ele, se assemelha à história bíblica de Moisés.

O herói, para Freud, é quem se levanta valentemente contra seu pai, terminando por vencê-lo. O mito de Moisés mostra a luta da proto-história do sujeito, por trazer ao mundo um bebê contra a vontade do pai e por ser ele salvo contra os maus desígnios paternos.

Podemos perguntar até que ponto Freud chega com sua teoria do pai nesse texto e sua escritura aí tecida não apagaria a ambiguidade radical do pai que aparecera nos textos anteriores. Nesse sentido, os traços de Javé – o Deus inconsistente [...] são apagados para darem lugar à sublimidade de Deus-Pai, que retorna como sintoma (GOMES, 2003, p. 282).

Em suas teorizações sobre o pai, Freud busca vincular a relação paterna com a crença em Deus, através do processo de identificação, para a constituição da subjetividade do sujeito. Para Freud, a eleição pelo ser humano de seres poderosos – como Deus, pai, protetor/salvador – ocorre pela sensação de desamparo semelhante ao vivenciado na fase de dependência absoluta. Daí a reverência do homem a esse ser divino para que o proteja em sua fragilidade.

Esse sentimento religioso se origina da ‘nostalgia do pai morto’. Trata-se de um apelo (um grito de socorro) “contra a castração e a morte, em um mundo onde a castração e a morte já estão consumadas, e que é sempre dirigido ao salvador” (SENNA et al., 2010, p. 98). Esse pedido de socorro não se restringe ao sentimento religioso; ele pode ser direcionado a qualquer líder em que o sujeito acredita que possa aliviar sua angústia (FREUD, 1921/2011).

A destacar, nesse texto de Freud, a longa exposição sobre a origem de Moisés, que para ele é egípcio, bem como a sua percepção de que certos preceitos não enfraquecem ou sequer são esquecidos com o passar do tempo, ao contrário, se fortalecem e exercem influência sobre o pensamento e as ações de um povo.

Ainda que Freud já tenha demonstrado, em *Psicologia das massas e análise do ego* (1921/2011), a questão da alteridade, em *Moisés e a religião monoteísta* (1934-8 [1939]2008) ele aborda o pai como um estrangeiro, simbolizando a ausência, o pai morto.

A escrita deste texto é realizada por Freud num campo de afetação, pressionado pela segunda guerra mundial e pelo antissemitismo que ameaça o destino dos judeus, encaminhando o centro de sua reflexão em torno da temática da tradição judaica. Moisés era um derrotado e assassinado. Mais uma vez se trata de um *Pai morto*, marcado pela ausência, tal como aparece em *Totem e tabu* (SENNA et al., 2010, p. 105).

Violante (2007) sinaliza a noção, que Aulagnier atribui a Lacan, de que é a mãe o primeiro representante do Outro, enquanto o pai é o primeiro representante dos Outros. Ela diz ainda que no encontro com o pai, inicialmente, o que se oferece ao olhar e à libido do bebê é este ‘Outro sem seio’, que pode ser fonte de prazer e, mais geralmente, fonte de afeto. “[...] seu traço específico e diferencial, por oposição ao encontro com a mãe, é que o encontro paterno não se faz no registro da necessidade” (AULAGNIER, 1975/1979, p.139). Só assim a saída do âmbito materno é possível.

Instalado no centro do Édipo, o pai permite o seu acesso e sua saída. Designar o que deve ser desejado, a mãe, e mantê-la como objeto desejável através da sua interdição, ser apoio das identificações, garantir a diferença entre sexos e as gerações, tais como são os elementos em jogo no Édipo, cujo elemento central é o pai (MARCOS, 2010, pte II, p. 446).

Em *Moisés e a religião monoteísta*, o pai fornecerá o modelo teórico da função paterna na teoria freudiana. Esse Deus de Moisés é um deus que não pode ser representado em imagem, portanto não possui semblante e sequer é nomeado. Esse Deus significou um passo criador que transpõe a ideia de nostalgia do pai morto. Pode-se inferir que Moisés é quem escolhe seu povo (filhos), mas é assassinado por seus escolhidos, que após a sua morte o instituem como pai. Nessa formulação – após a morte –, são os filhos que escolhem o pai. E isso ocorre porque há uma prevalência do intelecto sobre os sentidos. Em outras palavras, para os sentidos só a maternidade é cognoscível e revestida de importância.

No texto em questão, Freud propõe uma visão do início dos tempos, de quando emergem as grandes mães, após o assassinato do pai da horda primitiva, convocando-

nos a elaborar um mito pessoal, em escala humana (ABENSOUR, 2011). A autora considera que há um matriarcado, apesar de este não substituir o patriarcado, uma vez que o pai permanece presente sob forma de poderoso animal totêmico, que se instala no momento da organização social promovida pelos filhos mais jovens. E acrescenta ainda a autora que Freud busca uma verdade romanesca, que represente a passagem de uma ‘verdade material’ a uma ‘verdade histórica’, abrindo um espaço de criação em que “o passado age na sombra”, o que permite desenvolver a visão de Freud sobre a “vida no seio da família humana”. Dessa forma,

[...] a verdade histórica é a conclusão de um processo de pensamento que, opostamente a uma verdade revelada, aponta aquilo que nos é mais inexplicável: a origem e a transmissão, que fazem com que cada um de nós nasça, exista, pense, reproduza-se e morra (ABENSOUR, 2011, p. 5).

Ao final do texto, Freud fornece uma resposta essencial e ao mesmo tempo talvez incompleta para a questão do lugar do materno em sua obra, quando ele manifesta seu entendimento de que o pai significaria o triunfo da intelectualidade sobre a sensualidade e que esta passagem de uma condição à outra representa um progresso cultural. Isso porque, para Freud, a maternidade seria demonstrada através dos sentidos, enquanto a paternidade é suposta e construída. Portanto, ao sobrepor o processo de pensamento à percepção sensorial, a humanidade teria dado um enorme passo pleno de consequências.

Ao considerar um progresso da civilização a passagem da vida sensorial (materno) para a mental (paterno), Freud assinala a importância da figura paterna. Donde se conclui, segundo ele, que existe a possibilidade do desenvolvimento humano rumo à autonomia. Nesse trecho, Freud deixa claro que esse momento histórico representou um dos estágios mais importantes no caminho da humanização – um avanço (da mãe terra para o pai espírito) em civilização.

[...] com a construção do Moisés, Freud faz funcionar o intervalo entre a palavra e o escrito, no qual viu operar a falsificação da letra bíblica e onde situa o segundo assassinato como colocação em ato (*Agieren*) do assassinato primevo. O segundo assassinato, o de Moisés, irá sustentar, de acordo com Freud, o desmentido (*Verleugnung*) do assassinato primevo, a atuação aparecendo no lugar da rememoração (GOMES, 2003, p. 282).

Freud, ao eleger o mito de Édipo para desnudar o desejo sexual inconsciente de todo ser humano pela figura do genitor do sexo oposto, não só desmistifica a inocência do *infans*, como aponta para todo um trabalho a ser desempenhado por um terceiro, o pai ou substituto, que irá desmontar a simbiose necessária nos primórdios da existência

humana ao disputar com a criança a atenção e o interesse também para si da mãe/esposa/companheira.

Essa separação, provocada pela existência do pai ou seu equivalente, da relação fortemente dual é de suma importância para que o *infans* advenha sujeito. Como um ser de horda, segundo Freud, o ser humano necessita do outro e, em prol do pertencimento ao grupo, ele renuncia a seus desejos incestuosos, assinalando assim um dos mal-estares na civilização.

Aprendemos com Freud que é na constelação dos conflitos edípicos que a criança se defronta, de maneira crucial e inaugural, com as figuras da lei, da interdição, da transgressão, da culpa e dos temores ao castigo a ser aplicado pelo juiz, papel atribuído ao pai. A razão disso é que o temor possibilita abdicar da onipotência, que é regida pelo princípio do prazer, e aceitar o princípio da realidade, inserindo o sujeito no círculo de troca social. E cabe à família, como representante social, estimular o aprendizado para aquisição de competência, através do trabalho, para que o sujeito se torne sócio pleno da sociedade humana e da cultura, aponta Pellegrino (1984).

A busca de satisfação no complexo de Édipo é o desejo tanto pela mãe como pelo pai. E a negação da realização desse desejo é representada pela figura paterna, detentora de poder suficiente para afastar a criança da mãe, enquanto fonte de prazer para o filho, possibilitando assim que este se desenvolva.

[...] uma das condições essenciais para que o pai possa manter seu lugar na relação com a mãe e fazer contrapeso para ajudar uma criança a encontrar seu próprio lugar no seio dessa configuração familiar e linguageira é que o social sustente a pertinência de sua intervenção. É, pois, de um sutil equilíbrio entre investimento materno, contrapeso paterno e trabalho de consentir em "crescer" a criança que se trata (LEBRUN, 2004, p. 430).

Só ele, o pai ou substituto, ao proporcionar a separação mãe-filho, permitirá à geração seguinte fazer o luto desse pai ideal. Uma vez que pai ideal inexistente, a transmissão do pai real se distancia deste, pela impossibilidade de o pai real a tudo responder. Assim, o sujeito poderá abandonar os pais e fazer aliança com pessoas de sua própria geração, de acordo com o seu desejo. Essa condição ocorrerá pela posição do pai ao se voltar para uma mulher, que quase sempre é a mãe.

O pai como o transmissor da lei pode ser mais bem compreendido a partir de Bion (1977), que introduz os conceitos de 'continente' e 'contido'. Continente diz respeito ao local para dentro do qual o objeto foi projetado. E o objeto projetado para dentro, denominou de contido. Bion considera que o grau de continência determinará o nível de

possibilidade e evolução das experiências sensoriais às simbolizações. E que as funções de conter engendram tanto qualidade de abrigo, como sensação de coerência interna, promovendo a constituição de um mundo interno com limites, no qual o sentido pode ser encontrado.

Lebrun (2004), em seu livro *Um mundo sem limite*, comenta que:

Família sempre foi o caldeirão da vida social, o lugar onde se preparava para o futuro sujeito o acesso à sociedade de que fazia parte; no seio dessa família, que, então, nunca foi somente privada, mas desde sempre estreitamente articulada com o social, o papel do pai era representar a autoridade – idêntica àquela do topo da pirâmide – e encarnar a figura de exceção pela qual transmitia a legitimidade na continuidade temporal (p. 14).

Esse autor evoca o desaparecimento de ritos e papéis, sendo a evolução da família e suas consequências o fenômeno sensível para a compreensão do destino da figura paterna. No próximo capítulo veremos como, nos primórdios do século XIX, a família se fechou em si mesma, estruturando-se entre seus membros, e, nos dois séculos seguintes, o casal passou a se organizar de forma mais igualitária, diluindo assim a hierarquia da autoridade do pai, que possuía até então os encargos de provedor e mentor da família.

4 O pai na contemporaneidade

As pessoas tornam-se pais, ou seja, ninguém nasce pai ou mãe, e a construção da parentalidade possui elementos complexos. Uns elementos se incluem na ordem do coletivo, pertencem à sociedade e se transformam ao longo do tempo, sendo históricos, jurídicos, sociais e culturais. Outros elementos, de caráter privado, são peculiares, de forma consciente ou inconsciente, aos futuros pais enquanto pessoas e, formado o casal, pertencem à própria história familiar de ambos os seus membros. Tais elementos colocam em jogo o que é transmitido ou escondido, isto é, os traumas infantis e a forma como cada membro do casal lida com esses fatores. Sem esquecer que a criança possui seus próprios elementos e é ela que transforma seus genitores em pais.

Uma vez que são múltiplas as maneiras de ser pai e de ser mãe, a dificuldade consiste em permitir que as devidas potencialidades se manifestem, já que não há receita infalível para tais funções. É necessário que as capacidades dos pais aflorem e sejam sustentadas por seu entorno. Isso porque os elementos culturais se misturam aos individuais e familiares de forma muitas vezes profunda, assustadora e até paralisante.

Zornig (2012) considera que tornar-se pai ou mãe exige um longo percurso, que teria início na infância de cada um dos futuros pais, e que o nascimento de um filho produz mudanças de tal ordem no psiquismo parental, que poderá ser um auxílio na retificação da história infantil desses pais.

Parentalidade é um termo utilizado pela literatura psicanalítica francesa para marcar a dimensão do processo de construção da relação dos pais com os filhos, bem como o exercício dos pais nessa relação. Ainda que diferentes disciplinas tenham estudado os laços de parentesco, como a antropologia, a filosofia e a sociologia, é na psicologia e na psicanálise, lembra Zornig, que se encontra pesquisa relevante sobre os processos psíquicos e as mudanças subjetivas produzidas nos pais quanto ao desejo de ter filho.

Historicamente, as relações de aliança se estabeleciam sob o patrimônio familiar; com o romantismo, porém, o amor entre casais e entre pais e filhos adquiriu importância, e as alianças conjugais começaram a ser feitas sob a égide do afeto. Desse

modo, a relação entre pais e filhos também sofreu essa influência, passando a educação e a formação dos pequeninos a ter grande importância para o desenvolvimento e a garantia de uma sociedade saudável.

São vetores da parentalidade o sangue, o leite e o esperma, segundo Parceval (1986). O sistema que dá conta da vivência da representação da parentalidade é o sistema simbólico de representação. Diz a autora que a sociedade ocidental utiliza o conhecimento biológico e médico em função dos seus objetivos ideológicos. E foi assim que a sociedade se serviu desse conhecimento fisiológico e transformou a concepção de um bebê em assunto exclusivamente materno e feminino, excluindo o pai do processo que privilegia gravidez, parto, amamentação, a relação mãe/bebê, e fazendo uma negação da paternidade em nossa cultura.

Com a separação entre público e privado, entre a conjugalidade e a parentalidade, os arranjos familiares não estão mais submetidos à parentalidade. Assim, as configurações familiares da contemporaneidade dependem apenas do desejo entre o par/casal de estabelecerem relações íntimas. Dessa forma, as relações conjugais são de caráter privado e dizem respeito unicamente ao casal. No entanto, quando esse par se dispõe a ter filho, o espaço privado é invadido pelo espaço público, que passa a determinar, mediante leis de proteção às crianças (tidas como vulneráveis), as relações de parentesco, definindo as responsabilidades dos pais e do estado, sinaliza Zornig (2012) referindo-se a Julien.

A família, ao longo de sua existência, se acomoda e se modifica junto com a sociedade. Por conta dessa mobilidade, ela vem sofrendo desmapeamento desde a sua antiga organização – a família patriarcal. Enquanto a família moderna é fundada no amor romântico, na contemporaneidade a família, chamada de pós-moderna, busca por relação íntima, constata Roudinesco (2003) em seu livro *Família em desordem*. Desordem no sentido de instauração de novo paradigma, desordem porque a família atual não comporta um modelo, mas um mosaico de arranjos. No entanto, esses movimentos familiares se mantêm como estrutura organizadora e segura para seus membros, constituindo um espaço fundamental para a troca afetiva e a transmissão simbólica. Diz essa autora que “a família é o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar” (p. 198).

Zornig (2012) considera que tanto para Julien quanto para Roudinesco, a relação de consanguinidade ou de aliança não é suficiente para assegurar o exercício da parentalidade. A parentalidade não é a pedra fundamental da estrutura familiar

contemporânea. Dessa forma, uma questão se impõe: o que sustenta o desejo do par conjugal no processo de transição à parentalidade? Zornig sinaliza que, com a queda das referências simbólicas estáveis – mundo líquido, como definiu Bauman (2001) – e com a pluralização das leis e de possibilidades de subjetivação, tornar-se pai ou mãe depende, hoje, muito mais da história de cada um do par conjugal.

4.1.

Não mãe seria pai?

Vimos no capítulo anterior que o pai no texto de Freud deixou de ser compreendido como biológico – o pai das suas pacientes neuróticas – para ser reconhecido como pai simbólico, pai morto, do *Totem e tabu*, que se tornou mais poderoso do que fora em vida. Introjetado como lei, proibição e interdito resultante da “obediência *après coup*”, o pai, para Freud, ocupa um lugar central no complexo de Édipo, tendo caráter universal e função simbolizante e subjetivante. A estrutura do sujeito, para ele, é o complexo de Édipo. Entretanto, os que se opõem a essa conceituação freudiana quanto à universalidade do Édipo e à pertinência do esquema edípico em outras culturas passaram a discutir na contemporaneidade sobre o declínio da figura e da função do pai.

Delourmel (2012), em consonância com Tort (2005), considera tal discurso mais “uma lenda dourada” do que um saber histórico a respeito do pai. O que estaria em declínio, segundo esse autor, seria uma das figuras históricas do pai, o pai patriarca, preponderante socialmente até o século passado e considerado “viga mestra das sociedades”, cuja permanência era a garantia de estabilidade que ele propiciava à religião e à ordem social. Tort sinaliza o perigo para a psicanálise se esta se ativesse a uma concepção da função paterna baseada exclusivamente na figura do pai patriarca, visto ser esta figura concebida com poder absoluto, correndo o risco de ser usada como dogma a serviço de uma determinada ordem social.

Tort entende que em Freud haveria mais de um pai, o que possibilita a defesa de uma abordagem processual do pai e da sua função, seja numa perspectiva ontogênica (desenvolvimento do sujeito), seja de uma posição/intricação entre filogênese (desenvolvimento da espécie) e ontogênese.

Diferentemente de Freud, Lacan (1979) faz do Nome-do-Pai o centro da sua teoria psicanalítica, cuja função não pode ser confundida com a força da ameaça de castração. Segundo Lacan, o pai da realidade não se superpõe à função paterna, uma vez que tal função é a que o pai ocupa na subjetividade, enquanto o pai biológico não se superpõe ao pai simbólico. Lembra esse autor que o pai é da ordem do simbólico, e é isso que importa. Lacan discorda da orientação teórica que considera a ameaça da força paterna seu agente fundamental. Para ele, o complexo de Édipo é relativo a uma estrutura social, relatada por Malinowsky, a partir dos estudos acerca das culturas matriarcais nas quais a autoridade familiar é representada pelo tio materno e não pelo pai. Nessa configuração, o pai fica aliviado da função repressora, desempenhando o papel de protetor e tutor. Essa separação de função propicia um equilíbrio diferente do psiquismo, evidenciado pela ausência de neuroses nos grupos observados por Malinowsky. É com base nesse estudo que Lacan afirma ser a teoria edípica relativa a uma estrutura social.

Lacan se surpreende que a família tenha se reduzido a seu grupo biológico à medida que alcançava mais progresso cultural. Para ele, um grande número de efeitos psicológicos está relacionado a um declínio social da imago do pai. Declínio este condicionado pelos efeitos extremos que o progresso social provocou no sujeito, observados nos grupos, que ele considerou alterados por fatos como: concentração econômica, catástrofe política e a dialética da família conjugal.

Para Lacan, a psicanálise freudiana surgiu numa crise, quando Viena era o *melting pot* das formas familiares as mais diversas – das mais arcaicas às mais avançadas, dos últimos agrupamentos agnósticos de camponeses eslavos aos pequeno-burgueses, e das formas mais decadentes de casais instáveis, passando por paternalismos feudais e mercantis. Foi nesse contexto que Freud formulou o complexo de Édipo.

Esse autor considera ainda que, qualquer que seja o futuro, o declínio da imago do pai constitui uma crise psicológica e que as formas de neuroses predominantes nos fins do século passado são as que revelaram a dependência estreita das condições da família. A principal determinação das neuroses reside na personalidade do pai, seja ela de alguma forma carente, ou ausente, humilhada, dividida, postiça. É esta carência, de acordo com a concepção lacaniana do Édipo, que determina o esgotamento do ímpeto instintivo bem como o da dialética das sublimações. Isso porque, na estrutura do drama edípico, o pai é designado para proporcionar a função de sublimação em sua forma mais eminente, por ser a mais pura.

Leite (1997) pontua que o pai é quem a mãe determina, independentemente de ser biológico ou não, e que Freud, a princípio, estudou em seus textos as figuras de pais biológicos. No caso Dora (1901[1905]), o pai era castrador, segundo ele; em Schreber (1910[1911]), o pai teve seu lugar ocupado pela mãe fálica, que supria as necessidades da criança; em *O homem dos ratos* (1909), o pai é morto, desconsiderado.

4.2.

Paternidade

O que vem a ser paternidade? Paternidade é descrita, no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2004), como qualidade ou condição de pai. Também é entendida como vínculo sanguíneo que liga pai e filho. Pai natural, paternidade resultante de prole, sem impedimento matrimonial, por parte do pai ou da mãe. Em latim *paternitas* – sentimento de pai. Pai, homem que deu origem a outro; genitor, progenitor. Aquilo que causa ou determina alguma coisa. No plano espiritual, aquele que serve de diretriz, de modelo, que inspira outra pessoa. Pater – linhagem, descendência, chefe de família, tribo.

Interessante notar como essas definições se aproximam e ao mesmo tempo se distanciam da interpretação psicanalítica que hoje se dá à denominação de pai. O pai, genitor, ligado por laços de sangue, não necessariamente assume a paternidade ou exerce a chefia da família. Enquanto o pai social, em muitas e diferentes circunstâncias, é o que cria a criança e é referendado como pai pela mãe.

Na atualidade existe certo consenso acerca da relevância da presença do pai não só na vida da mãe, mas também desde os primórdios da existência do bebê, ou a partir da sua concepção, segundo alguns estudiosos. Essa percepção da importância do pai nos dias de hoje ainda encerra resquícios ambivalentes, apesar do costume recente na cultura brasileira de o pai assistir ao parto.

A nova postura de reconhecer o papel significativo do pai desde a notícia da gravidez da companheira, passando pelo momento do parto e ao longo da vida do filho, tem feito o homem se defrontar com questões, pouco estudadas, difundidas e até então por ele impensadas, de como desempenhar bem tal função.

Em cada sociedade será encontrada uma teoria sobre a concepção, ainda que não seja ignorada a realidade fisiológica. Os estudos de Dupuis (1989) revelam que a

descoberta/consciência, pelos egípcios e indo-europeus, por volta do quinto milênio, do papel do pai na procriação causou impacto e foi responsável pela revolução social que modificou a organização humana e subverteu tanto as estruturas da família, quanto a vida sexual, as religiões e inclusive a mitologia.

A primeira ideia é que os filhos não são concebidos pelo pai, mas que, num estágio mais ou menos avançado de seu desenvolvimento, vêm ocupar seu lugar no ventre materno em consequência de um contato entre a mulher e um objeto animal do meio cósmico circundante (ELIADE, 1974, citado por Dupuis, 1989, p. 3).

Esse autor esclarece que foi a prática da criação de animais sem liberdade que permitiu a compreensão da procriação. Isso porque, quando os animais começaram a ser mantidos em cativeiro e os machos abatidos, as fêmeas tornavam-se estéreis. Dessa experiência surgiu a reflexão que levou à concepção de paternidade.

Naquela época as famílias eram centradas na figura da mãe, mas, com a descoberta da paternidade, a sociedade até então matrilinear foi sucedida pelas sociedades patrilineares. Tal mudança foi possível com o advento das guerras e conquistas, que fizeram os homens se sentirem por demais valorizados, transformando-os em seres dominadores. Nessa nova sociedade patrilinear, os homens permaneceram sem noção de responsabilidade para com a sua prole. E essa nova organização representou um rebaixamento da mulher pelo rígido controle do homem sobre a organização familiar, a sociedade e até a religião.

Segundo Dupuis (1989), “o conhecimento do princípio da procriação não é um dado imediato da consciência – é uma descoberta experimental” (p. 5). O autor sinaliza que os começos da exogamia são anteriores ao sistema patriarcal, pois a migração dos rapazes entre clãs teve início nas sociedades matrilineares, anteriores às sociedades patrilineares. Para ele, a ideia de uma sociedade patriarcal nos moldes da que Freud escreveu se deve ao fato de na época se ter pouco conhecimento da história. Dupuis estende sua objeção a Levi-Strauss, que situa sua teoria numa sociedade de dominação masculina. Ele sustenta sua objeção argumentando que os “imperativos da cronologia não podem ser transgredidos” (p. 35). Cita o autor as Erínias, divindades temíveis da mitologia grega, que ignoravam a paternidade, perseguiram até nos infernos os que tinham cometido incesto com sua mãe. “É certo, portanto, que a origem do tabu que afeta as relações consanguíneas antecede a ideia da paternidade” (p. 36).

Caplansky (2001) sinaliza que, sob o ponto de vista antropológico, o pai está vinculado ao conceito de parentesco, filiação e transmissão. Parentesco remete à maneira como diferentes grupos humanos se representam e teorizam sobre os processos

de procriação, concepção e gestação, aliada ao papel que cada um dos sexos desempenha nesse contexto. Acrescenta ela que se deve a Mendel a revalorização da genética no século XX, por ter sido ele quem estabeleceu que, na reprodução, a dotação genética do futuro filho terá a contribuição, de forma essencial e criativa, tanto do homem como da mulher. Para a autora, o conhecimento científico, que demonstra o caráter biogenético da procriação, ainda não foi assumido simbolicamente, dado que a etnologia nos informa sobre povos nos quais as figuras de pai real, imaginário e simbólico, diferenciadas por Lacan a partir de sua interpretação dos textos freudianos, podem ser encarnadas por diversos personagens da vida social.

Dentro dessa perspectiva sociocultural do que é paternidade, podem ser chamados de pai tanto os genitores, como o amante oficial da mãe, o protetor da mulher durante a gravidez, o que pratica o resguardo, o marido da mãe, o irmão do pai, quem cria a criança, o que dá o sobrenome, enfim, são variadas as figuras que podem ter esse significado para uma criança. Portanto, o sentido, o conteúdo e a vivência do termo pai dependem, em grande parte, do sistema de filiação ao qual pertencem. O que Parceval (1986) nomeou de multipaternidade ou paternidade diferenciada. A paternidade se expressa através da função paterna, que pode ser exercida por diferentes agentes.

É em nome da lei que cada sociedade designa o que é pai e quem irá ocupar esse lugar. Não há uma única modalidade de pai, uma vez que a paternidade como um dado de referência familiar guarda estreita ligação com a personalidade e o status dos pais e se distingue da função simbólica da qual os pais são representantes. O sentido, o conteúdo e a vivência do termo pai dependem em grande parte do sistema de filiação, e o nascimento de uma criança não permite determinar o pertencimento dela a uma família, mas sim a realização de um ato social.

O pai, na teoria psicanalítica, é um dos elementos por meio dos quais a estruturação do sujeito se constitui. E esse ser é definido como um corte simbólico do laço primordial que une a criança à mãe, por meio de um nome, o do pai, que representa aliança e outra filiação, segundo Hurstel (1999).

Diversos autores que têm estudado a mudança de espaço e atuação que a figura masculina vem experimentando, entre eles Lacan, consideram que esse deslocamento do papel do homem na sociedade e, conseqüentemente, na família foi que possibilitou a Freud postular sua teoria e prática psicanalítica. Para Lacan (1979), Freud já teria percebido essa mobilidade do macho na conjuntura social do final do século XVIII e no início do século XIX.

Entre os vários estudiosos da questão do homem contemporâneo, citarei alguns com os quais tive contato, especialmente This (1987), que no seu livro *O pai: ato de nascimento* desenvolve uma extensa pesquisa sobre a importância da figura paterna na relação com o filho. Nesse livro, ele inicia cada capítulo fazendo analogia ao período da gestação.

Marinho (2008), por exemplo, comenta que se espera do homem, ao tornar-se pai nesse novo modelo, que ele, além de oferecer suporte afetivo e material, se envolva nos cuidados dispensados ao filho. Para o autor, essa pressão feminina, objetivando um envolvimento maior do pai na vida cotidiana do filho, redefine o valor intrínseco atribuído aos gêneros, como a distribuição de poder entre eles. De acordo com Marinho (2008), o veículo desse novo estilo de paternidade tem sido um discurso de cunho nitidamente psicológico. Esse discurso destaca a realização e a gratificação afetiva experimentadas pelo homem, bem como a segurança emocional e a tranquilidade proporcionadas à companheira, além dos ganhos que o bebê desfruta quanto ao seu desenvolvimento cognitivo e emocional com a inclusão da figura paterna.

Para Marinho (2008), essa proposta de uma nova postura masculina diante da paternidade tem maior aceitação nas camadas mais altas da sociedade. Nessa mesma linha de pensamento, This (1987) comenta que o bebê vivencia uma vasta gama de experiências corporais pré-discursivas com a mãe e o pai, e tal vivência propicia ao bebê experimentar fisicamente a diferença entre eles. O autor considera ainda que o apoio do pai é importante para que o bebê escape de ser engolfado pela mãe, sendo esse aspecto fundamental, uma vez que, para o bebê, o pai nunca foi um parceiro simbiótico pleno. Esse apoio, ao livrar o bebê de ser absorvido pela mãe, contribui para que este estabeleça, em sua mente incipiente, a noção de diferença e a sensação de integridade corporal que a presença do pai infunde.

Por este ângulo, ganham não só a mãe e o bebê, o homem também pode vir a sentir-se mais gratificado com a paternidade ao vislumbrar as possibilidades afetivas no relacionamento com a companheira e seu bebê. Segue This (1987) sinalizando que, após o nascimento, o pai passa a ter mais importância para o bebê, porque estimula a capacidade da criança em dividir a atenção entre os pais, desenvolvendo nela a habilidade em identificar, precocemente e com exatidão, a significativa diferença entre pai e mãe. A criança também será capaz de perceber a diferença do tônus muscular, a movimentação e o odor individual dos pais.

No entanto, dificuldades sobrevêm no vir a ser pai. Como corresponder a esse ideal de paternidade tão valorizado na atualidade pela cultura ocidental? This (1987) considera que um pai imaginário não é um pai real, e que desconforto, confusão, alterações no comportamento, reações inusitadas, podem produzir angústias. Tais angústias podem ser entendidas como identificação do homem ao modelo antigo de pai, o pai do patriarcado. Essa nova configuração da paternidade traz algum desconforto psíquico para o homem, mesmo para aqueles que buscam incorporar esse novo modelo. No modelo passado, a função paterna era exercida com certo distanciamento das tensões do cotidiano e do desgaste inevitável decorrentes de uma aproximação maior com a companheira e filhos. No novo cenário em que o homem está sendo convidado a atuar, ele fica sujeito a reviver possíveis conflitos psíquicos arcaicos e, portanto, exposto a eventuais crises de angústia.

Para Oiberman (2008), paternidade e maternidade são processos complementares desenvolvidos dentro da estrutura familiar existente, no sentido de resguardar o desenvolvimento físico e afetivo da criança. Essa autora chama a atenção para o fato de que em sua pesquisa identificou mais de cinco mil artigos sobre a mãe e pouco mais de mil acerca do pai. Desse total, apenas oito deles se referiam à relação pai/bebê.

Argumenta a autora que, sob o ponto de vista biológico, o papel do macho é o de propagador da espécie, mas a conduta humana excede tal função. Mesmo nas distintas espécies animais, as condutas entre os machos variam. Como exemplos de animais que cuidam de sua prole, ela cita os roedores, que lavam a sua cria, e as aves, cujos machos ajudam as fêmeas no traslado dos seus filhotes para outro ninho. O motivo para esse comportamento, diz a autora, é a sobrevivência da própria espécie. Tais exemplos confirmam que a conduta parental, semelhantemente à da espécie humana, excede a mera procriação. “[...] a paternidade vai além do advento biológico e [...] supera a função de procriação, para modificar-se de acordo com as condições históricas, culturais e sociais” (p.79).

Oiberman (2008) observa que existe no homem uma potencialidade inata paterna, como a preocupação e interesse pelos filhos. O impacto com a chegada do bebê faz desabrochar esses sentimentos, que se caracterizam por condutas movidas pela emoção, tais como: o olhar atento e fixo para o bebê, o toque físico que facilita a percepção do corpo do filho e a atração que o pai sente pelo bebê desde o seu nascimento. É na raiz biológica da paternidade que se situa a pulsão instintiva de sobrevivência, ou seja, o

desejo do homem é sobreviver através do filho, outorgando-lhe seu nome, aspiração essa documentada nos ritos, religiões e costumes.

Essa autora define paternidade como processo psicoafetivo pelo qual um homem realiza uma série de atividades concernente a conceber, proteger, prover e criar cada um de seus filhos. A mudança que está sendo proposta aos homens na esfera familiar é um dos feitos mais notáveis destes novos tempos, apesar de ainda estar ocorrendo de forma silenciosa e paulatina. Oiberman (2008) é de opinião que essa mudança não se restringe à introdução da mulher no mercado de trabalho, mas afeta principalmente a identidade masculina, marcada por fortes alterações no processo social pós-moderno.

Esse movimento masculino se propõe recuperar o homem natural, que desde a revolução industrial foi alijado pela cultura do ‘masculino profundo’. Tal isolamento provocou uma enorme ferida na alma masculina, que não para de aprofundar-se. Essa autora considera que o homem da era industrial foi convertido em máquina produtiva e nesse caminho se afastou não só dos filhos, mas também de seus sentimentos, reproduzindo, em parte, a conduta patriarcal.

Ela divide em três momentos a trajetória masculina ao longo do século XX. O primeiro momento é o do homem forte, dos anos 1950, de poucas palavras e sem disponibilidade para desenvolver seu lado sensível. Era o pai provedor e distante dos filhos. O momento subsequente é o do pai questionador, nascido no calor dos movimentos feminista e pacifista da década de 1960, período em que foram introduzidas noções mais flexíveis e reflexivas sobre a paternidade. E, por último, surge o pai sensitivo, dos anos 1970, aquele que começou a ter consciência de sua responsabilidade para com a natureza e sua prole. Nessa década de 1970, o homem ficou numa situação ambivalente, pois era visto como frágil diante da mulher. E, ao tentar atender as queixas mais sensíveis dela, ele acabava deixando de lado as próprias necessidades.

Talvez o homem nem percebesse essa desatenção para consigo, visto que batalhava por se firmar socialmente, e isso lhe impunha mobilidade. Mobilidade na direção dos anseios discursivos feministas de maior participação na vida familiar, em especial na dos filhos. As investigações levadas a efeito sobre a capacidade do pai junto aos filhos referem-se ou equiparam-se sempre às funções da mãe, ignorando as especificidades da função paterna, que são importantes para o desenvolvimento dos filhos.

Historicamente, a diferença entre as funções materna e paterna dentro da família se distanciou bastante das raízes instintivas, modificando-se em épocas diversas. Talvez por ser o papel da mãe inscrito na lei social e a função simbólica do pai ser tão forte, o homem podia prescindir das relações privadas com o filho. Seu poder corria paralelo ao da autoridade como marido. Oiberman (2008) se sensibiliza não só com a possível solidão em que esse pai vivia, ao ocupar um lugar indiscutível de poder sobre sua família, como também com a imensa responsabilidade que este tinha em face da sociedade.

A figura de Cristo, a partir de sua mensagem de amor, tentou modificar a autoridade paterna através do interesse de Jesus por seu pai, José, a representação do pai presente, personalizado e historizado. Segundo Boff (2005), o pai de Jesus ilumina questões atuais da família com relação à figura do pai e à qualificação dessa paternidade, uma vez que Jesus não nasceu do sêmen de José. Nos evangelhos, Jesus é denominado de “filho de José” (Lc. 4, 22b), “filho de José de Nazaré” (Jo. 1, 45) “o filho de José, de quem conhecemos o pai e a mãe” (Jo. 6, 42) “filho do carpinteiro”(Mt. 13, 55) e “filho, segundo se pensava, de José” (Lc .3, 23). Como essa questão da paternidade de José não foi definida biblicamente, há demanda por qualificação, razão pela qual José foi nomeado de diversas maneiras, entre elas a de pai espiritual, em oposição ao carnal, sendo omitida a participação do pai na concepção do filho. Assim:

[...] efetivamente, o que faz alguém ser pai não é apenas o ato físico da geração, mas principalmente o engajamento afetivo, psicológico e moral [...] que pode até estar ausente naquele que gerou fisicamente o filho. Se não tiver esse engajamento, é menos pai que o pai adotivo. Parece ter sido esta a atitude de José [...] dando o nome de Jesus à criança, assumindo essa criança com tudo o que vem implicado de compromisso e deveres (BOFF, 2005, p. 54).

Ao longo dos séculos, o papel do pai vem sofrendo mudanças no Ocidente. Desde a época colonial até fins do século XIX, predominava o modelo de pai moral cristão, que tinha como função principal dar boa educação cristã fundada nos bons costumes, sem entrar no mérito do que fora definido como bom. No início do século XX, era da industrialização, surgiu outro modelo de pai, que funcionava como suporte econômico. Esse pai passava a maior parte do dia na fábrica, e praticamente cabia à mãe a educação da prole. O pai modelo de identificação sexual é o pai dos anos 1930, ainda sob os efeitos da grande depressão de 1929 e já sentindo as mudanças suscitadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que propiciou uma nova concepção de paternidade.

A crise dos anos 1930 provocou o deslocamento das estruturas familiares, uma vez que o pai se viu desempregado, ficando impossibilitado de cumprir seu papel de provedor. E foi a partir dessa crise que a mulher inaugurou sua participação no mercado de trabalho. Para Oiberman (2008), o esvaziamento do modelo paterno foi vivido de forma dramática pelos filhos, especialmente os do sexo masculino.

Só na década de 1970 que uma nova imagem do pai passa a ter espaço na vida das crianças. Isso se deveu ao fato de a mulher buscar trabalho fora do âmbito doméstico, o que levou ao surgimento de um novo casal parental, que passa a compartilhar necessariamente as tarefas domiciliares. Esse compartilhamento ainda é incipiente no Brasil, em razão de questões históricas e sociais que permitem a existência do serviço doméstico na maioria dos lares das classes média e alta. Com a recente regulamentação dos direitos das serviçais domésticas, provavelmente o compartilhamento será mais efetivo. Até então, os homens mantinham larga distância dos cuidados com a casa e com os filhos, considerando, quando os exerciam, como auxílio à esposa/companheira e não como divisão de responsabilidade do casal parental.

Mas é estimulante notar que os novos pais do século XXI no Brasil têm participado dessas tarefas, ainda que de forma não regular. Recentemente, um canal brasileiro de tv propôs que dez pais passassem uma semana cuidando dos filhos e da casa, longe das esposas e sem qualquer auxílio externo. Tal iniciativa parece ter tido o intuito de valorizar tarefas até então consideradas de responsabilidade unicamente feminina, de pouco reconhecimento pelos homens. Desafios como esse oferecem uma oportunidade de os homens/pais, ao arcarem com as diferentes demandas a que as mulheres se sentem obrigadas a cumprir, comecem a dar razão a elas em suas queixas constantes de sobrecarga de trabalho.

Essa nova geração de pais, que tem papel atuante na vida dos filhos, descobriu que pode trocar fralda do bebê, acariciá-lo, alimentá-lo, sem perder a sua dignidade e virilidade. Ao contrário, tal proximidade pode fazer aflorar a sensibilidade e a ternura masculinas. Outras mudanças de hábitos com relação ao papel masculino já se consolidaram, tais como: a presença do pai na sala de parto; a instituição da licença-paternidade, mesmo que o bebê seja adotado; guarda e compartilhamento dos filhos, em caso de separação do casal. Os pais têm tido cada vez mais participação no dia a dia dos filhos fora do lar, acompanhando-os nas praças, ruas, cinemas, teatro, esportes, reuniões escolares, consultas médicas ou de acompanhamento, enfim, desincumbindo-se de todos os níveis de cuidado que uma criança requer.

Percebe-se que está ganhando destaque uma nova imagem masculina, mais próxima das raízes instintivas da sensibilidade, o que potencializa o desempenho dos homens como pais. Como confirmação dessa tendência, Oiberman (2008) aponta que uma revista francesa de 1979 constatou, já naquela época, que 62% dos pais que assistiram ao parto dos filhos se sentiram participantes do nascimento destes; 81% se viram mais comprometidos com o sentimento de intimidade entre mãe/bebê; 42% consideraram que os filhos dirigiam afeto sem distinção entre ambos os cônjuges; 42% repreendiam a criança igualmente, indicando uma mudança do monopólio da autoridade paterna; e 54% confessaram que pediriam a tutela dos filhos caso se separassem. Essa pesquisa mostra que o pai da contemporaneidade está construindo uma nova imagem.

Os elementos que integram essa nova conduta paterna são: interação – tempo que o pai compartilha com o filho; acessibilidade – possibilidade de o filho contar com o pai para interagir com ele; e responsabilidade – relativa às funções que o pai assume no tocante às atividades dos filhos, como escolaridade, saúde e sociabilidade. Segundo Oiberman (2008), estudos demonstram que os pais dedicam mais tempo às atividades de interação do que às de responsabilidade. Estas últimas ainda cabem quase que totalmente às mães. Parece ser uma questão de tempo e de postura feminina o pai finalmente assumir as questões de responsabilidade para com os filhos.

O bebê necessita de contato corporal, pois durante nove meses ele esteve abrigado em outro corpo. O corpo aconchegante e nutricional da mãe. A acolhida da criança é antes de tudo verbal. Assim, entre o berço gestacional e o berço do bebê, a voz do pai pode ser referência, ao que This (1987) nomeou de *'transicional tranquilizante'*. Para esse autor, a criança percebe a voz do pai, se este se dirigir ao bebê no ventre. Como a voz masculina tem o tom grave, esse tipo de sonoridade seria mais percebido que os sons agudos da voz feminina. Portanto, após o nascimento, “a voz do pai, ligada à segurança fetal, exerce sobre a criança efeitos tranquilizantes evidentes: ela chora menos e acalma-se mais facilmente” (p. 167). Dessa forma, segundo This, a criança que tenha sido devidamente cercada de atenção parental sentirá prazer com as três cabeças reunidas, a do pai, da mãe e do próprio bebê, em meio a respiração, beijos e palavras carinhosas, enfim, tudo que circunda e promove intercâmbio entre essa tríade proporcionará à criança um sono profundo e mais regular.

O autor pontua também que os estudos sobre o bebê sempre priorizaram a figura da mãe, até mesmo aqueles concernentes à precocidade do reconhecimento de voz pelo bebê, nos quais a voz do pai, além de não ter sido estudada, foi classificada como

estranha ao bebê. Apesar de alguns estudiosos atentarem para a voz do pai em relação ao bebê *in utero*, persiste uma visão maniqueísta que dá primazia à voz da mãe para o bebê, tanto *in utero* quanto no pós-parto.

A ressalva feita pelo autor é necessária, porque culturalmente, pelo menos no Ocidente, a mãe é sempre privilegiada e considerada o único ser de ligação que o bebê, ao nascer, é capaz de reconhecer. Essa descoberta de que o bebê pode reconhecer a voz do pai após o nascimento é importante para que o pai se sinta inserido na vida do seu herdeiro ainda na fase gestacional, tanto pelo aspecto social quanto emocional. Salienta This (1987) que a voz do pai estaria ligada ao Nome-do-Pai, cuja invocação se dá em momento de perigo. Dessa forma, a voz e a nomeação estariam estreitamente ligadas ao nascimento e ao reconhecimento.

Essa defesa da voz do pai *in utero* é baseada nos estudos de laboratório desenvolvidos por Feijoo, nos quais testes com gravação da voz materna propostos ao bebê *in utero* não provocaram nenhuma reação passível de ser auferida. No entanto, o bebê reagia quando era acionado o fagote de Pedro e o Lobo, de som grave, o que levou os pesquisadores a deduzirem que somente frequências inferiores a 2.000hz passam através da parede abdominal materna, sem perda de intensidade (10 decibéis) e sem distorção.

Portanto, a voz do pai, por ser mais grave, é a que teria possibilidade de ser escutada pelo bebê, que responderia com movimentos no útero ao escutá-la. Dessa forma, aos oito meses de gravidez, foi proposta a gravação da voz do pai, que deveria pronunciar, com voz grave e fazendo ressoar as finais, três palavras apenas: ‘ouvindo, saudável e sorridente’. Ao nascer o bebê, seus gritos ecoaram vigorosamente. O pai, ao se dirigir à mãe e ao filho, não conseguiu acalmar os gritos do recém-nascido. Mas, ao solicitarem que ele pronunciasse aquelas três palavras, o bebê logo se acalmou e abriu os olhos. This (1987) considera que tal experiência é de utilidade indiscutível na hora do nascimento, desde que os pais se encontrem em harmoniosa aliança. Ele questiona ainda se a voz do pai não seria o *couvade* que desperta o bebê que se encontra incorporado ao líquido amniótico.

Acrescenta ainda o autor que, “se a voz paterna é a ponte que assegura ao ser a segurança de antes no depois do nascimento, importa, socialmente, levá-la em conta” (p.170). Para This (1987), se a criança permanecer orbitada unicamente pelo desejo materno, sem ser referida ao pai pela mãe, ela não nasceu. O pai é o agente que favorece a passagem e o acesso ao mundo simbólico, ou seja, pôr junto, trinificar. Lembra o autor

que, segundo a Bíblia, pai é quem sabe partir, compartilhar, separar-se sem abandonar, participar e cumprir seu papel na vida.

4.3.

As angústias do homem pai

Rotenberg (2010) coloca em relevo a influência dos cuidados prestados ao bebê por seu cuidador, como também a importância de compreender como se sente o pai por ocasião do nascimento do filho. Considera que o homem, ao ter um filho, passa por um momento especial e difícil, devido ao peso da responsabilidade, que vai além da felicidade e alegria que tal evento proporciona. Essas vivências podem produzir um *quantum* de exigência, angústia, insegurança e instabilidade, que não encontra lugar para se expressar, uma vez que culturalmente a imagem do homem está associada a um ser forte, comumente confundido com segurança interna, autoritarismo ou falta de emoção. Diante disso, a autora questiona: Quem dá suporte para o homem na hora do parto? Ele tem que se sustentar sozinho?

O fato de desejar ser pai não torna necessariamente a situação fácil, porque entre ele e a sua companheira existe um pequeno ser, e isso muitas vezes faz com que o pai se sinta fora da relação diádica mãe/bebê. Por outro lado, a mãe pode sentir-se só com o seu bebê. Alerta Rotenberg (2010) que importa perceber se não é a mãe, que sem se dar conta, alija o companheiro de participar das atenções ao recém-nato. Isso ocorre em razão das diferenças e das modalidades de conexão que as distintas funções de pai e mãe exigem.

As condições biológicas da mulher que possibilitam desenvolver o bebê em seu corpo e também alimentá-lo em seu seio podem fazer com que a mãe acredite ser a única pessoa capaz de compreender a comunicação do bebê, e dessa forma, mesmo o pai querendo participar, ela pode desautorizá-lo a compartilhar desse movimento, provocando no pai um sentimento de exclusão e de estranhamento. .

A função do pai, para Rotenberg (2010), é importantíssima no sentido de resgatar a mulher da possibilidade de indiscriminação entre mãe e bebê. Esse resgate é a valiosíssima função do corte que permitirá ao bebê constituir seu ego para que assim se torne sujeito. Se os pais puderem desenvolver a interioridade, o bebê crescerá e paulatinamente discriminará sua mãe e incluirá o pai, que está ali desde sempre. A

propósito, a autora faz uma linda analogia, ao definir esse desenvolvimento como uma placenta psíquica. Importa ressaltar que a função paterna não é apenas de suporte, ele pode ter uma interpretação singular dos movimentos e sensações que o filho transmite no interior da barriga de sua companheira.

Vale ter em mente que as funções da parentalidade não são nem estão previamente determinadas pelo gênero, elas podem ser intercambiáveis ou fixas, dependendo da cultura dos implicados. Nos dias atuais, admite-se que a questão do corte simbólico atribuído à presença do pai pode ser feito pela mãe, desde que ela pense em seu bebê como um ser independente.

Para o homem, a vivência da paternidade é muito forte e de grande impacto emocional, assim como a mudança no corpo da mulher ao longo de nove meses, que, ao se transformar em corpo gestacional/maternal, desperta sensações as mais variadas. Alguns homens se ressentem e até inibem o desejo sexual pela companheira grávida. Outros se sentem excluídos do vínculo, e existem aqueles que compartilham essas vivências de forma tão próxima, que se referem à gravidez como sendo do casal. Pode-se inferir que a mulher, por sentir dentro de si os movimentos do bebê, assimile mais facilmente as mudanças graduais em seu organismo do que o companheiro, que considera tais mudanças como algo que ele precisa conhecer.

Rotenberg (2010) compara as necessidades do bebê com a semente, que requer certas condições para se tornar árvore, ou seja, o bebê carece do vínculo com a mãe, e essa união, para dar frutos, necessita de um companheiro/um terceiro – o pai. Esse é o arranjo ideal: pai, mãe e filho, se o triângulo for harmônico. Desse modo, pais adotivos podem proporcionar ótimas condições para a evolução da criança rumo ao potencial e à autonomia.

Estudos relativos à transgeracionalidade apontam que problemas não resolvidos na história dos pais vão interferir diretamente no vínculo com os filhos, deixando-os com maior vulnerabilidade. Exemplo dessa possibilidade são pais que, por não terem conseguido administrar suas frustrações ou perdas, idealizam que seus filhos venham a realizar o que eles não alcançaram. São conhecidas as histórias de pais que, não tendo vida própria, canalizam a angústia e a sensação de catástrofe, individuais ou relativas ao casal, por eles sempre negadas, e transformam os filhos em depositários das frustrações não assimiladas. Isso quando não sufocam seus descendentes com o argumento de que precisam ajudá-los.

Outra questão levantada por Rotenberg (2010) é de o sentimento de ser pai vir aliado ao sentimento de exclusão, e isso pode reavivar no homem momentos infantis dessa vivência, criando dificuldades para o vínculo conjugal e distanciamento do filho. Se o vínculo paterno se dá pelo reconhecimento da paternidade, esse ato de reconhecimento é que marcará a diferença entre ser genitor e ser pai. No homem, o reconhecimento se dá pela distância corporal em relação ao filho, estabelecendo a diferença entre o vínculo materno e o paterno. Diferentemente da mulher/mãe, que é ligada pelo laço corporal, ainda que necessite reconhecer-se como mãe e adotar emocionalmente o filho.

Comenta a autora que o homem não deve se esforçar para ser como a mãe, porque isso ele não é mesmo. O fato de o pai marcar as diferenças e as distâncias não o impede de cuidar de seu bebê, realizando tarefas junto com a companheira ou mesmo substituindo-a. O bebê necessita de ambos. É a dimensão simbólica que permitirá à criança viver associada a um e ao outro enquanto ser ternário, afirma This (1987).

A dificuldade dos pais em participar dessa nova função parental é a de que foram muito rapidamente não só despojados do seu lugar soberano, como também destituídos das premissas que definiam a identidade masculina, que vigoraram por séculos. Despreparados, eles se veem cobrados a exercer uma função desconhecida. Isso causa um desconforto psíquico, mesmo que exista o desejo de participar desse novo projeto familiar. Jogados no olho do furacão das tensões e desgastes domésticos do cotidiano, essa nova família despertará neles conflitos psíquicos arcaicos, daí a sua maior vulnerabilidade a eventuais crises de angústia.

4.4.

As dificuldades e os benefícios da paternidade

Cada vez mais, estudos sobre a paternidade demonstram que o contato com o pai desde os primórdios da vida do bebê pode ser importante para o desenvolvimento de laços entre ambos e que em alguns casos o divórcio pode facilitar a aproximação do pai com os filhos. Ramires (1997) comenta um estudo, feito na Suécia e relatado por O. Palme, que constatou haver desvantagem em relação a filhos, tanto para a mulher, pela dupla jornada de trabalho, quanto para o homem, no caso de ter pouco convívio com eles. Devido a esse distanciamento, os pais apresentavam sinais de maior estresse,

cometiam mais crimes e morriam mais cedo. E havia um traço comum entre as crianças com diferentes distúrbios de comportamento: o escasso ou inexistente contato com o pai ou homem adulto.

A partir desse estudo, os homens-pais passaram a ser encorajados a demonstrar afeição e estabelecer mais contato não só com os filhos, mas também com crianças, através de atividades como enfermeiros infantis, professores do jardim de infância e do primeiro grau, que antes eram exercidas quase que exclusivamente por mulheres. Esse estímulo à aproximação da figura masculina com as crianças na Suécia provocou uma reforma de base, desde a área do trabalho, da legislação, da política de imposto, até a política social e educacional. Além disso, na educação das crianças de ambos os gêneros, foi incluído o ensino obrigatório dos afazeres domésticos e dos cuidados com bebê.

Pesquisas realizadas por Oiberman (2008) e por Bornholdt (2006), na América Latina, acerca da importância do pai nos primeiros momentos do nascimento de um filho, revelam que as necessidades do bebê são percebidas pelo pai, complementando as atividades da mãe, e que o suporte emocional que este pode oferecer à mãe estaria prejudicado, pela extensão do seu horário de trabalho e escassa permanência dele em casa.

Ramires (1997) chama a atenção para o fato de que as variadas organizações familiares estão levando a uma mudança no conceito de paternidade de duas formas: a primeira é que o laço biológico entre pais e filhos não garante mais a ligação permanente entre eles. A segunda forma é que as famílias reconstituídas se multiplicaram e com isso os homens têm mantido relações parentais com os filhos de novas parceiras, com os quais não possuem vínculos de sangue. Esta última modalidade assinala a passagem da paternidade biológica para a paternidade socioafetiva, trazendo novos desafios para este homem que acolhe os filhos de outro e ainda deve preservar a relação com os próprios filhos. Tal situação, aliada às das técnicas reprodutivas, levanta questões como: o que é um pai ou o que é ser mãe na contemporaneidade.

Aberastury e Salas (1984) observaram, na análise de crianças, que a origem do desejo de ser pai coincidia com a iniciação da fase genital. E que durante mais de meio século, e só a partir dos achados de Freud sobre a neurose em adultos e crianças, se enfatizou a importância da relação mãe-filho. E nos últimos anos timidamente se começou a destacar a importância que a figura do pai possui desde a concepção.

Ramires (1997), referindo-se a Fein (1978), considera que há três perspectivas de concepção de paternidade. A primeira delas é a tradicional, na qual a indiferença e a distância do homem estão presentes e cujo papel é somente de apoio à esposa. Nessa perspectiva, ele é simbolicamente importante para os filhos como modelo de poder e autoridade. A outra seria a concepção moderna, em que o pai passa a ter importância no desenvolvimento da criança e sua ausência na vida dos filhos pode trazer consequências para a aquisição de identidade de gênero, dificuldade de aprendizagem e até de desenvolvimento moral. A terceira perspectiva é denominada de emergente e nela os homens são considerados capazes de participar ativamente dos cuidados e da criação de seus filhos. Fein (1978) relata ainda que, segundo pesquisadores, a vida das crianças ficará melhor se tiverem oportunidade de desenvolver e manter relações com adultos dos dois sexos. Nesta última perspectiva, o pai só é excluído das funções de gestação e de amamentação.

Winnicott (1960/1983) demonstra de várias maneiras a importância do pai, que se faz necessário não só para dar apoio moral e material à mãe, mas também para respaldar sua autoridade e constituir-se no ser humano que representa a lei e a ordem que a mãe implanta na vida da criança. Acrescenta o autor que a criança necessita do pai pelas qualidades positivas dele, pelo que o distingue dos outros homens, e pela força de sua personalidade, que enriquece o mundo da criança. Diz, ainda, que a criança forma seu ideal, em parte, segundo o que vê ou acredita ver, quando contempla o pai. E que um novo mundo se apresenta à medida que o pai revela à criança a natureza do trabalho que ele exerce quando sai pela manhã e retorna à noite. E complementa sinalizando que uma coisa que o pai pode fazer pelo filho é manter-se vivo nos primeiros anos da infância. E que cabe à mãe a responsabilidade de assegurar que o pai saia para passear com o filho vez por outra.

Retomemos Aberastury e Salas (1984). Esses autores consideram que a psicanálise tem revelado quão fundamental é para a vida de uma criança que seu nascimento seja desejado e que sentir-se filho do pai é tão importante para o seu desenvolvimento como o fato de sê-lo. Além disso, a psicanálise tem mostrado que desde pequena a criança percebe a realidade interna do pai, da mãe e de seus sentidos em face dele. Para esses autores, o fato de uma criança ser adotada, ou ter um pai que não corresponde, ou ter sido concebida por inseminação, ou filho de pais divorciados, são circunstâncias que ficam depositadas na memória infantil e mais tarde poderão causar transtornos psíquicos, quando esses acontecimentos entram em contradição com

ocultações e mentiras. Pode-se pensar em transmissões psíquicas transgeracionais, nas quais a criança fica impossibilitada de transformar o que herdou em algo de sua propriedade, como se vestisse uma camisa de força.

Esses autores têm uma compreensão particular da dificuldade que, em nossa cultura, o homem vive ao tornar-se pai. Explicam que o desejo de filho é reprimido no homem, basicamente porque em seu desenvolvimento ele transita do desejo de ser fecundado pelo pênis do pai ao desejo e necessidade de penetrar e fecundar a mulher. Nessa trajetória, o mundo externo exige que ele assuma papéis que marquem a diferença de sexos com a mulher. Ele então se vê forçado a reprimir as tendências homossexuais infantis e, conseqüentemente, reprime também o desejo de filho, que se transforma em proibição.

Acrescentam os autores que o instinto paterno teve sua origem em um desejo de maternidade – relação fusionada com a mãe dos primórdios –, que é incompatível com o papel de menino e com seu desenvolvimento. Essa proibição se apresenta na nossa organização social de tal forma que o desejo do menino de brincar com bonecos, que aparece na faixa etária de um a dois anos, se transformou em algo abominável, por ser considerado um atributo feminino. Assim, a origem materna do papel paterno faz com que, desde pequeno, o homem tenha o sentimento paternal perturbado.

Segundo esses autores, é quase impossível, para o menino, compreender e elaborar as suas ansiedades quando passa da necessidade de gestar para a definitiva necessidade de fecundar. E a falta de contato com o pai – sobretudo corporal e cotidiano – deixa um déficit na base do anelo de pai, que seria uma das raízes do rechaço de filho e uma nostalgia que poderia ocasionar uma desesperada busca de substitutos paternos ao longo da vida.

Aberastury e Salas (1984) concluem que, estabelecido o casal parental, no segundo ano de vida do filho, o pai seguirá sendo importante, principalmente na conexão deste com o mundo externo, como o foi na vivência edípica de desprendê-lo da mãe. Essa convivência alimenta a confiança e permite que o filho faça qualquer tipo de pergunta ao pai. Compartilhar a aventura de descobrir e adquirir conhecimento une definitivamente pai e filho. Do contrário, poderá surgir sentimento de desamparo, de inferioridade e de abandono. A presença de pai e mãe é imprescindível, ao longo da infância e adolescência do filho, para que este tenha uma identidade genital.

No século XXI, o menino não só dispõe de maior liberdade para usufruir de brincadeiras com bonecos, em sua esmagadora maioria heróis, como a própria

sociedade e comércio estimulam essa experiência criativa do brincar. Ainda que não brinquem de ser pai com seus bonecos, mas de super-heróis, pode-se inferir que haja resquício do pai do patriarcado, poderoso, forte e viril. Mas, ao mesmo tempo, é alentador que eles possam representar a figura fantasiada do pai dos primórdios. E talvez esse brincar com bonecos seja um dos fatores que têm facilitado e estreitado a aproximação física e emocional do pai com o filho na contemporaneidade.

Segundo Castelain-Meunier (2003), essa evolução também se manifestou em seu país, a Argentina, onde o reconhecimento de um filho por parte do pai aumentou significativamente, de 50% nos idos de 1980 para 73,7% em 1995. Entretanto, essa autora aponta que essa nova condição da paternidade traz ambiguidades e contradições, pois coexistem comportamentos tradicionais e os mais arejados, que levam em conta as mudanças no jeito de ser pai. Para ela, outras dificuldades precisam ser superadas, como a necessidade de que a mãe aceite esse lugar do pai e de que este saiba se envolver sem que se torne uma segunda mãe para o filho. Ela considera importante que o pai mantenha a dimensão simbólica do seu papel. Além disso, com a reivindicação da igualdade entre os sexos, o lugar do pai gera mais contradições, como a de manter a distância entre o conjugal e a paternidade.

Marinho (2008) lembra que os homens, ao se tornarem pais, sofrem complexas transformações psíquicas pela carga emocional que o primeiro filho representa para o casal, sem minimizar as experiências que os outros filhos podem provocar. Nesse novo estilo de paternidade hoje valorizado, em que as funções masculinas e femininas no cuidado do filho são menos definidas, o autor “destaca a realização e gratificação afetiva experimentada pelo homem, a segurança emocional e a tranquilidade proporcionadas pelo homem à sua mulher, e os ganhos trazidos para um melhor desenvolvimento cognitivo e emocional do bebê” (p. 46).

Os benefícios advindos desse ‘novo estilo de paternidade’ variam, possibilitando ao bebê repartir sua atenção, desde o nascimento, entre o pai e a mãe. E com isso o bebê pode experimentar fisicamente a diferença entre eles. Tais vivências são importantes para livrar o bebê do engolfamento materno, além de introduzir a ideia de diferença no psiquismo em formação do bebê e estabelecer a sensação de integridade corporal no mesmo.

Ainda que esse modelo seja vantajoso para todos, o autor, sensível ao sofrimento dos pais modernos, ressalta a necessidade de se pensar nas dificuldades que eles enfrentam nessa nova função, convocando-nos para nos debruçarmos sobre as questões

específicas de cada pai e não nos deixarmos levar pelas respostas rápidas ou generalizadas, como a que atribui a angústia do pai a um apego às práticas tradicionais da função paterna, como as de um pai distante, autoritário.

Marinho (2008) sugere que, em vez de se procurar entender as dificuldades da figura masculina na função paterna, tenha-se um olhar de singularidade para com esse novo pai, ou seja, que se vise à qualidade do relacionamento dele com a mulher e o filho. Relacionamento que dependerá da própria capacidade dele em absorver o impacto psíquico que a paternidade provocou. Essa capacidade é o resultado de como esse homem elaborou seus sentimentos arcaicos de ciúme, inveja e raiva em relação aos seus genitores e como sua bissexualidade se articulou com a travessia do Édipo.

4.5.

A função paterna

A palavra função tem um grande número de definições, mas priorizamos aquela que a define como um elemento que integra um conjunto (HOUAISS, 2004). Desse modo, a função paterna inclui o cumprimento de pelo menos três proibições, assinala Berenstein (2007): prevenir e impedir a relação infantil de sua esposa com o pai ou sua família, assim como evitar a excessiva proximidade do filho com a mãe, ou seja, enunciar e sustentar a ameaça de castração, além de prevenir, impedir e criar obstáculos à sua própria proximidade sexual com o filho. Esta última tarefa é um ato discursivo complexo, diz o autor, por exigir do pai que enuncie uma proibição da qual ele mesmo é objeto.

Além da série de proibições que o pai tem que exercer, ele precisa aceitar sua exclusão da relação mãe e filho, o que requer confiabilidade do seu lugar e ao mesmo tempo presença junto à companheira. Compete ainda ao pai indicar as diferenças entre os lugares e os vínculos com a finalidade de assegurar as funções correspondentes e possíveis em cada família, bem como transmitir as vozes do sociocultural e outorgar à mãe a voz do intrafamiliar. O autor sugere que, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, esta última função pode vir a ser repensada. Cabe também ao pai marcar o filho como objeto de seu desejo e como objeto de seu ódio.

Berenstein (2007) comenta que o pai, ao ceder forçosamente sua filha a outro homem para que ela possa formar um casal, terá de aceitar não se imiscuir na vida do

novo par. Esta é outra modalidade de exclusão da figura paterna, que difere daquela dos primórdios mãe/bebê. E a dificuldade do pai será maior se ele tiver que ceder sua filha para outra mulher numa futura relação homossexual.

Para Berenstein (2007), é provável que no futuro essas funções, que foram consolidadas no século XX, venham a ser alteradas em questões de gênero e sexualidade e entre gerações, devido a avanços nas técnicas de procriação e a novas condições de trabalho, com mudanças nos lugares conquistados por homens e mulheres.

As mudanças da época atual, com as economias globalizadas, as condições de trabalho alteradas e as migrações incessantes, estão afetando as funções parentais, que passaram a ser mais fluidas. Há um trânsito entre os lugares anteriormente estabelecidos para os gêneros e suas funções. Lacan (1979) considera que a característica da sociedade moderna é o declínio da função paterna, devido à atuação do Estado na educação dos filhos. Quanto maior a intervenção do Estado, menor a função paterna, uma vez que o Estado ocupa o lugar do pai simbólico, e a função paterna não é mais encontrada na família, sinaliza o autor. O pai, nesse contexto, deixa de ser a última instância para o filho.

Segundo Lacan (1979), a família se reduziu a seu grupo biológico à medida que atingia maior nível cultural, e grande parte de efeitos psicológicos está associada ao enfraquecimento da imagem paterna em nossa sociedade. Para ele, esse declínio seria decorrente dos excessos do progresso social, que se traduzem em concentração econômica e catástrofes políticas. Ainda segundo o autor, esse declínio da função paterna estaria ligado à dialética da família conjugal, uma vez que esta opera através do crescimento relativo das exigências matrimoniais. E, qualquer que seja o futuro, esse declínio constitui uma crise psicológica.

A propósito do declínio da função paterna na contemporaneidade, Blankenhorn (1995) comenta a publicação *Fatherless America: confronting our most urgent social problem*, que, mediante pesquisas na América do Norte, buscou entender os motivos que levaram a esse declínio. Segundo esse estudo, pouca coisa pode ser feita para reverter essa situação. Em consonância com o que disse Lacan, esse estudo aponta a questão econômica como principal causa dessa perda de poder do pai. Vivemos num tempo de economia profundamente competitiva e excludente, em que a liberdade, a igualdade e a fraternidade são pouco contempladas, e o desemprego, a violência, o crime, a gravidez precoce, o abuso sexual infantil e a violência doméstica contra a

mulher emergem como fatores decisivos para a crise de autoridade que os homens enfrentam nas famílias.

Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento da autoridade parental são as novas tecnologias, que possibilitam a procriação sem que a mulher tenha contato direto com o homem. No contexto atual, o papel do homem na família, e do pai em particular, é visto, cada vez mais, como supérfluo.

Blankenhorn (1995) sustenta que o discurso cultural de nosso tempo, em vez de considerar o que de fato é ser homem, trata a masculinidade com suspeição e até hostilidade, e assim a nossa sociedade fica sem elementos para defender ou acreditar que a função paterna é a característica dominante da atividade masculina. E se essa situação persistir, a ausência do pai/lei pode mudar a forma da sociedade (no caso em estudo, a americana). O autor sinaliza que a função paterna é da ordem do social, e sua contribuição biológica é única, ou seja, no momento da concepção.

Sugere ainda o autor que, independentemente de suas virtudes, o homem não é idealmente responsável pela paternidade, ainda que tenha capacidade para exercê-la. Antropologicamente, a função paterna humana é um problema necessário, pois em todas as sociedades a criança bem cuidada terá sucesso por contar com alto nível de investimento paterno. Ao considerar problemática a função paterna, o autor comenta que é necessário mobilizar e reforçar o papel do homem nessa função, por meio de uma aliança com a mãe, para que ambos invistam no filho. Ele cita Mead, que teria observado que o supremo teste de qualquer civilização é poder socializar o homem para ensiná-lo a ser pai. Para Blankenhorn (1995), esse estudo americano poderia ser assim resumido: uma boa sociedade celebra o ideal de homem que põe sua família em primeiro lugar.

Venegas (2010) diz que é fundamental que a função paterna esteja inscrita primeiro na subjetividade da mãe. E que essa mãe só será capaz de ceder sua onipotência, colocar seu ego entre parênteses e adaptar-se ao gesto do filho, se ela passou pela função paterna e integrou a falta como parte constituinte de seu ser. Essa mãe deve oferecer e tolerar que seu filho se afeiçoe a um objeto que não seja ela; deve permitir que entre ela e seu filho haja a dimensão da falta, uma metáfora de que existe outro objeto que a representa. É a mãe, por assim dizer, castrada ou a mãe ‘suficientemente boa’. Essa mãe não colocou o filho no lugar do objeto que a completa, ela foi capaz de pôr em circulação seu desejo, de se voltar para além do filho, e assim abrir espaço para a criança poder criar seu objeto transicional.

Essa autora nos convida a refletir sobre espaço como algo que surge em uma tridimensionalidade, ou seja, no âmbito da continuidade de ser, entre a mãe e o filho, onde há uma bidimensionalidade, que demanda um terceiro elemento para possibilitar o surgimento de uma terceira dimensão, e com ela um espaço que possa ser usado. Esse terceiro lugar é onde se dará a integração, o lugar do espaço psíquico.

Segundo Winnicott (1975), a lei/pai impõe limite ao fazer (elemento masculino) e com isso possibilita a criatividade, que só se manifestará em um ambiente. Quando há limites, a ordem e a possibilidade de criação são introduzidas, uma vez que é impossível haver criatividade no caos. Dessa forma, é importante resgatar o lugar do pai, que dará condições de estabelecer uma transição, que é o espaço necessário para que haja um terceiro e assim se dê a integração, impossível na bidimensionalidade.

O pai entra como representante da realidade, funcionando como outro modelo para a criança. A função paterna seria, em primeiro lugar, a de oferecer *holding* à unidade mãe/bebê, em seguida fazer a cesura, o corte dessa relação fusional, e por fim introduzir o bebê na cultura, apresentando-o à vida. A inexistência do terceiro para possibilitar essa separação fará com que o sujeito se mantenha no estado narcísico, absorvido pelo desejo da mãe, que impede que o filho busque o seu próprio desejo.

O drama edípico, na concepção freudiana, designa o pai com a função de sublimação em sua forma mais eminente. Segundo Lacan (1979), o papel da imago paterna pode ser observado de forma notável na formação da maior parte dos grandes homens. “Um pai é alguém que deve estar num determinado lugar para que possa, através de uma atividade interditoria, dar alguma organização ao mundo interno do filho” (FREITAS, 2002, p. 83).

Para Freitas (2002), não há que ser necessariamente uma figura do sexo masculino, mas alguém que exerça essa função de pai. Função no sentido de lugar a ser ocupado. É a função paterna que propiciará a internalização da proibição incestuosa, que, se for respeitada, permitirá a convivência humana em grupo, na vida social. Nesta nova organização, deveres e direitos são inseridos. Tal inserção na cultura é feita através do exercício da função paterna.

Freitas sinaliza que somente Eros – pulsão de vida – pode modificar a relação com a lei, tornando-a positiva ao colocá-la a serviço e em favor do homem. É através dos laços amorosos que os participantes do acordo social podem encontrar prazer em viver sob a obediência à lei e assim desfrutarem de uma melhor forma de estar no mundo. Ao ser capaz de transpor os desejos proibidos, canalizando-os em outras direções, o ser

humano poderá transformar esses desejos inaceitáveis em algo favorável a si e à sociedade. Importa ressaltar que o interdito incestuoso advém para barrar o acesso à mãe, mas também é o facilitador de abertura para novas relações amorosas que se alicerçam na relação primordial com a mãe.

Segundo Pellegrino (1984), a lei é importante para estabelecer normas que regulam a convivência dentro do grupo social, no que diz respeito ao que se pode ou não fazer em relação às pulsões sexuais e destrutivas. Portanto, segundo a lei do pai, viver em sociedade implica receber numerosos não. Significa adiar desejos e satisfações imediatas. É sair do princípio do prazer e entrar no princípio da realidade. Para a instauração dessa ponte, é imprescindível aceitar as regras impostas, para que se faça a passagem da natureza à cultura. É a função paterna, que impõe a lei contra o desejo incestuoso e mantém os limites para os filhos, de fundamental importância para a constituição do sujeito.

Carvalho (2012) entende que o pai em psicanálise é um operador simbólico, a-histórico, não sujeito a um ordenamento cronológico. Para ele, a inscrição do pai está no ponto de origem de toda história, por se tratar de uma entidade essencialmente simbólica que ordena uma função. “Do pai, no real de sua encarnação, é exigido representar o governo do pai simbólico, encarregado de assumir a delegação desta comunidade estrangeira mãe-filho” (p. 1).

Kamers (2006) argumenta que as modificações históricas e sociais que incidiram sobre a família contêm um equívoco quando sugere que as funções parentais podem ser realizadas por qualquer um desde que este compareça. Para ela, a função parental jamais será anônima, por pressupor uma função de nomeação. Aprendemos que a nomeação do pai é feita pela mãe.

Hurstel (1999) considera que a noção de pai, sob o ponto de vista histórico, ainda não foi analisada, divide-se em múltiplas linhas e é constituída de várias facetas, não devendo ser reduzida ao papel, às representações, imagens, nem a uma função psicológica ou social. Segundo a autora, a noção de pai apresenta-se como campo conceitual complexo a ser descrito, organizado e hierarquizado. E que o novo pai ou novas paternidades têm sido propostos como espelho da mãe, o que impede que se saiba o que é um pai, uma vez que este está sempre associado ao modelo materno, que permanece de certa forma estável, enquanto o modelo de pai oscila. Dessa maneira, fica difícil se desprender da ideia de que o pai verdadeiro é o pai autoritário e poderoso, o *pater familias*.

A noção de pai se reveste de variadas formas que carecem de estudos e observações para que sejam mais bem compreendidas. Para Dorais (1994), citada por Ramires (1997), há três importantes desafios na atualidade com relação à função paterna: a constância das figuras parentais na vida das crianças, a adaptação da paternidade a vida dos homens e as técnicas de reprodução humana assistida.

Hurstel (1999) pontua que, com dados familiares ligados à pessoa, ao papel e ao status dos pais, os psicanalistas fizeram distinção entre a função simbólica, da qual os pais são representantes ou suportes, e a função paterna, que, por princípio, seria um modo inicial de estruturação psíquica do sujeito. Esse modo é definido como um corte simbólico do laço primordial que o bebê tem com a mãe por meio de um nome, o do pai, representante de outra filiação que não a da mãe. As transformações ocorridas no conceito e estatuto da paternidade denotam uma crise do pai como instituição em sua apresentação mais conservadora, abalada em sua base nos dias de hoje.

É preciso pensar acerca de mãe e pai simbólicos e esclarecer os preconceitos baseados na “natural” divisão de papéis entre homens e mulheres. Há um consenso, nas várias teorias psicanalíticas, quanto à importância das primeiras relações ou experiências emocionais na formação psíquica. Segundo essas teorias, a estruturação psíquica ocorre num referencial do binômio mãe/bebê, no qual o pai é considerado coadjuvante ou suporte, o que caracteriza sua exclusão desse grupo. Enquanto função simbólica, o pai encontra sua pertinência no campo dos fatos psíquicos e, enquanto instituição jurídica, familiar, social e cultural, ele ganha eficácia no campo social e histórico. Assim, “os pais designados pela instituição e adeptos da função estão envolvidos na história ao mesmo tempo em que a constroem” (HURSTEL, 1999, p. 61).

A partir do iluminismo, a criança passou a ter seu lugar instituído e, conseqüentemente, novas funções foram adquiridas pela família. O amor materno passou a reger a organização familiar, considerada responsável pelo futuro da sociedade que até então era insensível às singularidades infantis. Sendo a mãe fonte de todos os cuidados e de quem a educação dos homens depende, faz-se necessária a interferência de um terceiro para o bem social. E assim a parentalidade passou às mãos públicas, ao Estado, e à conjugalidade, privada e íntima, vivida no seio familiar. Segundo Roudinesco (2003), essa separação provocou uma divisão quanto à autoridade a ser desempenhada. De um lado entre os pais e o Estado, e de outro entre pais e mães.

Nessa nova organização, as mulheres sofreram a influência dos especialistas, que se mostravam sabedores do que seria melhor na vida particular, levando a que estas

perdessem a autoridade e passassem a uma crescente dependência desses profissionais. A privacidade familiar foi invadida por esse novo olhar. Mudanças significativas nas relações de aliança ocorreram, não só quanto ao gênero, mas também no que diz respeito ao estatuto da criança na sociedade. Com o advento da contracepção, a mulher pôde dissociar prazer de procriação, ampliando seu horizonte para além do mundo doméstico. Entretanto, essas transformações não conseguiram superar as antigas fantasias sobre a diferença sexual, segundo as quais somente o pai seria capaz de libertar a criança das garras maternas.

A instituição do pai no sujeito desperta questionamentos no que concerne ao exercício da função, às transformações da instituição, à identidade e a como essas mudanças repercutem na relação do sujeito com os próprios pais e com seus descendentes. Isso porque a instituição pai, ou função paterna, pais concretos, engloba o conjunto de fatos sociais e familiares. Sendo assim, pode esta ser maculada por percalços do funcionamento psíquico do sujeito ao reviver conflitos emocionais não apaziguados, que aparecem de forma bruta no momento da constituição de sua descendência.

A função paterna na atualidade exige que o sujeito dê conta de um objeto complexo, o ser humano, submetido às leis da linguagem e de parentesco, bem como às particularidades históricas e sociais, sinaliza Hurstel (1999). Tarefa custosa para os ‘novos pais’, que requer deles um terceiro termo, além do sujeito edípico e histórico, isto é, identitário. Para a autora, a existência da função paterna necessita não apenas da lei do interdito do incesto e de um pai para cada criança, mas também da transmissão dessa lei na ordem familiar, ou seja, nas relações interpessoais e intersubjetivas, possibilitando a inscrição da criança na filiação, hereditariedade e genealogia. Transmissão que é passada através das impressões dos pais sobre os filhos e destes em relação aos próprios pais. Ela ocorre desde a concepção fetal e ao longo das vivências do ser humano.

A transmissão só se dará se houver identificação, e esta é inconsciente. A transmissão psíquica ocorre por herança, identificação, transmissão de pensamento, indução, imitação, e resulta de movimento duplo: impressões dos pais sobre os filhos e destes em relação a seus pais. A maioria das operações psíquicas é inconsciente e construída numa dinâmica relacional entre duas, três ou mais gerações e entre a vida psíquica do bebê com os seus pais ou cuidadores, abrangendo aspectos positivos e negativos, nunca de forma passiva. Ela ocorre desde o período fetal, por impressão de

ruído, movimento do corpo materno, passando pelo nascimento e aquisição da linguagem. A transmissão geracional, inerente à vida psíquica, é um modo peculiar pelo qual verdades, saberes, ódios, amores, legados possíveis e impossíveis são transmitidos, garantindo que a voz das gerações não silencie.

A transmissão psíquica intersubjetiva se origina no núcleo familiar e ocorre entre os sujeitos. Pressupõe espaço de transcrição transformadora e está associada, em relação direta, à transmissão entre gerações adjacentes. Uma de suas características são os vínculos intersubjetivos que formam a realidade psíquica, especialmente as proibições fundamentais. Entre esses vínculos intersubjetivos inclui-se o complexo de Édipo, que prescreve as relações de desejo e as proibições entre os sujeitos, enquanto reconstrói, no campo das representações, as diferenças entre sexos e gerações, com as correspondentes identificações (KÄES, 1996).

Em *Totem e tabu*, Freud (1912[1913]/2012) assinala que nenhuma geração poderia ocultar das gerações seguintes seus aspectos psíquicos de maior importância e que, mesmo bloqueando ou inibindo uma tendência, história ou vivência, ela jamais será totalmente abolida e pode aparecer como impensado e deixar atrás de si um substituto como signo do que não pôde ser transmitido. Cada ser humano é portador de um mandato transgeracional, que sofre influência/ação de outra pessoa, de forma voluntária ou não. Por intermédio dele são transmitidos significados, culturas, costumes, identificações, podendo-se dizer que é um mandato que constitui cada ser.

Na opinião de Hurstel (1999), é necessário um trabalho psíquico específico para os homens quando passam de filho a pai. Ela considera que existe um termo em cada sociedade para marcar o lugar simbólico do pai, e é em nome da lei que cada sociedade irá designar o que é o pai. Lembra ainda a autora que há três tipos de paternidade: genitor, educador e provedor. Cada um deles comporta a transmissão dos nomes e dos bens. Compreende-se, portanto, que os fundamentos da função paterna estão submetidos ao termo ‘pai’ ou seu equivalente /substituto, e assim as variadas sociedades legitimam a afiliação de suas crianças ao grupo.

Delourmel (2012) comenta, em “Da função do pai ao princípio paterno”, que o recurso de Freud à metáfora e à analogia manteve em questionamento uma tensão dialógica entre filogênese e ontogênese. Segundo esse autor, ao defender a filogênese, Freud advertia sobre o risco de a ontogênese ser minimizada em proveito da filogênese.

Para Freud (1918[1914]/2010), não se deve recorrer a uma explicação da filogênese enquanto não for esgotado tudo que a ontogênese possa oferecer no processo

psíquico. Ainda que tenha elaborado sua teoria acerca do pai sobre os alicerces filogenéticos (pré-história ancestral), Freud ressalta a importância da pré-história infantil. Não que descarte as motivações e os fatos filogenéticos, que muitas vezes são elucidados pelo estudo da infância individual. Freud diz não ser surpresa perceber que aquilo que foi engendrado pré-historicamente e mais tarde transmitido como predisposição para ser novamente adquirido possa reaparecer, nas mesmas circunstâncias, como acontecimento da experiência do sujeito. Em *Três ensaios sobre a sexualidade*, Freud (1905/2008) demonstra perplexidade com alguns autores por darem mais atenção à hereditariedade, atribuindo-lhe maior influência que à outra pré-história da infância.

Delourmel (2012) apresenta modelos contemporâneos do pai sob uma perspectiva ontogênica, no prolongamento do ‘eu-prazer purificado’ e da “denegação”. Ele cita René Diatkine e Claude Le Guen, cujos modelos apresentam a mesma origem do pai, situando-a no campo da angústia ante o estranho e cuja manifestação ocorre no segundo trimestre de vida. No entanto, divergem quanto ao conceito de *não mãe*. Tal conceituação nos faz lembrar o desenho animado da família Dinossauro, cujo bebê estava sempre pontuando: “não é a mamãe”.

Delourmel (2012), referindo-se a Diatkine, utiliza o termo ‘*a não mãe*’ como designação psíquica que ocorre na criança quando reage de forma angustiada diante do estranho. Seria o momento em que o reconhecimento do rosto da mãe provoca reação inversa ao se defrontar com rosto estranho (angústia). Ainda que seja um momento organizador do psiquismo, por testemunhar uma atividade mnésica constituída, uma vez que a criança já é capaz de comparar uma percepção atual com a lembrança de uma percepção mais antiga, trata-se de um momento traumático. Mesmo dando início à organização das qualidades psíquicas conscientes e inconscientes, tal experiência encerra forte carga de sofrimento.

Para Diatkine, reconhecer ‘*a não mãe*’ gera crise emocional, com regressão perceptivo-motora, perda de novas aquisições e, possivelmente, até estado disfórico / mal-estar pela ansiedade, particularmente penoso. Ele considera que é o pai quem primeiro constitui o suporte da *não mãe* na presença da mãe. Não necessariamente esse suporte tem que ser o pai – genitor –, até porque a criança tem possibilidades de se interessar por outrem que não a mãe. Dessa forma, o suporte da *não mãe* na presença da mãe poderá vir a substituí-la quando ela não estiver presente. Para o autor, essa situação cria uma triangulação originária em dois planos – criança / mãe gratificante / mãe

frustrante; e criança / mãe / estranho –, que evolui para os estágios pré-genital e genital do complexo de Édipo.

Nas duas diferentes concepções trazidas por Delourmel (2012) acerca do que não é a mãe, a segunda se refere a ‘*o não mãe*’ de C. Le Guen, que, a partir dos desenvolvimentos de Freud, elaborou o modelo do Édipo originário e o termo ‘*o não mãe*’ como característica de uma pré-imago paterna, situando a origem na angústia ante o estranho.

Esse ‘o não mãe’ de Le Guen é simplesmente negatividade pura, ou seja, não é uma projeção da mãe má sobre o estranho, e o artigo masculino ‘*o*’ da ‘*não mãe*’ significa a perda desta, que é designada como ausente. Segundo o autor, é aquilo que a torna proibida, é a matriz de uma pré-imago paterna, um terceiro entre mãe /bebê no qual mais tarde o Édipo se apoiará, possibilitando assim a imagem do pai.

Importa ressaltar que, para Le Guen (1974), o desejo da presença da mãe implica a rejeição do ‘*o não mãe*’ e até mesmo seu aniquilamento, uma vez que reencontrar a mãe é reduzir ‘*o não mãe*’ a nada. Ele considera que ‘*o não mãe*’ é uma prefiguração do desejo de assassinato do pai e que a constituição do processo da pré-imago do pai ocorre simultaneamente à construção psíquica da pulsão, organizada num movimento em direção ao objeto, que é duplo e contraditório, por ser composto de um objeto (a mãe) e de um não objeto (*o não mãe*). Ainda segundo esse autor, ‘*o não mãe*’ tem raiz numa ‘pré-pré-negação’ da ordem de uma inibição primordial, a partir de uma energia situada nos limites do biológico e no próprio biológico, indispensável para estabelecer a continuidade até o adulto histórico-social.

Uma vez que o processo geral da negação implicaria a ideia de contrário, bem como de uma oposição ativa, indutora, de mutação, no limite da qual as pulsões surgem, a pré-pré-negação seria então contra o excesso de excitação e a ruptura da para-excitação ocasionada pelo traumatismo da perda da mãe. Conclui Le Guen (1974) que a pré-pré-negação se encontraria no ponto de cruzamento da emergência do pulsional, do *não mãe*, do psiquismo, para além do parricídio. Ele tece outras considerações sobre ‘*o não mãe*’, bem como sobre a triangulação e inibição e sobre a identificação, mas importa destacar que Le Guen não aceita a postulação freudiana do assassinato do pai primevo. Seu modelo é o da ontogênese.

Freud, em *Teoria geral da neurose* (1915-1917[1916-1917]/2008), comenta a dificuldade em diagnosticar se a angústia infantil é neurótica ou real. Segundo ele, a angústia da criança diante de pessoas, situações e objetos desconhecidos não o

surpreende, podendo ser considerada inata, uma predisposição hereditária. Mas, na observação direta da angústia infantil, passível de eclodir pela simples presença de pessoa estranha, seria mais exato afirmar que tal estranheza se dá porque a criança espera sempre ver o rosto da mãe, pessoa familiar e amada, e a tristeza e decepção experimentadas por sua ausência é que se transformariam em angústia. Trata-se de uma libido que não foi utilizada e por não poder manter-se em suspenso faz essa derivação para angústia, argumenta Freud.

Laqueur (1992), ao se referir à carência de uma história da paternidade e ao silêncio em seu entorno, remete à questão do que é ser pai, desde Freud até os dias de hoje. O fato de não ter tido um movimento que estimulasse o estudo sobre os varões parece estar ligado ao próprio desenvolvimento histórico e cultural do Ocidente.

Me incomoda que careçamos de uma história da paternidade, silêncio que interpreto como signo de uma patologia mais sistêmica de nosso conhecimento acerca do que implica ser um homem e ser um pai. Desafortunadamente não houve um movimento comparável ao feminismo moderno que estimulasse o estudo dos varões (LAQUEUR, 1992, p. 119).

4.6.

Há lugar para o pai na pluriparentalidade?

Até meados do século XX o modelo familiar era o genealógico. Esse modelo veicula a ideia de filiação como fato natural, acrescido de uma norma, ou seja, a exclusividade de filiação, segundo a qual cada sujeito é colocado em posição de filho ou filha em relação a um único homem e a uma única mulher.

Na época atual coexistem as mais diferentes configurações familiares, da monoparentalidade à pluriparentalidade, e esta última, segundo Kehl (2003), traduz tanto a inversão da dominação masculina, como um novo modo de conceituação da família, sendo derivada de parentalidade, que por sua vez deriva de parental.

A pluriparentalidade é diametralmente oposta ao ‘modelo genealógico’, fundamentado no sistema judaico-cristão em que a família nuclear, composta de pai, mãe e filho(s) ligados por laços consanguíneos, era o modelo a ser seguido. Os pais da pluriparentalidade se evidenciam nas famílias recompostas, nas quais convivem um dos pais de origem/genitor e o outro cônjuge, denominado padrasto ou madrasta, e meios-irmãos de diferentes relacionamentos.

Mudanças são sempre desestabilizadoras e dão trabalho ao aparelho psíquico, que não aceita de bom grado essa tarefa. É natural que haja dificuldades em acolher e integrar as mudanças que têm desequilibrado a ordem constituída da família nuclear burguesa na história do mundo ocidental. O novo sempre vem acompanhado de um sentimento de ameaça ao *status quo*, propiciando a reflexão e a reavaliação do conhecido e instituído. Na passagem do conhecido para o desconhecido há que ser feito um luto pelo que deixou de estar presente, a fim de permitir que o novo se instale e seja investido.

Deve-se à evolução, em parte ao estatuto da mulher e ao novo lugar da vontade individual, a criação de parentesco nas sociedades ocidentais nos dias de hoje. Podem ser atribuídos à mulher e ao papel que ela vem desempenhando – por ter entrado no espaço público antes reservado à figura masculina – a transformação e o estremecimento dos alicerces da sociedade, que se pautava por divisões estanques do papel e do lugar de cada gênero na cadeia social. O abandono do castelo doméstico em que a mulher era nomeada rainha do lar, somado à deposição do ‘rei’ – ou seja, o homem/pai destituído do seu trono e do poder soberano sobre as vidas das mulheres e filhos –, alterou o reino de tal forma que hoje há dificuldade em se conceituar o termo família.

Para Roudinesco (2003), a família está em desordem por se configurar de variadas maneiras na contemporaneidade. São famílias homoparentais, famílias homoafetivas, famílias recompostas, coparentais, biparentais, enfim, uma gama de arrumações muito diferentes da tradicional família nuclear. Fine (2010) destaca que, com o advento das procriações assistidas, da inseminação artificial, da adoção por casais homoafetivos e recasamentos, outros pais foram introduzidos no jogo, os chamados ‘pais sociais’, constituindo o que se nomeia pluriparentalidade.

Essas diferentes formas de constituição familiar expressam uma crise da própria instituição ou sua morte. Ceccarelli (2007) não acredita na existência de uma crise da família, visto que a humanidade historicamente sempre esteve em crise, “seja pela implantação da ideologia cristã contra a pagã, a saída do feudalismo para ideias liberais, a inquisição, o capitalismo, a revolução industrial e as duas Grandes Guerras” (p. 90). Pode-se pensar que todos esses acontecimentos foram motores que levaram a mudanças sócio-político-econômicas, apoiadas pelos movimentos feministas, que “acirraram o debate, iniciado no século XIX, sobre o lugar dos homens e o das mulheres nas relações sociais, no trabalho, na reprodução, nas questões demográficas, e assim por diante” (p.

90). Esse autor lembra ainda que esse reposicionamento fez emergir um discurso, para ele revolucionário, acerca do sexual, do qual a psicanálise é um dos expoentes. Ele se refere a *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), texto de Freud que ainda é considerado por alguns segmentos sociais como subversivo.

No intuito de marcar sua posição quanto à perenidade da crise como *leitmotiv* das mudanças supracitadas, Ceccarelli (2007) lembra que o advento da pílula anticoncepcional foi fator de crise social, porque poderia destruir lares pela liberdade que as mulheres passariam a desfrutar sobre o seu corpo, podendo vir a se apropriar do próprio desejo. Essa, sim, foi uma revolução da família sem precedentes. Sair da posição subjugada pelo poder patriarcal para tornar-se dona do próprio destino. Ficar grávida se assim o desejar, ser mãe solteira, ter direito à escolha do companheiro, separar-se do cônjuge, ter independência financeira são conquistas que até então estão sendo assimiladas pela sociedade e com mais vagar pelas figuras masculinas. Essa liberdade trouxe para as mulheres um novo estar no mundo, livrando-as do jugo do poder masculino, possibilitando que sejam protagonistas de suas histórias. Não sem consequências, e as mais diversas.

Esse autor considera ameaçador o temor às novidades, por ser um ataque ao narcisismo, fator importante para se dimensionar a violência do passado. O narcisismo constitui ainda uma defesa psíquica em torno do mundo encantado infantil para sempre perdido. Em sendo assim, quando a realidade é extremamente difícil, as lembranças encobridoras do passado são evocadas na esperança, sabe-se que vã, de um reencontro com esse mundo fantasiado.

Os novos modos de família têm sido motivo de pesquisas e estudos, numa tentativa de compreender essa organização milenar que hoje se apresenta de forma diferente da família nuclear tradicional, o que causa estranheza e perplexidade. Segundo Ceccarelli (2007), a família contemporânea é uma forma de ligação afetiva entre sujeitos na qual existe, ou não, um exercício da parentalidade que foge aos padrões tradicionais.

Kehl (2003) denomina as diferentes constituições familiares da época atual de ‘família tentacular’. Isso porque, diz ela, o núcleo central da família contemporânea foi implodido, atravessado pelo contato íntimo entre adultos, crianças e adolescentes vindos de outras famílias, experiência que permite acumular vínculos profundos entre pessoas que não fazem parte do núcleo original de suas vidas. Gavarini (2008) apresenta, em seu texto “Novas normas e formas de laço familiar: a sexualidade na sombra”, diferentes

posições de autores que denominaram a família contemporânea de individualista, democrática, relacional, família desinstitucionalizada e família incerta.

Essas novas formas de convivência familiar, alerta Kehl (2003), estão sendo responsabilizadas pela dissolução da família tradicional, atribuindo-se à família atual o incremento da delinquência juvenil, da violência, das drogadições e da desorientação dos jovens. Essa leitura crítica da organização familiar contemporânea compreende a família como se ela fora a única instituição a transmitir valores, ordem e moral aos seus membros.

Mas tal leitura é uma visão mítica da família, que protege e escamoteia a ausência/falha dos poderes públicos constituídos, que deveriam assegurar os cuidados básicos da população. A incompetência desses setores afeta diretamente aqueles de maior vulnerabilidade social, ignorando a fábrica de neurose que a família nuclear, monogâmica, patriarcal e endogâmica protagoniza, pondera Kehl (2003). Essa idealização da família ignora as arbitrariedades impostas a mulheres e crianças pelo poder hierárquico do patriarcado.

Nesse cenário de tamanha mobilidade social conferida pelas novas formas de constituição familiar, em que os lugares parentais oscilam, é que se pergunta sobre o conceito de pai e qual o seu lugar, se houver, na parentalidade. Historicamente, até um tempo atrás, os arranjos atuais de família eram considerados marginais por não corresponderem aos padrões tradicionais de procriação. Com as novas modalidades de parentalização, como barriga de aluguel, embriões congelados, inseminação artificial com sêmen anônimo e, num futuro próximo, talvez clonagem, constata-se uma revolução no modo de construir família. Nesse contexto, como pensar acerca do pai, nesse emaranhado de possibilidades de fazer e ter filho sem a presença real do homem?

Ao poder separar sua vida sexual da procriação, a mulher, segundo Roudinesco (2003), atentou contra o poder do caráter sagrado do sêmen masculino e, com isso, foi e está sendo responsabilizada pela desarticulação da ordem familiar patriarcal. Ao se capacitarem melhor para o mercado de trabalho buscando igualdade de condições com os homens, elas passaram a priorizar suas carreiras e colocaram o casamento no mesmo patamar de interesse que a profissão, postergando a maternidade. Nesse panorama, as separações se disseminaram e

O laço conjugal entre um homem e uma mulher, assim como os laços homossexuais em seguida, somente seria possível de se produzir e de se manter caso os parceiros pudessem manter a sua condição desejante na conjugalidade. Caso contrário, cada qual saía em

busca de relações para articular a demanda do desejo na relação conjugal (BIRMAN, 2007, p. 56).

A condição desejante implica o exercício prazeroso do erotismo, bem como aquilo que os cônjuges podem oferecer um ao outro de sua potência de ser e de existir. Nesse novo projeto familiar, é comum os parceiros possuírem uma prole anterior que, por sua vez, é inserida em mais de um grupo familiar. Por conta dessa condição desejante, também há um aumento de famílias monoparentais, resultando na diminuição do número de filhos.

Essa volatilidade da família, por um lado, tem sido exaltada como se ela estivesse liberada das obrigações instituídas da vida familiar, e respectivamente das funções parentais, pela reivindicação de paridade e a não discriminação social entre os sexos. “Não é mais o caso de especificá-los; eles são, ambos os dois, igualmente pais!” (GAVARINI, 2008, p. 280).

Paralelamente a essa condição desejante, a forma de subjetivação também foi afetada em relação à família nuclear, uma vez que a emancipação feminina deixou uma lacuna que não foi preenchida pelo homem, que se mostra surpreso e perdido diante dessas mudanças. O espaço aberto pela saída da mulher do meio doméstico deu lugar a creches, escolas maternas, babás, avós, forçando até a entrada precoce das crianças em variados cursos, como de natação, estimulação precoce, dança, esportes, línguas estrangeiras etc. Há uma verdadeira indústria/fábrica de negação da ausência materna, pontua Gavarini (2008). Essas crianças da família atual passam a maior parte do dia com pessoas que não são seus parentes, e a transmissão da socialização das mesmas, outrora atributo exclusivo da família de origem ou seu equivalente, tem sido delegada a outras pessoas. “Para formar o ideal de eu, o sujeito se baseia nas identificações oriundas das relações objetais e nos ideais compartilhados socialmente, os quais foram transmitidos primeiramente pela família” (BERTOL e SOUZA, 2010, p. 833).

Passos (2007) lembra que os laços conjugais, parentais e fraternos dependem de operações intrapsíquicas, e nessas mutações devem ser levadas em conta as incidências do contexto social e cultural, visto que, em cada época, um ou outro tipo de intersubjetividade ganha expressão, conforme “as nuances que qualificam a cadeia relacional da sociedade, e particularmente da família” (p.117). Mas, na contemporaneidade, as fronteiras entre os subgrupos da família, pais, filhos e irmãos estão tão fluidas que essas relações ficam inconsistentes, repercutindo significativamente nas produções subjetivas.

Essas inúmeras mudanças das últimas décadas quanto aos papéis sociais da mulher e do homem definem novas concepções de mãe e de pai. Farias e Rocha (1998) consideram que tanto a noção do pai cruel e abandonador, quanto a figura idealizada da madona com seu filho são heranças do pensamento ocidental cristão. Essa percepção das autoras sugere uma reflexão sobre a tendência da teoria psicanalítica pós-freudiana a imputar um grande peso à mãe na formação do psiquismo e a ter dificuldade quando procura conceituar o pai.

Passos (2007) assinala que, frente às múltiplas possibilidades da vida conjugal e parental para se construir uma concepção de família, é preciso encontrar referências que a abriguem e ao mesmo tempo mantenham as diferenças em sua expressão. E que os laços de afeto são os princípios que norteiam tal propósito, sendo constituintes e sustentadores das relações tanto internas quanto externas, bem como das interfaces de ambas as relações. Segundo essa autora, a criação de laços familiares é assegurada pela economia de investimentos libidinais que definirão os lugares e funções dos membros, indispensáveis ao processo de subjetivação.

[...] em tempos de individualismo exacerbado, as relações eu – outro têm se tornado cada vez mais utilitaristas, o que repercute na parentalidade e, conseqüentemente, no processo de subjetivação dos filhos. [...] sem laços não há humanização’ (p. 1)

Savietto (2007) refere-se à visão de Bauman (2001), que qualifica a sociedade ocidental atual de líquida, porque suas instituições tradicionais, como família e Estado, estão sendo rompidas sem que tenha sido aberto espaço para ‘novos e aperfeiçoados sólidos’. Assim, tais instituições ficam à mercê da mutabilidade. Essa mutabilidade, por sua vez, tem exigido do sujeito contemporâneo que se desprenda da garantia de estabilidade proporcionada pela ordem e converta-se, pela contingência social, à flexibilidade.

O sujeito nessas circunstâncias depara-se com a ausência de autoridade, de regras, de referências estáveis, e é imerso num contexto onde nada é dado *a priori* e no qual se sente convocado solitariamente a construir suas próprias referências e a elaborar as normas que regulam sua existência. Nos diversos arranjos familiares em que os pais abandonam a família e naqueles nos quais há mães ressentidas com ex-companheiros, existe o perigo de essa situação vir a fortalecer o afastamento dos filhos desses pais e de os filhos muitas vezes se tornarem objeto máximo de desejo da mãe.

Birman (2007), referindo-se aos textos de Freud *Além do princípio do prazer* (1920) e a ‘*teoria da sedução*’ (1896), sinaliza que Freud já apontava para a falibilidade

da figura do pai na modernidade, por este pai não mais proteger o filho do perigo, deixando-o exposto à inevitabilidade do trauma. Com a ambiguidade do lugar que cada integrante do par parental ocupa e a instabilidade no desempenho dos papéis na família atual, é possível que uma crise se processe no sentido de os filhos se sentirem afetivamente órfãos, não contando com a figura de pai forte, protetor e respeitável, e também sem a sustentação de uma mãe terna e tolerante. São filhos ‘à deriva’, que sofrem traumáticamente o impacto das contradições sociais. A ausência de um grupo familiar para mediar e processar adequadamente as contradições sociais pode favorecer a intensificação de fenômenos subjetivos, como a sobre-excitação e a compulsão à repetição.

Podemos pensar que tal mobilidade trouxe sentimento de orfandade aos filhos nesse tipo de arranjo familiar, não só pela paridade da conjugalidade, mas sobretudo pelo distanciamento deles das funções até então atribuídas às figuras parentais. E que a indefinição de papéis e a ausência de hierarquia no seio da família atual dificultam a subjetivação, a construção e a identificação dos filhos com seus pais. Isso porque, na organização familiar de outrora, essas funções eram exercidas na intimidade do lar, não eram delegadas a outrem.

A pluriparentalidade pode ser pensada como possibilidade de diluir o poder severo patriarcal, proporcionando um ganho para as crianças desse novo contexto familiar, uma vez que tanto homem como mulher vivem em igualdade de condições, sem a antiga rigidez imperial masculina sobre as mulheres. Essa visão desmistifica a família nuclear burguesa, indutora de neurose, sofrimento e submissão da mulher e da criança. Ambas as visões mantêm a importância, segundo nossa compreensão, de um cuidador atento, sensível e respeitoso à singularidade da criança.

Para Savietto (2007), o enfraquecimento das referências parentais da atualidade traz à tona um profundo sentimento de desamparo, como também a sobreposição de mapas ordenadores desse cenário familiar. Ela se refere à aparente instauração do reino da pluralidade no interior da família, cuja modernização resultou na aquisição de novos ideais e identidades sem abrir mão dos antigos ideais, dando-se uma sobreposição desses ideais. Para essa autora, ainda que haja prevalência do modelo de família igualitária na atualidade, o modelo familiar hierárquico tradicional não foi extinto. Dessa forma, há um ‘desmapeamento’ que gera desorientação e conflito, correspondentes à vivência de desamparo. Desamparo que atinge todos os membros

dessa nova organização e representa um expressivo impacto das transformações ocorridas no seio da família.

Assim, pergunta-se qual seria o estatuto de pai e de mãe na nova organização familiar. Cabe pensar no registro de função – de ordem simbólica e não biológica. Bion (1962) esclarece, em sua teoria das funções, a possibilidade de se pensar o biológico como um dos fatores para alicerçar o pensamento psicanalítico, sem negá-lo nem depender dele. A criatura que está dentro do útero, ao sair, terá que fazer um ajuste – de uma vida em um meio aquoso para o meio gasoso. Os pais, da mesma forma, têm que se desenvolver a partir de marido e esposa para pai e mãe; de outro modo não haverá ‘espaço’ no qual o recém-nascido possa se desenvolver (BION, 1977).

Essa compreensão denota a importância do estabelecimento de uma díade entre a mãe e o bebê, para que na mente do rebento a diferenciação entre self e objeto se estabeleça. Só assim a noção de dois ou de ‘outro fora de mim’ se constitui. Ora, para exercer o papel de cuidador, a mãe não é a única pessoa capacitada. Mas o bebê carece de muito mais que cuidados físicos. Ele requer sentir-se amado, acolhido e querido. E tanto o amor da mãe por ele quanto o amor da mãe pelo pai do seu filho são ingredientes emocionalmente importantes para estimular o desenvolvimento potencial do bebê.

Mas é de extrema necessidade ter uma mãe ou substituta que acolha as angústias, o desconforto, o pavor, a satisfação, a alegria, o choro, a raiva, enfim, todas as demonstrações afetivas de seu bebê, transformando-as e dando-lhes significado, de tal maneira que este as receba de volta em sua mente de forma palatável. Bion (1977) nomeou essa experiência de ‘*revêrie*’. É nessa experiência de troca e comunicação entre mãe e bebê que este último desenvolve sua capacidade para pensar.

Esse autor utiliza o pai como modelo de possibilidade de abstração do bebê, por ser o homem referido pela mãe como pai. A sensação de a mãe ser amada pelo homem, de querer esse homem, acrescida da repetição da mãe de que ‘este é o papai’, possibilita que a criança desenvolva sua capacidade de simbolização e adquira vocabulário. Pode-se inferir que o uso do pai no exemplo de Bion marca a importância física do pai, pai amoroso e também objeto dos desejos amorosos do filho, de um pai que também é amado pela mãe, e do pai fonte para o pensamento simbólico.

Para Bion (1977), o bebê já nasce com a preconcepção edípica dos pais e, dependendo das intercorrências destes entre si e da personalidade do bebê, haverá crescimento ou não. Se o bebê tolerar a internalização dos pais, serão criadas condições de autoconhecimento, de favorecimento de quem ele é, homem ou mulher, de ser pai ou

mãe, e de sentimento de pertencimento – filho daquele pai e daquela mãe. Por conseguinte, um sentimento de identidade é adquirido, abrindo espaço para o viver.

Não haverá sujeito se não houver um outro para referendá-lo. Entretanto, mais que a presença de um outro, são suas qualidades como elemento intersubjetivo e complementar no processo de constituição psíquica e de subjetivação que de fato importam. Passos (2007) pontua a possibilidade de estar havendo uma supervalorização das unidades parentais pais-filhos, em detrimento do contexto inter-relacional com diferentes tipos de relações intersubjetivas que formam uma integração grupal. Assim, estaria sendo produzida uma cultura utilitarista em que os filhos estariam cada vez mais a serviço do cumprimento ‘da pauta narcísica dos pais’, não sendo considerados por si mesmos, mas vinculados ao ganho que proporcionam aos pais. Segundo essa autora, há uma preponderância por busca de segurança e gratificação pessoal, fruto desse contexto descartável que produz um outro inconsistente.

Daí a preocupação de Passos (2007) quanto à constituição da subjetividade infantil, em que as funções paternas e maternas, com interesses individualistas, se tornem vulneráveis, sem condição de responder ao que a criança demanda para amadurecer. Pondera ainda a autora que, para atender à criança, é preciso que ela seja reconhecida como filho, ou seja, com tudo que lhe é próprio, e o lugar que ele irá ocupar será construído de acordo com os investimentos de afeto da mãe para com o seu bebê. Esse vínculo materno-infantil será a matriz dos futuros laços da criança em seu processo de humanização e subjetivação. O não reconhecimento desse filho poderá trazer repercussões nefastas na constituição psíquica e na subjetividade dele.

Se essa relação é entendida como matriz de todos os outros lugares que uma criança ocupará na vida, essa vivência dos primórdios da existência humana torna imprescindível, para o potencial de maturação, que sejam reconhecidas suas singularidades, de modo que se desenvolva seu processo de diferenciação e, por conseguinte, de subjetivação.

A chegada de um bebê traz inúmeras expectativas aos futuros pais, sejam elas inconscientes ou não. No entanto, o bebê chega com seus recursos biológicos e psíquicos inatos e singulares, que sofrerão influência de fatores ambientais e constitucionais relativos à cultura e ao social, além do que vem dos pais através de suas configurações psíquicas e de suas projeções inconscientes sobre a criança, principalmente na denominação de gênero (HAUDENSCHILD, 2009). É nesse início de experiência da vida, denominada por alguns autores de simbiótica ou de

indiferenciação, que serão marcados o núcleo do ego no sentido do ‘que se é’, bem como os atributos da cultura na qual o bebê será inserido.

Para que o bebê cresça e apareça, importa que o par parental/ seres tutelares tenham feito internalizações inconscientes e adequadas de seus pais, para que eles possam acolher seu bebê em sua singularidade. Do contrário, no caso em que a mãe não pode ter uma relação de objeto edípica inconsciente, haverá um vácuo emocional que rouba do menino um ingrediente essencial para a elaboração psicológica e interpessoal do complexo de Édipo. Por outro lado, o menino precisa contar com um pai que seja de fato presente psicicamente, como fator importante para seu crescimento, desde que esse pai tenha uma bissexualidade psíquica bem estruturada.

Os lugares hierárquicos anteriormente fixados para os membros de uma família tornaram-se voláteis na contemporaneidade, o que nos leva a interrogar com quais imagens os filhos irão se identificar nessa nova configuração da família contemporânea. Julien (2004) assinala que a identificação requer um modelo nobre, atraente e manifesto. Daí que a segunda demanda do filho, após a resposta materna da primeira demanda, diz respeito à imagem de um pai ideal, digno de ser amado, admirado.

Quanto à importância do pai e ao seu lugar nessa nova família, pode-se inferir que esse lugar, ainda que modificado e deslocado em relação à família patriarcal, é de grande valor na constituição psíquica do filho, não só por ele ser o genitor e poder exercer a função de pai, mas também por se colocar como o outro que representa a alteridade. Violante (2007) chama a atenção para a noção que Aulagnier (1979) atribui a Lacan – a de que a mãe é o primeiro representante do Outro, enquanto o pai é o primeiro representante dos Outros. Diz Julien (2004) que um homem é pai na medida em que recebe este lugar do desejo de sua mulher. Ou seja, é necessário, dentro da concepção da resolução edípica do menino, como amadurecimento da psique, que um homem barre o caminho à mãe e proponha ao *infans* que este seja como ele.

Para Eiguer (2010), o que se espera de um pai é que aceite a identificação do filho com ele e que possa suportar essa identificação, sendo também capaz de diferir seus impulsos ou sublimá-los. Segundo esse autor, o lugar do pai na família igualitária é o lugar da fala, da escuta, do onirismo, o lugar da busca das formas originais e transgeracionais, pontuando que este pai existirá na medida em que admitir sua castração – afastando-se quando não mais estiver ali e colocando-se onde não houver ninguém. Acrescenta ainda Eiguer (2010) que a função do pai encontrará sentido na

interfuncionalidade dos vínculos, em articulação com as funções da mãe, do filho e do objeto transgeracional.

Dessa forma, o lugar do pai é um lugar que deve ser conquistado e reconhecido pela mãe como tal e assumido por este. Ao ser referido ao filho como pai pela mãe, ele não só ocupa um lugar que está ali para ser ocupado, como também assume o desejo de ser a figura de cuidado e de ruptura da relação diádica do bebê com a mãe. Converte-se, assim, no facilitador da entrada do filho na cultura, por funcionar como mediador entre a mãe e o mundo externo, e por prover essa criança do sentido de pertencimento, de amparo e de confiança em si e no mundo que a rodeia. Como bem diz a publicidade, ‘não basta ser pai, é preciso participar’. Participar do processo de desenvolvimento do potencial inato do bebê no eterno vir a ser.

Se o nome da figura masculina que cria uma criança é pai, o genitor também o é, segundo a lei brasileira. O que importa, deduz-se, é que a figura referendada pela mãe seja de fato um condutor e transmissor de reconhecimento e acolhimento dessa criança, para que ela possa usufruir plenamente de sua criatividade, alimente o valor da vida e se humanize por ter sido reconhecida por um outro além da mãe.

4.7.

O lugar do pai no materno

O materno, de alguma maneira, foi compreendido por Freud como uma realização idílica para a mulher, criando na nossa cultura um sentimento de beatitude para a mãe e também para o casal. Entretanto, mulheres e homens se defrontam com dificuldades quando nasce o bebê ou até mesmo durante a gravidez. Isso porque a chegada de um bebê, ainda que muito desejada, traz importantes movimentos internos e afetivos para cada um dos progenitores.

Entre as várias dificuldades apontadas por teóricos da psicanálise, uma delas é que o materno, apesar de fundamental em termos de proteção e cuidado, também é assustador/amedrontador, instável, maleável, e suas transformações são sombras projetadas. Devido à sua posição central, o materno se adapta à evolução da cultura, inclusive psicanalítica, sendo ora imago, ora objeto ou simplesmente mãe.

O materno também é considerado uma entidade submetida a diferentes níveis e graus de abstração. Para Anzieu-Premmereur (2011), por exemplo, o materno é a base

na qual o ser humano assenta o sentimento de existência, seus sonhos e pensamentos, sendo ainda tela de projeção das fantasias, suporte para o eu, continente calmante para os afetos e as emoções, mas assustador pela regressão e devoração possíveis.

Freud (1931/ 2011), no texto sobre a feminilidade, revela sua dificuldade em tratar desse tema. Nesse texto, ele reconhece a importância, para a vida ulterior da mulher, do apego à mãe que esta desenvolve nos primórdios da existência, considerando como sexual o lugar da feminilidade e destituídas de conteúdo preciso as noções de masculino e feminino. Para Freud, o que constitui masculinidade ou feminilidade é de caráter desconhecido, que a anatomia não é capaz de apreender. Dessa maneira, anatomia e psicologia estariam no mesmo patamar, ou seja, se constroem. Ele também considerou a feminilidade um enigma irreduzível, classificando a sexualidade feminina de *'dark continent'*.

A feminilidade, para Freud, é um dos destinos da sexualidade infantil, e seu maior complicador ocorre na mudança de zona erógena e de objeto empreendida para sua realização, tendo em vista que a menina deve renunciar à *'inveja do pênis'*, enquanto os meninos conservam sua zona erógena, ainda que tenham medo da castração. Esses afetos – medo e inveja – são *'dragões dos tempos originários'* que não foram vencidos e que reaparecem como escolta da mãe, por serem tais dragões a representação da mãe brandindo a mão aos filhos, devido à posição que ela ocupa, e que retornam sem serem convidados e sem terem sido domesticados. E assim modificam a intensidade do amor que fora dedicado à mãe dos primórdios.

Desse modo, o enigma da feminilidade estaria ligado à questão da renúncia ao desejo do falo e da mudança para ambos os sexos dos objetos afetivos, e as moções sexuais na puberdade poderão revelar como foi ultrapassada a perda do primado do falo, que constituirá a evolução da mulher para a feminilidade. Da mesma forma, o homem descobrirá as tendências femininas que o habitam.

Tais moções são consideradas por Freud a etiologia da recusa de feminilidade, tanto na mulher como no homem. Ele relaciona a feminilidade com pulsão de morte, no sentido de que esta se assenta no retorno ao estado anterior – busca do amor perdido, dessa mãe dos primórdios.

A recusa à feminilidade seria a atração pela mãe anterior para sempre perdida, sendo a fase pré-edípica decisiva para o futuro da mulher. Para Freud, a mulher reage de forma diferente diante do nascimento de um filho ou de uma filha que, segundo ele,

revela que o fator antigo da falta de pênis não perdeu seu vigor, e que apenas a relação com o filho traria à mãe uma satisfação ilimitada (FREUD, 1932[1933]/2011).

A aquisição da feminilidade se daria, de acordo com o modelo freudiano, pela hostilidade à mãe, sendo um atributo da vida adulta da mulher. Tal compreensão repousa na descoberta, pela menina, de sua castração, quando ela renuncia provisoriamente a ser como a mãe e deseja o que a mãe possui: o pai. Assim sendo, ainda que biologicamente esteja preparada para ser mulher, psicologicamente, segundo Freud, isso não ocorre até que ela se torne mãe.

A dificuldade da mulher em se separar da figura materna está relacionada com seu desejo incestuoso em relação à mãe, despertado pelos prazeres genitais advindos dos cuidados físicos que a mãe lhe dispensava. Esse prazer então permaneceria como um eterno objeto de nostalgia para a filha, e esta seria a dificuldade inerente à feminilidade.

Freud estabeleceu a substituição inconsciente da inveja do pênis pelo desejo de ter filho. Já para Klein (1997), a menina teme ter seu corpo assaltado e destruído devido às suas projeções dirigidas à mãe, de quem sente inveja por esta conter em seu corpo tudo de desejável, inclusive o pênis do pai. Daí ser a mãe objeto de inveja e de sentimentos destrutivos por parte da filha, que teme ser retaliada por suas fantasias sádicas e de ataque ao interior desse corpo, para ela prodigioso.

Freud e Klein, ainda que tenham diferenças quanto à questão do desenvolvimento feminino, convergem em dois pontos: o desejo da menina pelo pênis e o ódio à mãe por não ter lhe dado um. A supervalorização desse órgão confere-lhe poderes mágicos de satisfação oral em razão da equação arcaica pênis/seio anunciada pela frustração sofrida no desmame.

Entretanto, se as fantasias de ódio centradas no pênis do pai como algo que satisfaz à mãe forem intensas, elas poderão deslocar o medo da mãe para o pênis do pai e nesse caso, segundo Klein (1997), a menina, quando adulta, poderá ter atitude distorcida em relação ao sexo masculino. Depreende-se que, para Freud, ser mãe é tomar o lugar do pênis do pai, enquanto, para Klein, ser mãe é o desejo pelo pênis do pai.

Essa digressão sobre a feminilidade é uma trilha para retomar o materno e o lugar do pai nesse contexto. Dessa forma, como pensar o desejo de filho para um homem, uma vez que, tanto para Freud quanto para Klein, tal desejo estaria inexoravelmente ligado à falta ou ausência do falo? Para Strychman (2000), o desejo de filho é inconscientemente posto, isto é, “a maneira pela qual os pais vão responder ao seu filho

indica que eles também demandam alguma coisa” (p. 92). Demanda esta raramente clara e consciente, em que se evidenciam necessidades não só da criança, mas também dos pais em relação ao filho, que variam desde o desenvolvimento saudável até aquelas que deem sentido às suas vidas. Em outras palavras, que o filho preencha um vazio ou encubra uma falta.

Para essa autora, o que determina o desejo de ser mãe é algo não realizado, “é a busca de um lugar, de um momento, de felicidade sem limites, a busca de um paraíso perdido” (STRYCHMAN, 2000, p. 94). Ela compreende tal desejo como uma tentativa de um encontro impossível, que não é satisfeito, que é recalcado no inconsciente e substituído por diferentes desejos, dentre eles o de filho. O desejo de filho, então, é uma das modalidades de busca de encontro de satisfação mítico dos primeiros desejos incestuosos e mortíferos. Esse desejo de filho não se restringe à mulher, mas é nela que ele é mais pregnante. Talvez por ser em seu corpo que se traduz o real na maternidade, e também por dar prova de sua sexualidade ou de sua feminilidade. Da mesma forma que para Freud, a recusa de filho é, para essa autora, recusa da feminilidade. Feminilidade que ascende a uma triangulação e sai da lógica narcísica.

Quanto ao homem, a paternidade lhe dá acesso à masculinidade, a novas modalidades de relação com as mulheres e com o discurso social. Strychman (2000) pontua ainda que o homem se refere à vinda de um filho como: ‘nós esperamos um filho’ ou ‘minha esposa está grávida’. Percebe-se assim que a mulher será a mediadora do discurso do pai em relação ao filho e entre o desejo do homem e o efeito deste desejo – o filho. Dessa forma, é ela quem designará o pai de seu filho.

Procriar é fecundar uma mulher e implica a reatualização do que uniu os progenitores. É ainda o retorno à ligação da maternidade, além de prova da virilidade do macho. A paternidade remete a uma instância simbólica, ao contrário da maternidade, que remete ao real.

Ao saber que será pai, o homem pode desencadear uma psicose caso não tenha inscrito na sua estrutura simbólica o significante pai, em função de sua história ou dos elementos de sua subjetividade. Isso pode ocorrer “[...] porque a paternidade questiona a relação do homem com a ordem da linguagem, na instância simbólica” (STRYCHMAN, 2000, p. 97). O homem não é questionado em seu corpo. A autora quer com isso dizer que, biologicamente, o homem está impedido de ser um abrigo para o desejo de filho, e que a paternidade, em seu desejo e reconhecimento, segue outro

caminho, necessitando de uma justificação, tanto da filiação quanto social. A palavra é necessária para o homem, mas não para o seu corpo.

A participação do pai no materno remete ao conceito de *couvade*, relativo a algumas culturas, entre as quais os corsos, no norte da Espanha, povos do sul da África, do Caribe e entre os índios brasileiros. Trata-se do costume segundo o qual o pai realiza um processo de identificação com a mãe, antes, durante e depois do parto, submetendo-se a uma série de restrições em favor do recém-nascido, de modo a evitar que seus atos possam afetá-lo com ferimentos e até mesmo a morte. Outra forma de *couvade* é a simulação do parto pelo pai, no intuito de aliviar a mãe de suas dores. Do ponto de vista cultural, tal costume denotaria o comprometimento do homem com a sua descendência.

Na cultura ocidental observa-se que a preocupação do futuro pai com a gravidez da companheira tem levado, em alguns casos, a aumento de peso e surgimento de sintomas próprios desse estado, como náuseas e vômitos. Talvez essa seja a forma que esse homem encontrou para demonstrar sua identificação com a companheira. O que nos leva a refletir que, emocionalmente, o homem não passa incólume durante a espera de um bebê. Existem atualmente cursos extensivos para futuros pais e mães que, ao possibilitar maior contato com o que as mães sentem e o que está por vir, podem estimular o homem a se identificar com aquela que será mãe de seu filho.

Strychman (2000) ressalta também que o desejo de filho não produz casal na atualidade, diferentemente de outrora, quando a função do casal era de reprodução, como forma de continuidade da espécie. O que está ocorrendo nos dias de hoje é uma busca de realização de desejo de filho. A mudança de expectativa na contemporaneidade é de busca de felicidade, deseja-se ser amado, e o desejo sexual está separado da obrigatoriedade de procriação. A ilação que pode ser feita, ainda segundo essa autora, é a de que o filho para um homem será sempre efeito de sua relação com a diferença sexual, ou seja, na ordem da linguagem, o que talvez explique por que os pais têm dificuldades em estar com os filhos quando se separam das mães destes.

Diferentemente do homem, a mulher, ao desejar ter filho, considera que este será signo do casal e modificará as relações dos cônjuges. E a maneira como ela irá investir no filho dependerá da relação dela com o pai do seu bebê e com seu próprio pai. Já a relação do pai com o filho dependerá da relação que ele tiver com a mãe deste. Um dado importante, para o qual Strychman (2000) chama a atenção, é que, em psicanálise, não se pode separar mãe/filho da relação do casal. Arriscamos discordar dessa visão, visto que alguns casais se mantêm unidos exclusivamente pela função parental que exercem

de forma bastante adequada, mas se mostram incapazes de ter cuidado semelhante com a vida conjugal. Abrem mão da conjugalidade em prol da parentalidade.

O desejo de filho na mulher evidencia o desejo de maternidade, de estar grávida, de parir, de colocar um ser no mundo. Quando a criança nasce, a mulher se confronta com o filho real e não com aquele imaginado, ao mesmo tempo em que precisa lidar com a perda do estado de plenitude e poder que até então tinha sobre o filho, um poder de vida e morte. Esse momento delicado para ela pode perturbar seu equilíbrio, dando início a uma depressão ou até mesmo a uma psicose puerperal. Essa autora sugere que a mudança de status de mãe imaginária e simbólica para mãe real seria a fonte do desequilíbrio emocional.

O avanço da tecnologia, com a ultrassonografia em 3D, que é estática, e a 4D, que é cinética, permitiu que se acompanhe *pari passu* o desenvolvimento do bebê. Assim, é possível pensar que o bebê real, o que aparece na tela, se imponha desde então, no ventre materno, ao bebê imaginado. Talvez essa visão do bebê através da alta resolução tecnológica antecipe ou até molde de alguma forma as expectativas e fantasias em relação ao bebê ainda em gestação. Ainda que se saiba que um bebê humano nasce inacabado e, portanto, sujeito necessariamente a modificações. Seria interessante pesquisar em que medida haveria ou não interferência da tecnologia na fantasia da grávida e do futuro pai quanto ao bebê esperado. É possível que a mudança de status sugerida por Strychman (2000), da mãe imaginária e simbólica para a mãe real, sofra modificações com o instrumental tecnológico e não se limite à mãe, mas se estenda ao pai e a quem mais acompanhar esse processo.

Para o homem, filho é aquele que irá assegurar sua descendência e perpetuar seu nome. Esse filho também é o testemunho da sua potência, signo de cumprimento do dever diante de um Outro ancestral. Atualmente, na nossa cultura o funcionamento familiar não é mais comandado pelo homem. Espera-se que ele, ao se tornar pai, ofereça à sua companheira suporte afetivo e que também se envolva nos cuidados com o filho.

Esse novo estilo de paternidade tem um cunho psicológico, que é a realização e a gratificação afetiva que o homem experimenta no trato com seu bebê. O que nos faz indagar quais seriam as qualidades e funções do sujeito materno e de onde viria esse investimento. Freud, em *Introdução ao narcisismo* (1914/2010), disse que as crianças satisfazem o desejo de imortalidade dos pais, sendo fonte de amor, de transferência dos ideais e das esperanças destes.

Materno é devotamento, como definiram psicanalistas ingleses, e também sustentação do eu imaturo. Isso significa tolerar ser o receptáculo das rejeições projetivas do bebê, o que, segundo nossa compreensão, não exclui necessariamente a figura masculina dessa possibilidade, ainda que saibamos ser a mãe a figura que receberá maior projeção, pela condição de nutriz que ela desempenha para seu rebento. A postulação winnicottiana de '*preocupação materna primária*' sugere que apenas a mulher, após o parto, tende a desenvolver uma capacidade extraordinária de solicitude. Pode-se pensar que essa capacidade especial seja uma condição feminina por ela portar por um longo período um ser em desenvolvimento em seu corpo, mas isso não garante o devotamento à sua cria.

Como lembra Anzieu-Premmereur (2011), é possível ao homem desenvolver esse cuidado especial para com seu bebê, conforme a '*revêrie*' materna de Bion. Essa autora sinaliza que o materno indica o lugar do outro, desde a gravidez, em que há uma dominação sendo exercida sobre um objeto que é considerado parte de si, até a atenção dirigida ao outro em sua diferença e singularidade, sem que a existência desse outro seja negada.

Freud teve dificuldade em pensar na figura materna e seu papel. A mãe que ele apresenta em sua obra é edípica, está mais para objeto que sujeito, e desempenha apenas a função de receptora do investimento libidinal da criança. Para Freud, a civilização foi construída sob a égide paterna, e quando ele descobriu a existência de um mundo matriarcal, considerou-o arcaico, por se reportar tão-somente ao passado, não servindo, portanto, para pensar o materno como função especial. Em *Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância*, Freud (1910/2013) alude à ternura ilimitada e à sedução materna que abole o lugar do pai com ameaça de castração. Já na visão de Winnicott, o papel da mãe é vital para o desenvolvimento do indivíduo.

Vale destacar que cabe à mãe, no materno, ser guardiã do sono do seu bebê, ao mesmo tempo em que o seu feminino exerce a *censura do amante*, possibilitando o acesso ao terceiro. Se o materno, desde sua origem, é formado pelo Édipo da mãe e pelos conflitos que a entrada do terceiro provoca, é a ausência materna que introduz o *o não mãe*, e é esse *o não mãe* que dará forma ao pai ou à sua imagem. É atribuição materna dar lugar ao pai, que enquanto paterno desempenhará o papel não só de suporte à mãe, mas também o de amante, além de oferecer suas qualidades psíquicas à criança.

É o esforço da mãe em dessexualizar a relação mãe/ bebê que cria o que Fine (2010) nomeou de *criança do dia*, associada à mãe do dia, aquela presente e pensante

em contraponto à da noite, que se ausenta e é reencontrada na vida fantasiada. Diz Anzieu-Premmereur (2011) que nutrir é saber dar, mas também é aceitar a frustração de não ser totalmente indispensável, para abrir espaço da ausência com segurança, pois o acesso à ordem simbólica só se faz quando a mãe favorece a dissolução da fusão inicial, revelando o lugar do terceiro paterno. Desse modo, a mãe realiza duas grandes tarefas: fundar uma harmoniosa unidade com o seu bebê e dissolvê-la da mesma forma, para dar lugar ao pai.

O elemento essencial de mediação entre mãe e filho é o pai. Se ele for capaz de conter as angústias da mãe oferecendo outras satisfações, a intensidade pulsional não será descarregada na criança. É ele que irá separar e limitar o perigo de aprisionamento do bebê pela mãe e a ameaça de não individualização deste. Essa intervenção do pai contra o *narcisismo ilimitado* salva tanto a mãe quanto o bebê de naufrágio emocional.

Tornar-se mãe ou pai requer dos que a isso aspiram um encontro particular com o mais recôndito de seus sentimentos e afetos inconscientes que, se não elaborados, despertam, exigindo desses postulantes ressignificação e reconstrução de vivências arcaicas. Esse novo mundo que se abre para ambos os pais é um momento singular para cada um dos envolvidos nessa jornada desconhecida e surpreendente que é acompanhar o desenvolvimento de um ser humano absolutamente dependente rumo à autonomia possível em condições favoráveis.

Neuter (2000) faz uma crítica contundente à postulação teórica de Freud, por ter este contribuído para a crença de que filho representaria a felicidade do casal, ao interpretar o desejo materno como tentativa de confortar a mulher do sofrimento por ter sido privada do pênis. Desse modo, à criança estaria destinado o lugar de reparação, de compensação, de preenchimento, enfim, de alegrias e satisfações para os pais – na verdade, um mero apêndice do outro. Sabe-se, hoje em dia, que a chegada do bebê acarreta mudanças significativas na vida de um casal por diferentes motivos já apontados ao longo do texto. Entretanto, a chegada do bebê em nossa cultura é aclamada com regozijo, ignorando-se ou negligenciando-se, por exemplo, dificuldades no âmbito da sexualidade que a presença do filho provoca na vida do casal.

Esse autor considera que algumas mulheres se sentem quase plenamente realizadas com a maternidade, o que as faz diminuir o desejo pelo pai da criança ou até mesmo descartá-lo, já que, para elas, ser mãe é o quanto basta. No reencontro com elas mesmas e com seus desejos infantis recalcados, essas mulheres desalojam o homem de suas vidas, assim como o desejo sexual. Ao excluir o homem ou distanciá-lo delas,

parecem experimentar prazeres, gozos eróticos e sexuais com seus rebentos que se assemelham aos sentidos com o homem. Dessa forma, existem pontos em comum entre a vida amorosa e a relação mãe /bebê.

Entretanto, para alguns homens a visão do parto seria outro ponto de dificuldade para aceitação de sua mulher. Observar o corpo, que outrora foi seu objeto de desejo, coberto de sangue, deformado, impede alguns homens de voltar a desejá-lo. Outros não conseguem sequer manter vida sexual durante a gravidez da companheira, por se sentirem proibidos de fazer amor com uma mulher que é mãe. Esse homem, para poder manter uma convivência familiar com sua mulher, terá que percorrer o caminho que o leve a diferenciar a mulher de sua mãe, e ao mesmo tempo aceitar em seu inconsciente a ideia de que uma mãe – mesmo a sua – é uma mulher.

Segundo Marinho (2008), não é fácil para o homem assistir ao filho mamando ou dormindo nos braços da mãe embevecida com seu rebento. Lidar com os sentimentos que sobrevêm sem controle, diante do cenário que se descortina sem pudor, é tarefa árdua, pois ele se vê tomado por carga erótica intensa, reavivando aspectos primitivos que podem produzir angústia e desconforto, originados de uma possível regressão ao bebê que ele foi um dia. Tais vivências desconcertantes levam o homem a trilhar dois caminhos possíveis, sugere o autor: ou ele se volta para a mãe do seu filho, ou para o seio. Nesta última opção, ele será acometido de inveja e verá sua mãe em vez de sua companheira, da qual invejará o seio. Podemos pensar kleinianamente que o pai desejará destruir esse seio e, ato contínuo, a própria mulher, manifestando claramente sua hostilidade e raiva para com ela. Esse sentimento leva alguns homens a desqualificarem o seio de sua mulher, como também a lhe invejarem a barriga durante a gravidez.

A outra possibilidade, frente à cena da amamentação é a de rivalizar com o filho por se sentir traído, uma vez que o rebento estaria se apoderando do que até então lhe pertencia, daí podendo advir um sentimento de abandono por estar excluído do cenário. Homens que são intensamente tomados por esse sentimento de ódio chegam a desejar inconscientemente a morte do bebê. Tal sentimento se revela, por exemplo, no temor a cuidar fisicamente da criança. Outra fonte de desconforto para o pai seria o relacionamento triangular com seus pais, em que a bissexualidade constitucional leva o menino, de forma semelhante à da menina, a apresentar atitude de afetuosidade feminina para com o pai e de hostilidade em relação à mãe.

Se o menino sente sua integridade física garantida pelos seus genitores, ele construirá um suporte corporal importante para o futuro desenvolvimento da identificação com o pai e desidentificação com a mãe. Nesse primeiro amor pelos pais, ele deseja ser mãe de um filho do pai, para mais tarde desejar ser pai de um filho de sua mãe, e a partir daí se instala o conflito edipiano. Esse processo, ao ser trilhado de forma positiva, encontrará saída e despertará o desejo de ser pai. O *quantum* de libido investida nesse momento e a distribuição entre sublimação e repressão é que influenciarão o futuro deste menino com um filho.

A sublimação auxiliará o menino a ser um pai acolhedor, companheiro, cooperativo e próximo à sua mulher, enquanto a repressão manterá viva no seu inconsciente a sensação de que ele pode ser boa mãe para um filho com seu pai e ao mesmo tempo o obrigará a lutar contra essa ideia. A repressão fará com que o menino viva a paternidade de modo conflituoso, podendo querer disputar com sua mulher quem é a melhor mãe para o filho. Ao perceber a presença desse desejo, ele evitará cuidar fisicamente do bebê e, caso o faça, se verá no lugar da mulher do pai, revelando o sentimento que quer reprimir.

Ainda que a identificação com a posição materna seja necessária para o homem ser um pai acolhedor, se esta ocorrer em excesso, ele poderá se deprimir no pós-parto da mulher, ou entrar em disputa com ela no intuito de superá-la na função materna. Esses sentimentos encontram-se na psique masculina e são reavivados pela carga afetiva que a paternidade impõe. Portanto, a tarefa é árdua para o homem em administrar todos esses sentimentos no momento em que se torna pai. Desse modo, a forma como ele conseguir se organizar terá influência direta em sua participação e colaboração para com sua mulher e no acolhimento ao filho.

O próprio Freud (1910/2013) reconheceu o sentimento do homem na circunstância de se tornar pai, considerando que nos mais felizes dos lares o homem pode sentir a criança como rival, enraizando-se em seu inconsciente um sentimento hostil para com o filho desde o nascimento

As mulheres também são acometidas por sentimentos diversos e contraditórios em relação ao seu bebê. Algumas sentem desejo de devoração ou angústias e ficam culpadas por nutrirem tais sentimentos. Outras desenvolvem dificuldades pós-parto, como temor de que o pênis possa feri-las, medo do órgão sexual masculino e medo de o local não estar bem cicatrizado. É como se o corpo delas houvesse se tornado frágil, impotente, inviabilizando a penetração do masculino.

Parceval (1986) comenta que a paternidade passa primeiro pela cabeça e que tornar-se pai remete inevitavelmente ao sistema de parentesco da cultura considerada e, acima de tudo, à ideologia dessa sociedade. Ter um filho, segundo ela, é um campo privilegiado do encontro da natureza com a cultura e que se fazem necessárias uma abordagem transcultural e uma reflexão de natureza etnológica a respeito da paternidade, uma vez que diferentes organizações sociais/culturas nomeiam de ‘pai’ diferentes membros do grupo.

Para a autora, as representações culturais da paternidade e da maternidade não têm fundamento científico, tratando-se de um discurso pautado no biológico e utilizado de maneira teleológica em função de objetivos ideológicos a um só tempo conscientes e inconscientes. E, a partir desse conhecimento, a cultura do Ocidente fez da concepção de um bebê assunto exclusivamente materno e feminino, excluindo o pai do processo, que privilegia a gravidez, o parto, a amamentação, a relação mãe/bebê, qualificados de naturalmente femininos, portanto com negação da paternidade.

Em outros termos, a autora evidencia o quanto a vivência de paternidade, ‘ao mesmo tempo carnal e fantasmática’, é obliterada na nossa cultura, já que o pai estudado é o pai ausente ou superpresente, situado obrigatoriamente na ordem da lei e do simbólico, um intruso no par mãe/filho, é o pai da patologia demarcando uma resistência do social em reconhecer a paternidade. Dessa forma, a mãe procria e o pai cria, mas de maneira ‘secundarizada’ e mediada pela mulher.

Buscamos sistematizar de alguma forma as postulações e análises sobre a complexa tarefa de assumir a parentalidade, principalmente por parte do homem e em menor grau da mulher. A relação mãe/bebê tem sido alvo de estudos de muitos autores que enriquecem e valorizam esse vínculo dos primórdios. Mas o pai na contemporaneidade passou a ser objeto de estudo quanto ao seu papel, que não é mais de simples apoio à mãe, ou um apêndice desta, mas uma figura de grande relevância dentro do contexto familiar. O destaque à figura do pai neste trabalho se deveu à busca de compreender melhor a sua verdadeira importância para o desenvolvimento do sujeito. O que se espera de um pai, além de que aceite a identificação do filho, é que ele possa ocupar o lugar marcado pelo desejo da mãe enquanto mulher.

5 Considerações finais

O estudo desenvolvido nesta dissertação teve por objetivo dimensionar a figura paterna, ressaltando sua importância na formação psíquica do sujeito e o seu lugar na contemporaneidade. Para tanto, partimos da teoria da sedução formulada por Freud, que mais tarde a abandonou por haver descoberto as fantasias inconscientes. Essa descoberta levou Freud a reformular sua percepção do funcionamento psíquico.

A existência do inconsciente, aliada ao grande interesse de Freud por mitologia, história e antropologia, provocou um redirecionamento em suas pesquisas, permitindo-lhe fazer analogia entre as fantasias incestuosas inconscientes e o mito edípico. Analogia que transformou o mito de Édipo no conceito básico de sua teoria psicanalítica. Trata-se do complexo de Édipo, que repousa no sentimento de ambivalência, considerado universal por seu descobridor e de inestimável valor para a constituição psíquica do sujeito.

A curiosidade de Freud a respeito da origem do comportamento humano enriqueceu sua postulação sobre conceitos fundamentais de sua teoria, tais como: o parricídio, que historicamente introduziu a humanidade no processo de individuação; a proibição do incesto, que permitiu a entrada na cultura; e a instituição da lei, facilitadora de uma organização social mais igualitária. A partir desses conceitos, os estudos freudianos sobre a formação psíquica do sujeito passaram a dar mais importância ao pai simbólico do que ao pai real.

O conceito de pai intervém no campo teórico da psicanálise como um operador simbólico a-histórico, embora esteja inserido no ponto de origem de todos os mitos. Na teoria psicanalítica, o pai é uma entidade essencialmente simbólica que ordena uma função. Portanto, ele é universal e estrutura o ordenamento psíquico do sujeito. A função simbólica do pai é a pedra angular da problemática paterna na psicanálise.

A formulação teórica freudiana é discutida por alguns estudiosos pós-freudianos. Aberastury e Salas (1984) salientam não ter havido desejo incestuoso de Édipo, e que ele fora castigado pelo crime do pai. This (1987) discorre sobre diferentes organizações sociais em que o pai é representado de formas diversas. Dupuis (1989) contesta a teoria

de Freud (1912[1913]) sobre o pai da horda, com o argumento de que a sociedade matrilinear antecedeu à sociedade patriarcal, o que torna fictícia a construção freudiana. Freud (1912[1913]) reconheceu que o parricídio antropológico não se sustentava. Mesmo assim, ateu-se à sua percepção, uma vez que identificava esses desejos criminosos contra os pais em boa parte de seus clientes, inclusive em si mesmo.

Nossa busca em relação à concepção de pai no texto freudiano nos remeteu a vários autores, como J. Lacan, D. Winnicott, W. R. Bion, C. Delourmel, J. Dor, J. D. Nasio, P. Julien, J-P. Lebrun, E. Roudinesco, A. Eiguier e M. R. Khel, entre outros. Esses autores fazem uma leitura contemporânea da figura paterna, o que nos levou a pesquisar, sob o ponto de vista histórico, a construção da paternidade, a função paterna, as dificuldades de ser pai, o declínio da função paterna e o lugar que o pai ocupa nas novas configurações familiares nomeadas de pluriparentalidade.

Essas transformações que as famílias vêm sofrendo repercutem na concepção da paternidade por desestabilizarem as prerrogativas do tradicional pai provedor, cujas marcas ainda subsistem no imaginário social. Apesar dessa resistência, a comunicação e o intercâmbio entre pais e filhos têm se modificado, propiciando uma proximidade maior entre eles. O comportamento do pai durante a gravidez da mulher, sua participação no parto e no cotidiano do bebê, sua autoridade mais flexível e em sintonia com a companheira, a licença-paternidade, a guarda compartilhada dos filhos, no caso de separação do casal, são exemplos dessa nova concepção da figura paterna.

Nesse contexto da contemporaneidade, a relação entre pai e filho reporta-se à sua dimensão simbólica e separadora, como se a referência à separação se inscrevesse no inverso da relação de proximidade. Isso provoca questionamentos quanto à necessidade da presença física do pai, ao lugar que a sociedade lhe confere e ao desejo e à capacidade de os homens ocuparem esse lugar.

O que foi observado, por meio deste estudo, é que a função paterna é organizadora da constituição psíquica do sujeito, não só no núcleo familiar, mas também em toda a sociedade. Essa combinação é essencial para a capacidade de simbolização e apreensão da realidade, tanto interna quanto externa, possibilitando a capacidade de pensar e, sobretudo, de o sujeito constituir uma identidade pessoal. Para tal, é necessário que a função paterna seja exercida com vínculos fortes, que proporcionem segurança. Só assim será decisiva para o desenvolvimento físico e psicológico do filho.

6 Referências bibliográficas

ABENSOUR, L. A sombra do materno. **Relatório para o CPLF** – Paris, junho de 2011.

ABERASTURY, A.; SALAS, E. J. **La paternidad**. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1984.

ANZIEU-PREMMEREUR, C. Fondements maternels de la vie psychique. **Bulletin de la Société Psychanalytique de Paris**. 71 Congrès des Psychanalystes de la Langue Française, juin 2011.

AULAGNIER, P. **A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado**. Rio de Janeiro: Imago, 1975/1979. 284p.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BERENSTEIN, I. **Del ser al hacer**. Curso sobre vincularidad. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2007.

BERTOL E. C.; SOUZA, M. Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, p. 824-839, 2010. Disponível em: Scielo (Scientific Electronic Library Online): www.sciel.br.

BION, W. R. **Learning from experience**. London: Heiniman, 1962.

_____. **Two papers: The grid and caesura**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

BIRMAN, J. Laços e desenlaces na contemporaneidade. **Jornal de Psicanálise**, v. 40, n. 72, p. 89-102, 2007.

BLANKENHORN, D. *Fatherless America: Confronting our most urgent social problem*. New York: Harper Collins Publishers, 1995. Disponível em: <http://www.americanvalues.org/html/bk-fathersamerica.html>. Acessado em 22/01/2011.

BOFF, L. **São José, a personificação do Pai**. Campinas: Versus Editora, 2005.

BORNHOLDT, E. In: OIBERMAN, A. **Observando a los bebés: técnicas vinculares madre-bebé – padre-bebé**. 1. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2006.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1981.

BRUNEL, P. **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1997.

CAPLANSKY, M. U. El padre y su importância para nosotras mujeres. **Revista Psicoanálisis**, Lima Peru, n. 2, 2001.

CASTELAIN-MEUNIER, C. **Padres, madres, hijos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2003.

CARVALHO, L. G. 2012 **O pai e sua função na cultura**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?sci=art&ext&pid=s1519-9479>.

Pepsi.bvsolud.org/pdf/cogito/v3/v3a12.pdf

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 89-102, jun. 2007.

DARWIN, C. In: FREUD, S. *Obras completas. Ordenamiento, comentarios y notas de James Strachey, con la colaboración de Anna Freud. Tótem e tabú y otras obras*. v. XIII. Prólogo, 2008.

DELOURMEL, C. Da função do pai ao princípio paterno. **Bulletin de la Societé Psychanalytique de Paris**. 72 Congrès des Psychanalystes de la Langue Française,

2012.

DIATKINE, R., 1966. In: DELOURMEL, C. Da função do pai ao princípio paterno. **Bulletin de la Societé Psychanalytique de Paris**. 72 Congrès des Psychanaystes de la Langue Française, 2012.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

DORAIS, M. **O homem desamparado**. São Paulo: Loyola, 1994.

DUPUIS, J. **Em nome do pai**. Uma história da paternidade. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1989.

EIGUER, A. **Función del padre**: un soberano de exílio em su próprio palácio. [mensagem pessoal]. Recebida por fstrauch@terra.com.br em 03 nov. 2010.

FARIAS, D. D.; ROCHA, M. T. N. **Função paterna**. Terceiro Simpósio de Observação Psicanalítica Mãe-Bebê, dezembro de 1998.

FEIJOO, J. Os trabalhos de J. Feijoo. In: THIS, B. **O pai**: ato de nascimento. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1987. Série Discurso Psicanalítico.

FEIN, R. 1978. In: RAMIRES, V. R. **O exercício da paternidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1979.

FINE, A. 2010. **Rumo ao conhecimento na pluriparentalidade?** Disponível em:

<http://interfacepsijus.posterous.com/rumo-ao-conhecimento-da-pluriparentalidade>.

FREITAS, L. A. P. **Adolescência, família e drogas**. A função paterna e a questão dos limites. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2002.

FREUD, S. 1893-95. **Estudios sobre la histeria** In: Obras completas. Amorrortu Editores. 2. ed.,11 reimp. Buenos Aires, 2008.

_____ 1896. **La etiología de las neurosis**. In: Obras completas. Amorrortu Editores. 2. ed., 10 reimp. Buenos Aires, 2008.

_____ 1897. **Los orígenes del psicoanálisis**. In: Obras completas. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 2008.

_____ 1898-9[1900]. **La interpretación de los sueños**. In: Obras completas. Amorrortu Editores. 1. ed., 13 reimp. Buenos Aires, 2008.

_____ 1905. **Tres ensayos de teoría sexual** In: Obras completas. Amorrortu Editores. 1. ed., 15 reimp. Buenos Aires, 2008.

_____ 1908. **Fantasías histéricas y su relación con la bisexualidad**. In: Obras completas. Amorrortu Editores. 2. ed., 8 reimp. Buenos Aires, 2007.

_____ 1908[1909]. **La novela familiar del neurótico** In: Obras completas. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 2008.

_____ 1909. **Observação sobre um caso de neurose obsessiva** (“O homem dos ratos”). In: Obras completas. v. 9. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____ 1909. **Análisis de la fobia de un niño de cinco años** (“El pequeño Hans”). In: Obras completas. Amorrortu Editores. Buenos Aires, 2008.

_____ 1910. **Uma recordação de Leonardo da Vinci**. In: Obras completas. v. 9. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____ 1911. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia** (Dementia Paranoides) relatado em autobiografia (“O caso Schreber”). v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ 1912[1913]. **Totem e tabu**. In: Obras completas. v. 11. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ 1914. **Introdução ao narcisismo**. In: Obras completas. v. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ 1915-1917[1916-1917]. **Teoria general de las neurosis**. Lección XXV. Psicoanálisis-neurosis – la angustia. In: Obras completas. Amorrortu Editores. 2. ed., 11 reimp. Buenos Aires, 2007.

_____ 1918[1914]. **História de uma neurose infantil** (“O homem dos lobos”). In: Obras completas. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ 1919. **Batem numa criança**: Contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In: Obras completas. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ 1920. **Além do princípio do prazer**. In: Obras completas. v. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ 1921. **Psicologia das massas e análise do ego**. In: Obras completas. v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____ 1923. **O eu e o id**. In: Obras completas. v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ 1923. **A organização genital infantil**. In: Obras completas. v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ 1924. **A dissolução do complexo de Édipo**. In: Obras completas. v. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ 1926. **Análisis profano**. In: Obras completas. Amorrortu Editores. 2. ed., 10 reimp. Buenos Aires, 2008.

_____ 1931. **Sobre a sexualidade feminina**. In: Obras completas. v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____ 1939[1934-38]. **Moisés y la religión monoteísta**. In: Obras completas. Amorrortu Editores. 2. ed., 9 reimp. .Buenos Aires, 2007.

GAVARINI, L. Novas normas e formas de laço familiar: a sexualidade na sombra. **Estilos da Clínica**, v. 13, n. 25, p. 268-287, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v13n25/a16v1325.pdf>. Acessado em: 20 out. 2011.

GOMES, A. J. S.; RESENDE, V. R. 2003. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. .v. 20, n. 2, p. 119-125, maio-ago 2004.

HAUDENSCHILD, T. R. L. O pai e a constituição da masculinidade. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 42, n. 77, p. 123-141, dez. 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade**. São Paulo: Papyrus, 1999.

JULIEN, P. **Abandonarás teu pai e tua mãe**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

JUNG, 1912/2011. In: FREUD, S. Obras completas Ordenamiento, comentarios y notas de James Strachey, con la colaboración de Anna Freud. **Tótem e tabú**.y otras obras v. XIII. Prólogo.

KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. São Paulo, **Estilos Clin.**, v. 11, n. 21, dez. 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scilo.php?pid=51415-712820060002008>. Acessado em: 04/09/2012.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**. 2003. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/pdf/emdefesadafamiliatentacular>. Acessado em: set. 2011.

KLEIN, M. Os efeitos das situações de ansiedade arcaicas sobre o desenvolvimento sexual da menina. In: **A psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

LACAN, J. **La família**. Biblioteca de Psicoanálisis. 2. ed. Barcelona: Editorial Argonauta, 1979.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de psicanálise**. Ed. Moraes e Ed., Distribuidora Livraria Martins Fontes, 1976.

LAQUEUR, T..W. Los hechos de la paternidad. **Debates Feministas**, v 6, p. 119-141, 1992.

LEITE, M. P. S. 1997. **O pai em psicanálise**. Função paterna e clínica da castração. Disponível em: www.marciopeter.com.br/links2/ensino/feminilidade/03_funcao-paterna.pdf.

LE GUEN, C. L. 1974. In: DELOURMEL, C. Da função do pai ao princípio paterno. **Bulletin de la Societé Psychanalytique de Paris**. 72 Congrès des Psychanaystes de la Langue Française, 2012.

LEBRUN, J-P. **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **Las estructuras elementares del parentesco**. Buenos Aires: Editora Paidós, 1969.

LOPARIC, Z. 1996. **Winnicott: uma psicanálise não edipiana**. Disponível em: http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs17/p17_14.htm. Acessado em: 04/01/2012.

MARCOS, C. M. 2010. **O Édipo freudiano: o pai e a ficção**. Disponível em: <http://uva.br/trivium/edicao-dez-2010/artigos/1-0-edipo-freudiano-o-pai-e-a-ficcao>. Acessado em: 15/09/2012.

MARINHO, L. C. O. **Paternidade:** os homens e suas angústias. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Estudos sobre o Bebê, realizado de 01 a 04 de maio de 2008, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC– RJ

MARTINEZ, C. S. 2004. **Identificação.** Disponível em: <http://www.gymno.sites.uol.com.br/massenpsycho.htm>.2004.1-4p. Acessado em: 15/09/2012.

NASIO, J-D. **Édipo o complexo do qual nenhuma criança escapa.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

NEUTER, P. de. **A sexualidade das mulheres à prova da sua maternidade.** Conferência proferida na Associação Psicanalítica de Curitiba, promovida como um dos eventos pré-congresso, no dia 03 de agosto de 2000.

OIBERMAN, A. **Observando a los bebés.** Técnicas vinculares madre-bebé, padre-bebé. 1. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2008.

PARCEVAL, G. D. **A parte do pai.** Porto Alegre: L&PM, 1986.

PASSOS, M. C. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. **Mental**, v. 5, n. 9, p. 117-130, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v5n9a08.pdf>. Acessado em: 20/10/ 2011.

PELLEGRINO, H. Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 out.1984. Folhetim, p. 6-8.

POKORSKI, M. M. W. 2012 **O imaginário e o simbólico na construção do sujeito.** Disponível em: <http://cbp/cprs/imaginariosimbolico.pdf>. 1-7p. Acessado em: 05/09/2012.

RAMIRES, V. R. **O exercício da paternidade hoje.** Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos,1997.

ROTENBERG, E. **Hijos difíceles, padres desorientados. Padres difíceles, hijos desorientados.** 4. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2010.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SAVIETTO, B. B. de A. Passagem ao ato e adolescência contemporânea: pais ‘desmapeados’, filhos desamparados. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 10, n. 3, p. 438-453, 2007.

SENNA, A.; BARC, C.; GOMES, M. G.; GUILHON, M.; KUPFERBERG, M. O pai na psicanálise. Rio de Janeiro, **Primórdios**, CPRJ, v. 1, n. 1, p. 1-116, 2010.

SMITH, R. In: FREUD, S. Obras completas. Ordenamiento, comentarios y notas de James Strachey, con la colaboración de Anna Freud. **Tótem e tabú**.y otras obras. v. XIII. Prólogo, 2008.

STRACHEY, J. In: FREUD, S. Obras completas. Ordenamiento, comentarios y notas de James Strachey, con la colaboración de Anna Freud. **Tótem e tabú**.y otras obras. v. XIII. Prólogo, 2008.

STRYCHMAN, N. **O desejo de filho no homem e na mulher.** Conferência proferida na Associação Psicanalítica de Curitiba, promovida como um dos eventos pré-congresso, no dia 04 de agosto de 2000.

THIS, B. **O pai:** ato de nascimento. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1987.

TORT, M. 2005. In: DELOURMEL, C. Da função do pai ao princípio paterno. **Bulletin de la Societéé Psychanalytique de Paris.** 72 Congrès des Psychanalystes de la Langue Française, 2012.

VENEGAS, X. **Función paterna y espacio transicional.** In: XIX Encuentro Latinoamericano sobre el Pensamiento de Winnicott. Santiago Chile, noviembre 2010. Texto entregue em mãos.

VILLA, F. **O pai**: uma herança arcaica? **Bulletin de la Societé Psychanalytique de Paris**. 72 Congrès des Psychanalystes de la Langue Française, 2012.

VIOLANTE, M. L. V. Desejo de ter filhos ou desejo de maternidade ou paternidade? **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 40, n. 72, p. 153-164, 2007.

WINNICOTT, D. W. **Textos selecionados da pediatria à psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **O ambiente e o processo de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1960/1983.

_____. O brincar e a realidade. In: **A criatividade e suas origens**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WUNDT, W. In: FREUD, S. Obras completas. Ordenamiento, comentarios y notas de James Strachey, con la colaboración de Anna Freud. **Tótem e tabú**.y otras obras. v. XIII. Prólogo, 2008.

ZORNIG, S. Abu-jamra. Construção da parentalidade: da infância dos pais ao nascimento do filho. In: **Maternidade e paternidade**. São Paulo: Casapsi Livraria e Editora / Casa do Psicólogo, 2012.